

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

**A MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA NO CAMPO, OS PEQUENOS
AGRICULTORES E A INDÚSTRIA FUMICULTORA: Implicações sociais do Sistema
Integrado de Plantio de Tabaco (São Lourenço do Sul, RS, cc. 1950-1990)**

Ângelo Belletti

PORTO ALEGRE
2018

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

**A MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA NO CAMPO, OS PEQUENOS
AGRICULTORES E A INDÚSTRIA FUMICULTORA: Implicações sociais do Sistema
Integrado de Plantio de Tabaco (São Lourenço do Sul, RS, cc. 1950-1990)**

Ângelo Belletti

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado junto ao curso de graduação
em História da Universidade Federal do
Rio Grande do Sul como requisito
parcial para obtenção do título de
Licenciado em História.

Orientador: Prof. Dr. Mathias Seibel
Luce

PORTO ALEGRE
2018

Ângelo Belletti

**MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA NO CAMPO, OS PEQUENOS AGRICULTORES E A
INDÚSTRIA FUMICULTORA: Implicações sociais do Sistema Integrado de Plantio de Tabaco
(São Lourenço do Sul, RS, cc. 1950-1990)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado junto
ao curso de graduação em História da Universidade
Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial
para obtenção do título de Licenciada em História.
Orientadora: Prof. Dr. Mathias Seibel Luce

Aprovado em: 19/12/2018

Conceito: A

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Mathias Seibel Luce – Departamento de História, UFRGS



Prof. Dra. Daniela Dias Kuhn – Departamento de Ciências Econômicas, UFRGS



Prof. Dr. Carlos Schmidt – Departamento de Ciências Econômicas, UFRGS

AGRADECIMENTOS

Esta seção sempre me pareceu a mais engraçada dos trabalhos. Ler pessoas escrevendo agradecimentos a pessoas que possivelmente nunca os leriam me parecia uma mistura peculiar entre aleatoriedade, cafonice e fofura. Porém aqui estou eu empolgadíssimo a escrever uma série de agradecimentos, há coisas que nunca vamos entender.

Gostaria de começar os agradecimentos destacando aquele que é o grande responsável por esta graduação, o Estado Brasileiro, e, automaticamente, aos mais de 200 milhões de brasileiros que contribuem para a formação de instituições públicas e gratuitas de instrução.. Que o Estado resista e possibilite que, assim como eu, todos tenham acesso à educação de qualidade e gratuita.

Em sequência, gostaria de agradecer fortemente ao trio que é minha base de sustentação no universo. Obrigado pai, obrigado mãe, obrigado irmão. Obrigado por aguentarem meus momentos de estresses descabidos. Obrigado pelo apoio nos momentos de caos. Obrigado pelas risadas em momentos aleatórios. Obrigado por serem fonte infinita de respeito, carinho e amor.

Seguindo, registro meu profundíssimo obrigado as mulheres maravilhosas que conviveram comigo ao longa da graduação e me instruíram enquanto pessoa. Obrigado Roberta, Kamila, Rhaylla e Luiza que, em momentos, circunstâncias e condições bastante diferentes, foram e são bizarramente importantes por risadas, desabafos e aprendizagens.

Deixo aqui um obrigadão, também, a todos os outros amigos e amigas, sejam de Esteio, de Porto (ou de onde mais habitem) por tudo compartilhado.

Um grande agradecimento, também, aos professores Helen Osório, Mathias Seibel Luce e Daniela Dias Kuhn, pelo apoio e instrução nestes anos.

E, não menos importante, um grande agradecimento ao “Seu Almiro” que por condições da vida talvez nunca venha a saber da existência da sua citação aqui neste trabalho, mas que carinhosamente me guiou pelo interior de São Lourenço do Sul e facilitou a entrevista com os agricultores locais.

E, por fim, mesmo que as vezes chateantes, entristecentes e turbulentos, mesmo que o primeiro sentimento que tragam seja raiva e desesperança, agradeço aos meus erros do passado, do presente e os que ainda acontecerão, são eles que vão me mostrar o caminho de acertar, ou qualquer coisa parecida.

Gracias a la vida, que me ha dado tanto.

*Por onde passei,
plantei
a cerca farpada,
plantei a queimada.
Por onde passei,
plantei
a morte matada.
Por onde passei,
matei
a tribo calada,
a roça suada,
a terra esperada...
Por onde passei,
tendo tudo em lei,
eu plantei o nada.*

(Confissões do Latifundio - Pedro Casaldáliga)

*Yo pregunto a los presentes
Si no se han puesto a pensar
Que esta tierra es de nosotros
Y no del que tenga mas*

*Yo pregunto si en la tierra
Nunca habrá pensado usted
Que si las manos son nuestras
Es nuestro lo que nos den*

*A desalambrar A desalambrar
Que la tierra es nuestra
Tuya y de aquel
De Pedro y Maria
De Juan y Jose*

(A Desalambrar – Daniel Viglietti)

RESUMO

O contexto rural brasileiro percorreu uma série de alterações ao longo do século XX. As redefinições político-econômicas internacionais, a emergência de questionamentos sobre a estrutura produtiva agrícola e posições políticas internas levaram o país a desenvolver uma modernização agrícola. Nesta, novas tecnologias e técnicas foram empregadas, conduzindo o meio rural a uma reorganização. Este trabalho pretende analisar este processo de modernização agrícola no Brasil, focando atenção especial às consequências deste para os pequenos agricultores. Como caso exemplo, usa-se a ascensão das relações integradas entre plantadores de tabaco e empresas fumicultoras no município de São Lourenço do Sul, Rio Grande do Sul, através da análise de Censos Agropecuários e entrevistas semiestruturadas com os agricultores locais.

Palavras Chave: Modernização Agrícola; Fumicultura; São Lourenço do Sul; Revolução Verde.

ABSTRACT

The Brazilian rural context went through serial changes during the 20th century. The political economical international redefinition, the emergence inquiries about the rural productive structure and political positions made the country realize an agricultural modernization. In this, new technologies and techniques were used at its maximum, leading the rural areas to a new form of organization. This works intends to analyses the processes of agricultural modernization in Brazil, focusing specially in the consequences to the farmers. As an example case, it uses the emerging of specific social and productive relations in the cropping of tobacco, using the city of São Lourenço do Sul, located in south of Brazil, Rio Grande do Sul, as an example and reference.

Key words: agricultural modernization; tobacco culture; São Lourenço do Sul; Green Revolution.

SUMÁRIO

ÍNDICE DE TABELAS.....	9
ÍNDICE DE FIGURAS.....	10
ÍNDICE DE APÊNDICES.....	11
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS.....	12
INTRODUÇÃO.....	13
1. A "MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA" DO SÉCULO XX.....	24
1.1. <i>A questão agrária</i>	25
1.2. <i>A Guerra Fria, o Golpe Militar e a Revolução Verde</i>	33
1.3. <i>A modernização agrícola brasileira, as monoculturas e outras consequências</i>	36
1.4. <i>A modernização do Rio Grande do Sul</i>	45
2. SÃO LOURENÇO DO SUL E A INDÚSTRIA FUMAGEIRA.....	52
2.1. <i>A formação e estruturação do município de São Lourenço do Sul: economias e práticas</i>	52
2.2. <i>Os pequenos agricultores, o fumo e as fumicultoras</i>	62
2.2.1. O tamanho das propriedades, o cultivo e a mão de obra.....	66
2.2.2. As culturas anteriores, a transição para o tabaco e os outros plantios.....	70
2.2.3. Fumageiras e agricultores: resistências e subordinações.....	72
2.2.4. Identidade, êxodo e perspectivas.....	74
2.3. <i>Os pequenos agricultores e a questão agrária</i>	75
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	79
BIBLIOGRAFIA.....	82
APÊNDICE.....	89

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 – Plantio de Tabaco em São Lourenço do Sul, RS, 1940-1996.....	15
Tabela 2 – Área cultivada por cultura (em hectares), Brasil, 1935-1990.....	39
Tabela 3 – Controle sobre capital por grupos empresariais no Brasil (1969).....	42
Tabela 4 – Rendimento médio por hectare para culturas específicas, Brasil (1940-1990).....	43
Tabela 5 – Composição da Lavoura, Rio Grande do Sul (1939, 1950, 1955).....	50
Tabela 6 – Proporção de crédito concedido aos tipos de agricultura, Rio Grande do Sul.....	51
Tabela 7 – Estabelecimentos, área e produção agrícola em São Lourenço do Sul (1920-1985)	57
Tabela 8 – Utilização de tratores, arados e fertilizantes em São Lourenço do Sul (1920-1996)	60
Tabela 9 – Relação sintetizada das respostas dos agricultores entrevistados.....	67
Tabela 10 – Quantidade de estabelecimentos e área rural ocupada, São Lourenço do Sul.....	78

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 – Fluxos da produção agrícola.....	18
Figura 2 – Localização geográfica de São Lourenço do Sul, RS.....	55
Figura 3 – Proporção de crescimento da produção agrícola, São Lourenço do Sul.....	58
Figura 4 – Composição das despesas anuais agrícolas, São Lourenço do Sul.....	61
Figura 5 – Fluxos da produção agrícola com indústria fumageira.....	64

ÍNDICE DE APÊNDICES

APÊNDICE 1 – Questionário semiestruturado.....	89
APÊNDICE 2 – Sistematização dos questionários realizados.....	90
APÊNDICE 2A – Entrevista Agricultor 1.....	90
APÊNDICE 2B – Entrevista Agricultor 2.....	92
APÊNDICE 2C – Entrevista Agricultor 3.....	94
APÊNDICE 2D – Entrevista Agricultor 4.....	96
APÊNDICE 2E – Entrevista Agricultor 5.....	98
APÊNDICE 2F – Entrevista Agricultor 6.....	99
APÊNDICE 2G – Entrevista Agricultor 7.....	101
APÊNDICE 2H – Entrevista Agricultor 8.....	102
APÊNDICE 2I – Entrevista Agricultor 9.....	103
APÊNDICE 2J – Entrevista Agricultor 10.....	104
APÊNDICE 2K – Entrevista Agricultor 11.....	106
APÊNDICE 2L – Entrevista Agricultor 12.....	107
APÊNDICE 3 – Transcrições das entrevistas autorizadas.....	108

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AFULBRA – Associação de Fumicultores do Brasil

AGR – Agricultor

CTA – Continental Tobacco Alliance

CTIB – China Tobacco Internacional Brasil

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

PIB – Produto Interno Bruto

PMI – Philip Morris International

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

SIPT – Sistema Integrado de Plantio de Tabaco

INTRODUÇÃO

Neste trabalho de conclusão de curso, analisarei as relações socioeconômicas desenvolvidas pelos agricultores do município de São Lourenço do Sul, Rio Grande do Sul, através da sua trajetória histórica.

Este tema surge a partir de uma experiência pessoal bastante ilustrativa sobre o quadro social encontrado no recorte específico. Em viagem familiar, chegamos (minha família e eu) em uma propriedade de um tio distante na área rural do município de Pelotas, Rio Grande do Sul. A terra do mesmo localiza-se a quase 50 quilômetros do perímetro urbano, e todo o deslocamento é feito em tortuosas estradas de chão. Esta propriedade é constituída de aproximadamente 15 hectares onde habitam duas famílias – este tio e sua esposa, bem como seu filho, a esposa deste e netos. A casa onde os mesmos habitam é marcadamente simples e bastante de acordo com o estereótipo “rural” - uma varanda com cadeiras na entrada, um piso de cimento queimado, um cabideiro em uma das paredes e uma farta mesa posta com pães, condimentos e café. Ao fundo da moradia, um galpão com uma quantidade infinita de coisas acumuladas ao longo de anos divide a paisagem de verdes com um galinheiro de umas cinco ou seis galinhas com seus filhotes. Uma imagem rural bucólica típica de qualquer representação tradicional.

A mudança dos paradigmas nesse quadro acontece quando entramos na área de produção da propriedade. Dos 15 hectares em que a família vive, cerca de seis são direcionados para o plantio de tabaco – o único plantio cultivado. O tabaco, após ser colhido, tem de ser secado em uma estufa e separado de acordo com a qualidade. Quando chegamos na porta da estufa, uma placa grande e destacada, porém bastante gasta, informa: “*UNIVERSAL LEAF TOBACCOS LTDA. Como curar fumo em estufa.*”. Considerando que a sede da Universal Leaf Tobaccos LTDA.¹ localiza-se em Virgínia, Estados Unidos, pensei: como uma empresa que está a mais de 8 mil quilômetros de distância tem informativos nas pequenas propriedades de um local no interior agrícola do município de Pelotas? Além desse questionamento chave, essa informação levantou outros pontos: por que uma empresa multinacional tem interesse em trabalhar com pequenos agricultores do interior brasileiro?

1 A Universal Leaf Tobacco LTDA faz parte da Universal Company, conglomerado multinacional com diversos empreendimentos na área de produção agrícola – principalmente no setor químico e farmacêutico. Mais informações descritivas disponíveis no próprio site da empresa: <<http://www.universalcop.com/UniversalLeaf>> (acesso em 22/10/2018).

Como estabeleceu-se essa relação? Qual a vantagem e porque os agricultores aderem a esse tipo de estrutura? A composição desses questionamentos ganha ainda mais um nível de profundidade quando descobrimos que daquela mesa farta posta para o café, citada anteriormente, a manteiga era comprada no mercado, bem como os doces, que eram industrializados. Já o pão era caseiro, porém de farinha e fermento industriais. As galinhas ao fundo serviam mais para diversão dos netos do que para produção alimentar. O ponto não era criticar a maravilhosa hospitalidade nem o recebimento oferecido por estes familiares, mas sim, como que em uma realidade totalmente próxima e imersa nos meios de produção daquelas matérias primas, estes agricultores acabavam contraindo maiores dependências de mercado em fatores-chaves (como a própria alimentação) e como sua produção de renda tinha sido totalmente atrelada a macroestruturas de mercado capitalista.

Partindo das interrogantes suscitadas por essa experiência pessoal², no presente trabalho analisarei como os pequenos agricultores de São Lourenço do Sul estabeleceram as relações econômicas com as grandes empresas fumageiras, bem como o porque de terem abandonado outros plantios – policulturas comerciais ou próprias para subsistência – em favor de monoculturas para exportação (*commodities*). Relacionando esse processo com o período histórico vivido pelo Brasil com o qual, apesar das dimensões continentais do país, sempre há paralelos que podem ser estabelecidos, principalmente no que tange à política macro. Para tanto, também trabalharei com a questão agrária brasileira, bem como com a mudança de horizontes conceituais realizadas sobre o “rural” ao longo da segunda metade do século XX. Aqui vale o destaque de o porquê da marcação temporal específica: entre as décadas de 1950 e 1990 ocorre o ápice de uma série de transformações nas estruturas rurais, através do processo batizado de “modernização conservadora” (BRUM, 1988; DELGADO, 2013; TAMBARA, 1983), chave para compreensão das relações estabelecidas.

São Lourenço do Sul surge então como um caso interessante de ser observado dados os altos índices de produção de fumo no município e que, juntamente as outras cidades da microrregião de Pelotas³, alcança o segundo maior índice de produção tabaqueira no Rio Grande do Sul – perdendo apenas para a microrregião de Santa Cruz do Sul. Além disto, o

2 Por mais que este se dê em um outro município, as áreas rurais de Pelotas e São Lourenço do Sul são contíguas entre si, por isso a utilidade do exemplo.

3 A microrregião de Pelotas é composta pelos municípios de Arroio do Padre, Canguçu, Capão do Leão, Cerrito, Cristal, Morro Redondo, Pedro Osório, Pelotas, São Lourenço do Sul e Turuçu.

município conta com uma tradição no plantio de tabaco⁴, apresentando existência da cultura, mesmo que para consumo pessoal, desde os primeiros anos de imigração alemã (HILSINGER, 2016), portanto, abriga uma série de narrativas longas sobre as relações entre agricultores e o mercado da economia fumicultora. Por fim, um último motivo para a escolha de São Lourenço do Sul como centro da análise dá-se pelo fato da crescente quantidade de toneladas colhidas no território ao longo da série histórica coberta pelos Censos Agropecuários, como representado na Tabela 1⁵.

Tabela 1 – Plantio de Tabaco em São Lourenço do Sul, RS, 1940-1996.

ANO	ESTABELECIMENTOS	ÁREA PLANTADA	QUANTIDADE (T)
1940	24 605	-----	23 213
1950	32 590	19 609	40 985
1960	-----	-----	59 952
1970	39 580	-----	80 714
1975	44 797	93 620	108 422
1980	45 067	101 358	125 778
1985	47 765	106 404	164 824
1996	58 248	127 554	196 904

Fonte: adaptado pelo autor a partir dos Censos Agropecuários, IBGE, vários anos.

Considerando, pois, a grande participação do município de São Lourenço no Sul na economia tabageira riograndense, o objetivo da presente pesquisa é identificar o processo histórico da construção da relação de seus pequenos agricultores com as empresas fumicultoras, trabalhando sobre o horizonte da crise e da modernização da agricultura gaúcha entre 1950 e 1990.

Para que seja possível uma melhor abordagem sobre este tópico, faz-se necessário um acercamento com definições sobre três temas: o meio rural, o agricultor e o mercado agrícola.

4 Tabaco e fumo serão utilizados como sinônimos ao longo do trabalho. Ambos referem-se, majoritariamente, ao plantio em folha da *Nicotiana Tabacum* e, especificamente, da variedade Virgínia. Assim como as definições de tabageira, tabaqueira e fumageira, também utilizadas em relação ao mesmo objeto.

5 Na década de 1960, o plantio de fumo nem mesmo foi enquadrado como uma categoria analisável por si só, sendo incluída em “outros plantios temporários” dentro do Censo Agropecuário. Por isso, para esta década são lacunares as informações sobre quantidade de estabelecimentos bem como área plantada.

a) *o que é o meio rural.*

O meio rural é amplo, heterogêneo e constantemente caracterizado pela oposição ao “urbano” (KAGEYAMA, 2008). Entretanto, mesmo levando em conta essas barreiras, distintos autores buscaram identificar fundamentos para uma designação deste espaço.

Para Miller e Luloff (1981), o meio rural pode ser caracterizado por três dimensões: uma primeira de cunho ocupacional, identificada pela série de atividades produtivas que são particulares deste espaço – como o plantio, a pesca, a extração e afins. Uma segunda, focada na geografia do espaço, tanto por características do espaço físico de abundância de flora e fauna, como aquela dos próprios residentes, considerando que no espaço rural o distanciamento entre as habitações humanas tende a ser bem maior, bem como as acessibilidades a convívios e afins. E, uma última, direcionado para as práticas sociocultural específicas – modos de interação, tradições, festividades, identidades.

Como destacado por Wanderley (2001), a essencialidade de pensar meio rural é pensar um espaço produtivo regido pela agricultura. A agricultura é o cerne do meio rural e de quem nela habita. Sua importância dá-se tanto do ponto de vista econômico – por ser a forma de obtenção de subsistência nos sistemas produtivos mais tradicionais, ou a forma de obtenção de lucro nas estruturas capitalistas –; como do ponto de vista social, já que um sistema produtivo agrícola traz consigo uma série de práticas – como a relação com o tempo, com a família, com o espaço coletivo e afins.

Podemos ainda, porém, levantar o questionamento de como o processo contemporâneo de modernização e mecanização da agricultura trouxe consequências para esta compreensão do que é rural:

O que hoje é chamado de agricultura tornou-se em sua maior parte conjuntos de processos industriais fisicamente localizados ao ar livre, em vez de estarem sob um teto, isto é, eles constituem o "agronegócio". Continuamos a utilizar agricultura como um termo geral que obscurece muito de seu caráter industrial [...] o problema intelectual de definir rural encontra-se agora exacerbado pelo problema de definir agricultura (FRIEDLAND, 2002, pp. 352-353 apud KAGEYAMA, 2008, p. 39)

O gradativo processo de industrialização do meio rural traz uma série de consequências culturais e sociais para este. Por mais que ainda haja uma considerável quantidade de agricultores tradicionais e tipicamente identificáveis enquanto tal, Friedland

(2002) destaca que, a longo prazo, talvez o momento contemporâneo possa ser identificado como um tempo de transição para um sistema agrícola totalmente industrial.

b) *o que é um agricultor.*

A agricultura familiar é centro de diferentes debates. Por anos de produção acadêmica, diversos teóricos defendiam que a existência da mesma era incompatível com o sistema econômico capitalista e, portanto, uma série de implicações ocorreriam deste atrito. Essas implicações iriam desde um contínuo processo de subordinação das forças agrícolas às grandes empresas capitalistas – uma semi proletarização destes agricultores (KAUTSKY, 1980) –, até um caminho quase que totalmente independente das estruturas produtivas familiares frente ao sistema econômico do capital (CHAYANOV, 1981).

Na contemporaneidade, as análises direcionam-se no caminho de superar esses questionamentos sobre se seria possível ou não a permanência da pequena produção agrícola familiar dentro do capitalismo e focam-se mais em como estão ocorrendo essas permanências (PLOEG, 2016).

Então, partindo da concepção de que a agricultura familiar existe e resiste, precisamos traçar uma definição para este conceito. Porém, é interessante previamente analisarmos quais os modelos de agricultura desenvolvidos na contemporaneidade

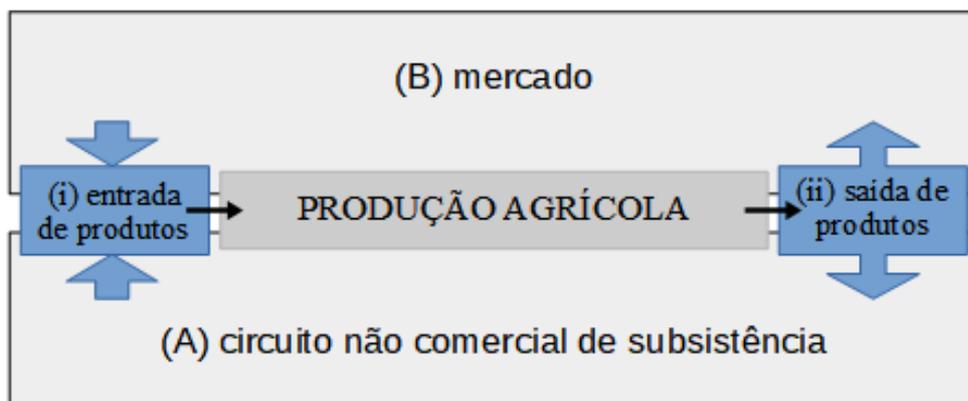
O pesquisador holandês Van der Ploeg (2008) caracteriza a agricultura em três blocos: aquela de tipo camponês; a empresarial e a de tipo capitalista.

A agricultura camponesa é aquela caracterizada pela melhoria das condições de vida dos camponeses através da valorização do meio ecológico, da sua autonomia produtiva e de sua subsistência familiar. Utilizando a Figura 1 como base, para a composição produtiva camponesa a maior parte dos produtos (insumos, sementes, maquinários e afins) devem ter origem em circuitos não comerciais de subsistência, ou seja, produções próprias ou de agregados – vizinhos, familiares. Para que isto seja possível, o processo de produção agrícola da propriedade deve sempre buscar uma autossuficiência e uma autonomia. Isso não significa que não haja inserção comercial de mercado tradicional, pois o há. Dentro de uma conjuntura econômica capitalista, uma parte (e talvez a maior parte) da produção da propriedade camponesa terá como destino o mercado (fluxo de (ii) para (B) como indicado no esquema), porém uma parte considerável dessa produção tem que ter como destino o reinício do ciclo agrícola. Assim sendo, uma agricultura camponesa seria caracterizada pelo fluxo de (ii) para

(A) que seria retomado em (i) como nova matéria prima para reiniciar a produção da propriedade. E, como o objetivo é o constante melhoramento das condições produtivas, esse ciclo tende a repetir-se, porém acumulando aperfeiçoamentos progressivos – maior quantidade de bovinos, diversificação de culturas, aquisição de maquinário básico, entre outros. Ressalva para o fato de que esse aperfeiçoamento visa a melhor condição de produção tanto para o produtor, como para o meio utilizado (a terra), buscando o resultado final melhor. Esse processo pode incidir em uma expansão da produção, mas não é o eixo central de busca deste arquétipo – até mesmo pelas limitações impostas pelo fornecimento de recursos ser oriundo da própria base.

Já para a agricultura empresarial, as condições estabelecem-se de forma bastante oposta. Nesta, a busca pela expansão da produção é constante para ampliar os recursos obtidos, e assim aumentar a produtividade e reiniciar o ciclo. Utilizando novamente a Figura 1 como demonstrativo, para o caso da agricultura empresarial a saída de produtos se dá majoritariamente para o mercado, o qual também é a localidade de onde vêm a maioria dos insumos necessários para reiniciar a produção. No tipo empresarial, os recursos essencialmente (não exclusivamente) têm origem no capital bancário e industrial (créditos, insumos, tecnologias industriais, entre outros). Assim, o fluxo caracterizado pela Figura 1 seria (B) fornecendo para (i) que resultaria em (ii) novamente retornando para (B). Como o objetivo desta produção é constantemente expandir-se, o alinhamento característico para a mesma é a especialização produtiva, caracterizando-a pela monocultura e, logo, pela grande dependência frente ao mercado – já que a renda necessariamente precisa vir desse único tipo de produto, o qual também precisará necessariamente de gêneros do mercado para reiniciar sua produção.

Figura 1 – Fluxos da produção agrícola



Fonte: adaptado de Ploeg (2008).

Por fim, a agricultura capitalista⁶ é aquela caracterizada pela grande escala, conduzida por grandes empresas agrícolas e com grande mobilidade de capital. Aqui, a agricultura torna-se um investimento voltado para maximização do lucro, única e exclusivamente. Dentro da noção de agricultura capitalista, encaixa-se também o que Ploeg (2018) define como “Império”. O Império representa, para o autor, grandes conglomerados que investem e controlam diversos setores produtivos, deste o plantio até o beneficiamento, bem como as próprias redes de comercialização. Um exemplo para estes seriam os casos da Nestlé ou da Unilever, por exemplo. Dentro do contexto brasileiro, ainda que em menor escala, também é identificável a presença de diversos conglomerados produtivos, tanto nacionais como internacionais, principalmente após o processo de modernização agrícola (DELGADO, 2013), como Sadia e Perdigão. Ainda dentro de processos característicos de sociedades modernas, outro ponto deste sistema produtivo seria a extrema especialização dos seus controladores, notoriamente marcados por uma alta qualificação técnica que regem as práticas agrícolas – previsões de mercado, especulação de crédito, produção de sementes, investimento em desenvolvimento de tecnologias específicas. Fator bastante presente dentro das sociedades capitalistas modernas (DUVERGER, 1975).

Caraterizados os três modelos principais de agricultura, podemos retomar o tópico da agricultura familiar. Para Abramovay (2007), pode ser caracterizada como familiar aquela agricultura na qual a posse da propriedade, a gestão direta sobre a mesma e a relação com todas as etapas da produção sejam relacionados diretamente com as pessoas que habitam naquela unidade produtiva, estabelecendo uma unidade familiar. Variando de acordo com a estrutura na qual está inserida, mas sempre seguindo essa base tripla.

Portanto, relacionando a definição de Abramovay com as bases referidas de Ploeg, temos a noção de que a agricultura familiar pode apresentar-se tanto de forma camponesa como de forma empresarial, não podendo ser capitalista⁷.

6 No sentido de Ploeg (2008). Vale especificar que, dentro da estrutura econômica social vigente, todas as formas produtivas acabam definindo-se por alguma prática de comercialização e circulação de capital, logo, sendo capitalistas. Aqui, o conceito “Agricultura Capitalista” não expressa uma dicotomia contra formas “não capitalistas” de agricultura, mas sim a definição de uma prática específica de maior intimidade com os modelos produtivos característicos do capitalismo – forte conexão com o mercado, circulação produtiva constante e longa, entre outros.

7 Cf. Nota 6. Novamente, aqui tratando de Agricultura Capitalista dentro dos conceitos propostos por Ploeg (2008). A agricultura familiar atua dentro do sistema capitalista, ela apenas não pode, conceitualmente, enquadrar-se dentro dos modelos produtivos exercidos pela categoria de Agricultura Capitalista, pelas suas próprias limitantes naturais de controle sobre as etapas produtivas.

Na agricultura camponesa, necessariamente o modelo produtivo deve ser baseado na mão de obra familiar (mesmo que não de forma exclusiva, mas de forma majoritária) visto que a busca deste sistema é a menor dependência possível de fatores externos a sua esfera, incluindo aqui a mão de obra.

No modelo empresarial, em alguns casos o modelo produtivo pode ser conduzido pela agricultura familiar. Vale destacar que nem todo agricultor empresarial é agricultor familiar, mas algum agricultor familiar é empresarial. Visto que a agricultura empresarial pode ter menor ou maior nível de dependência para com o mercado, trabalhando, ou não, com gestão e mão de obra oriunda de fontes externas.

Por fim, a agricultura capitalista nunca pode ser familiar visto que sua lógica de operação segue uma total imersão no mercado, não sendo regida e nem executada de forma independente, mas dentro de um macro sistema produtivo⁸. Menos ainda quando trata-se dos Impérios:

[...] o Império não é apenas o fenômeno emergente e internamente diferenciado; ele consiste, acima de tudo, no fortalecimento mútuo e intrincado de uma grande variedade de elementos, relações, interesses e modelos diferentes. Esse intrincamento relaciona-se com a sociedade de forma coercitiva: todos os projetos (com atores individuais e coletivos), em qualquer nível, devem ser alinhados conforme as regras que a gramática do Império estabelece. (PLOEG, 2008, p. 20)

Ou seja, estes grandes conglomerados capitalistas desempenham práticas econômicas marcadamente predatórias e opressivas dentro dos sistemas produtivos agrícolas.

8 Para ilustração, podemos considerar agricultor camponês como um hortifruticultor de tomates e alfaces que nutre seu solo com aveia, plantada na propriedade, e estrume das vacas que cria. Também gera as próprias mudas das plantas que cultiva em comunhão com esposa e filhos. Já para agricultor empresarial (de tipo familiar) podemos ter um proprietário de 400 hectares de soja, na qual ele e as duas filhas controlam a produção, baseada em grande parte de insumos externos e que esporadicamente contratam mão de obra extra na colheita. Por fim, para a agricultura capitalista podemos ter um empresário urbano que, buscando diversificar a fonte de renda, adquire 2 mil hectares e cultiva-os com *commodities* para exportação, a administração do espaço é feita por um funcionário externo, assim como é externa toda a fonte dos insumos necessárias para a produção. Aprofundamento dessas composições em: PLOEG, 2008, pp. 17-30.

c) *as estruturas de mercado do meio rural.*

Expostas as formas de agricultura, é também essencial entender quais são as possibilidades de inserções mercadológicas disponíveis para estes agricultores. Para tanto, é necessário entender o que é um mercado e, então, suas especificidades para a agricultura.

Os mercados surgiriam como fruto da busca por suprimentos entre produtores distintos o que, a longo prazo, levaria a uma especialização produtiva (WAQUIL; MIELE; SCHULTZ, 2010). Assim sendo:

[...] o termo designa um grupo de compradores e vendedores que estão em contato suficientemente próximo para que as trocas entre eles afetem as condições de compra e venda dos demais. Um mercado existe quando compradores que pretendem trocar dinheiro por bens e serviços estão em contato com vendedores desses mesmos bens e serviços. Desse modo, o mercado pode ser entendido como o local, teórico ou não, do encontro regular entre compradores e vendedores de uma determinada economia. Concretamente, ele é formado pelo conjunto de instituições em que são realizadas transações comerciais (feiras, lojas, Bolsas de Valores ou de Mercadorias, etc.). Ele se expressa, entretanto, sobretudo na maneira como se organizam as trocas realizadas em determinado universo por indivíduos, empresas e governos. (SANDRONI, 2006, p. 528)

Os mercados seriam, então, formados tanto por vendedores como por consumidores, suas respectivas necessidades de aquisição e suas bagagens culturais que permeassem quais os códigos de negociação estabelecidos nessa prática. Por ser um fenômeno social, os mercados são históricos, ou seja, condizem com as lógicas praticadas na sociedade em que estão inseridos (ABRAMOVAY, 2007).

Considerando isto, o mercado para a agricultura segue uma definição contraposta: cadeias curtas descentralizadas e cadeias longas monopolizadas.

As cadeias curtas são aquelas marcadas pela interação mais próxima entre consumidor e produtor, que permitem uma ressocialização a partir do âmbito local. São majoritariamente caracterizadas por mercados emergentes voltados para tradição, origem do produto ou modo de produção. Tipicamente são feiras livres, vendas a domicílio, rotas temáticas ou produtos de agroindústrias familiares que, certificados enquanto tal, são comercializados em mercados locais, restaurantes e afins. Marcadamente, essas cadeias costumam ter uma inclinação

agroecológica⁹ (SCHNEIDER, 2009). E, pela especificidade da possibilidade de valorização do modo de produção e das características do produto, podem gerar mercados aninhados (PLOEG, 2016), caracterizados pela formação de novas práticas econômicas que excedam a lógica tradicional de consumidor buscando menor preço frente ao vendedor, buscando maior lucro. As mesmas tendem a ser descentralizadas exatamente pelo caráter regional que adquirem, prezando pelo abastecimento local.

Em contraposição a estas, as cadeias longas de mercado são marcadas pelo monopólio controlado por poucos agentes econômicos. Nestas, o produtor está inserido numa estrutura mais ampla. A entrada do seu produto no mercado não ocorre diretamente para o consumidor. A própria nomenclatura desta estrutura já refere-se a uma agregação de mais elementos ao longo de seu processo, principalmente outros setores – como beneficiamento, manipulação, industrialização, comercialização. Por esse longo processo, o valor agregado ao produto esvai-se ao longo da comercialização, sendo altamente isolante para os pequenos agricultores. Os produtores inseridos nas cadeias longas tornam-se um elo da cadeia produtiva dentro de toda a produção (CARVALHEIRO, 2010).

Para o caso brasileiro, o processo de modernização ocorrido na segunda metade do século XX evidencia uma progressiva reestruturação do mercado agrícola, que passa a valorizar fortemente a centralidade das cadeias longas (DELGADO, 2013). Neste período – que será analisado nos capítulos seguintes – é progressiva a valorização, principalmente através de políticas públicas, de uma pauta voltada para o fortalecimento de sistemas de produção geridos pela agricultura capitalista (MIELITZ NETTO, 2011).

Partindo destas concepções, o procedimento metodológico executado pela pesquisa foi o de comparação entre uma base quantitativa com uma outra de cunho qualitativo, visto a importância deste tipo de contraposição nas pesquisas de cunho social (SAUTU, 2005).

Pelo lado quantitativo, foram utilizados os dados disponíveis nos Censos Agropecuários já produzidos¹⁰. Eles forneceram estatísticas sobre propriedades relacionadas a

9 Agroecologia aqui entendida como a busca por um sistema produtivo que considere e respeite o meio de produção agrícola, o produto que ali está sendo feito e o produtor envolvido nesse processo (ALTIERI, 1998).

10 Produzidos pelo IBGE inicialmente a cada dez anos, este período reduz-se para cinco anos em algumas circunstâncias. Os Censos de 1920 e 1996 foram considerados parcialmente, visto que são bastante lacunares em suas informações e diferem bastante nos critérios utilizados nos outros. Além disto, foi desconsiderado o Censo referente ao ano de 2006, por trabalhar com uma base de coleta de dados bastante diferente da dos outros anos, oferecendo margem para distorções de análise. Assim sendo, foram utilizados plenamente os

cada cultivo específico, hectares envolvidos, bem como toneladas colhidas na safra referência. Os Censos são realizados desde 1920 servindo a diferentes interesses porém permeados por uma mesma base: levantar dados estatísticos sobre o meio rural brasileiro. Contudo, como o mesmo é realizado pelo poder estatal, diferentes variações foram feitas na metodologia ao longo dos anos de empregabilidade, variando tanto os períodos de medição como a verba destinada para a pesquisa, logo, afetando diretamente quais critérios foram avaliados (FLORIDO, 2004), como, por exemplo, a inserção recente de fatores específicos para agricultura familiar¹¹. Também foram utilizados, porém a caráter secundário, os Anuários Estatísticos Brasileiros¹² produzidos pelo IBGE que, apesar de trabalharem com dados muito mais simples sobre fatores agrícolas, oferecem informações úteis para análises conjunturais a nível nacional.

Pelo lado qualitativo, empreguei uma entrevista semiestruturada¹³ com 12 agricultores do município de São Lourenço do Sul, a fim de identificar como ocorrera o processo de conexão entre os mesmos e o plantio de tabaco – e, principalmente, entre eles e as empresas fumageiras. Esses agricultores foram acessados através de informantes chave¹⁴ (MINAYO, 1992), bem como com o apoio de instituições locais, como a Associação dos Fumicultores do Brasil (AFULBRA) e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município. Entendendo a dinamicidade do meio rural e, mais especificamente, a vasta carga horária exigida pelo plantio de fumo, as entrevistas foram todas realizadas durante o mês de Julho de 2018, por este tratar-se do período de desenvolvimento das mudas o que implicava, logo, que os agricultores estariam mais próximos de casa, facilitando tanto a localização dos mesmos, como a disponibilidade de tempo. As informações concedidas pelos entrevistados foram anotadas em uma planilha para fins de sistematização. As entrevistas também foram gravadas, quando assim permitido pelo entrevistado.

Censos Agropecuários referentes a 1940, 1950, 1960, 1970, 1975, 1980 e 1985. O último censo, de 2018, foi ignorado por ainda não estar completo no momento de elaboração desta pesquisa.

11 Este tópico é novamente retomado na Nota 33, na qual explicita-se diferenças entre os Censos.

12 Compilação realizada pelo IBGE das estatísticas de agricultura, indústria e serviços do país, bem como outros dados de acessibilidade e ação social. Disponíveis em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?id=720&view=detalhes>> (acesso em 18/11/2018).

13 Disponível no Apêndice 1.

14 Maria Minayo (1992) defende a importância de que aproximação a um contexto sócio-histórico distinto ocorra através da mediação de um integrante, ou ao menos alguém já conectado, a este ambiente específico. Esta concepção embasa-se na defesa de que série de conexões com esta localidade fonte desenvolvem-se de forma mais rápida e eficaz se mediadas por um informante conectado ao meio. O qual, também, facilita a construção de laços de confiança, essenciais principalmente para pesquisas que utilizam entrevistas e fontes orais como embasamento.

Estes dois procedimentos visavam suprir os objetivos propostos na pesquisa, que são:

- identificar o processo histórico da construção da relação dos pequenos agricultores de São Lourenço do Sul, Rio Grande do Sul, com as empresas fumicultoras.
- avaliar o nível de influência da modernização agrícola sobre a estruturação destas relações.
- caracterizar o sistema produtivo de tabaco da perspectiva histórica.
- constatar qual a percepção e narrativa dos próprios agricultores para com este processo.

Esses objetivos serão analisados neste trabalho ao longo de dois capítulos na sequência desta introdução, que aborda a importância do tópico e da localização escolhida, bem como a metodologia de pesquisa e a base teórica; no capítulo 1, volto-me para a análise histórica das alterações do meio rural brasileiro principalmente na segunda metade do século XX com a ascensão da “Revolução Verde” e a progressiva valorização das cadeias longas de monocultura voltadas para exportação, bem como as especificidades históricas do contexto riograndense. No capítulo 2, direciono-me à análise dos dados obtidos através das fontes; destacando as informações dos Censos e os relatos das entrevistas com os agricultores e buscando relações e comparando estes com fontes bibliográficas para o município de São Lourenço do Sul. Por fim, nas considerações finais retomo o percurso de todo o argumento.

1. A "MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA" DO SÉCULO XX

O século XX desenvolve-se no mundo como um período marcado pelas alterações socioeconômicas gerais. Expansão e retração do imperialismo, disputas entre blocos econômicos e programas de modernização universalista pautaram as relações entre os países (MICHELENA, 1977).

Para o caso dos países periféricos (ou subdesenvolvidos), e em especial para os latino-americanos, uma série de projetos desenvolvimentistas¹⁵ surgem como proposta para modernizar as relações capitalistas dentro dos territórios (SACHS, 2001). Um exemplo destes

15 Desenvolvimento aqui relacionado à concepção de “crescimento econômico”, visto que esta também era a definição mais popular do período. Sobre as diversas concepções alçadas ao termo “desenvolvimento”, ver mais em: IVO, A.B.L. Estado da arte da sociologia nos estudos sobre o desenvolvimento. 2014, pag. 19-91.

projetos é o livro “Etapas do Desenvolvimento Econômico – Um manifesto não comunista” (1974) de W. W. Rostow, no qual o autor elenca cinco estágios que todas as nações deveriam percorrer objetivando uma econômica capitalista moderna. Este escrito é bastante ilustrativo para as concepções do período pois ignora e desdenha de qualquer especificidade sócio-histórica, ou seja, propõe um modelo de capitalismo único que funcionaria para todas as nações que o empregassem. Mesmo distante da realidade prática, a concepção de uma “passo a passo” para o capitalismo teve diversas repercussões dentro dos países subdesenvolvidos. Para o caso do Brasil, podemos destacar a figura de Delfim Netto – ministro durante a ditadura empresarial militar brasileira¹⁶ – como um proponente de um modelo padrão de desenvolvimento capitalista (DELFIN NETTO, 2009).

Em contraposição aos protótipos econômicos que ignoravam o contexto econômico dos países, uma série de pesquisadores debruçaram-se sobre as especificidades que as economias latino-americanas desenvolveriam por estarem em constante relação de poder com os países centrais – Europa e Estados Unidos (COLISTETE, 2001). Destaco aqui as produções de Raul Prebisch (1968); Celso Furtado (2006); Fernando Henrique Cardoso (2000) e Cardoso de Mello (2009); que, por mais que encontrem distintas interpretações e resultantes das relações entre países subdesenvolvidos e desenvolvidos, têm em comum o fator de encontrarem essas resultantes. Ou seja, o capitalismo envolveria essa relação dual entre centro e periferia.

Por mais que tomem distintas posições quanto ao processo de formação do capitalismo moderno nos países periféricos, a agricultura aparece sempre como um fator central dessa transição em todas as análises. O presente capítulo analisa como essa percepção da agricultura como um fator chave para o desenvolvimento econômico e industrial de um país afetou as estruturais agrárias do Brasil.

1.1. A questão agrária.

Dentro das concepções tradicionais de desenvolvimento capitalista e industrial de um país, a agricultura aparece com duas funções primordiais: (i) o fornecimento de matéria-prima para o meio urbano; e (ii) a concessão de mão de obra para as indústrias surgentes. A matéria-prima concedida por esse meio rural seria tanto aquela a ser utilizada pela indústria na

16 Sobre ditadura, ver mais em DREIFUSS, René Armand. 1964: A conquista do Estado. Petrópolis: Vozes, 1981.

confeção dos seus produtos como a alimentação para os trabalhadores. Quanto menor fosse o custo de alimentação para o meio urbano, menor o custo de vida e, logo, menor o salário necessário a ser pago para estes pelos empregadores capitalistas – aumentando a taxa de lucro que, teoricamente, ampliaria o investimento no crescimento industrial. Já sobre a mão de obra, por contar com a maior parte proporcional da população do território¹⁷, o meio rural funcionaria como um estoque de trabalhadores, liberando estes para as indústrias quando as mesmas necessitassem, retendo os mesmos quando necessário ou até mesmo absorvendo o excedente de mão de obra em uma ocasional retração industrial (CAMARGO, 1981). Além disto, também caberia ao meio rural a clássica proposição de acumular capital primitivo para os investimentos industriais necessários (OLIVEIRA, 1981).

A questão agrária seria então, dentro da visão desenvolvimentista dominante, o resultado de um momento histórico em que ou o fornecimento de matéria-prima (i) ou a concessão de mão de obra (ii) estariam descompassados com o desejado pela estrutura industrial. Ou seja, a quantidade de matéria-prima produzida poderia ser insuficiente, aumentando o custo de produção e o custo de vida do proletariado urbano, ou este meio rural poderia liberar trabalhadores em quantidade insuficiente, ou em demasia, entre outras expressões. A questão agrária é o debate sobre o descompasso da estrutura agrária prática em comparação com o modelo teórico ideal¹⁸, bem como soluções para tal (RANGEL, 2000).

Este debate apresenta uma trajetória histórica bastante longa e atrelada àqueles sobre a transição do capitalismo mercantil para o capitalismo industrial. No caso europeu, por exemplo, Karl Marx ao analisar o caso do capitalismo inglês, e os próprios autores marxistas que o sucederam como Karl Kautsky, com o caso alemão, e Vladimir Ulianov (Lenin), com o caso russo, relacionaram a importância da agricultura nesta composição (STÉDILE, 2012).

[...] a agricultura não se desenvolve segundo o mesmo processo da indústria. Ela segue leis próprias. Mas isto absolutamente não quer dizer que a evolução da agricultura se coloque em oposição à da indústria e que ambas sejam inconciliáveis. Ao contrário, julgamo-nos com elementos para demonstrar que ambas tendem para o

17 No caso brasileiro, por exemplo, a população urbana só ultrapassa a proporção da população rural na década de 70. Enquanto em 1960, 44,67% dos brasileiros habitava o meio rural, este número passa para 55,92% em 1970. Dados disponíveis em: <<https://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?vcodigo=pop122>> (acesso em 29/10/2018).

18 Obviamente que ideal dentro de uma perspectiva política e econômica. Aqui, como referido anteriormente, esta percepção idealizada relacionava-se ao modelo de desenvolvimento econômico através da industrialização.

mesmo fim, uma vez que não as isolemos da outra, e as consideremos como partes de um mesmo progresso de conjunto. (KAUTSKY, 1980, pg. 28)

Mesmo apresentando características formativas distintas, agricultura e indústria, na transição do capitalismo mercantil para o capitalismo industrial, operariam de forma consonante visando esta reformulação econômica.

Especificamente para o Brasil, esta discussão têm destaque entre 1930 e 1964, com a ascensão de análises sobre a necessidade de industrialização do país como forma de atingir crescimento econômico. É neste período que uma série das pesquisas referidas anteriormente sobre industrialização dos países latino-americanos são desenvolvidas e, ao compararem a estrutura agrária brasileira com a estrutura ideal que fomentaria uma sociedade urbana industrializada, uma série de disparidades se evidenciam. Como destacado por Camargo (1981):

A) os índices produtivos agrícolas seriam insuficientes, sendo lacunares tanto no fornecimento de matéria-prima para a indústria, como de alimentação para os trabalhadores urbanos.

B) a propriedade da terra seguia uma contradição entre poucos proprietários donos de uma vasta quantidade de hectares, contra uma grande quantidade de pequenos agricultores proprietária de lotes escassos, de má qualidade produtiva e frequentemente insuficientes para a reprodução social dos mesmos. Por não fornecerem estabilidade econômica para estes pequenos agricultores, os mesmos também deixavam de ser consumidores em potencial de qualquer indústria surgente.

C) para além dos grandes e pequenos proprietários rurais, havia uma massa de pessoas que já não possuíam terras – vendidas ou perdidas por uma série de motivos. Estes trabalhavam nas propriedades rurais alheias – como arrendatários, meeiros, posseiros, contratados – ou, em sua grande maioria, passavam pelo êxodo rural. Essa elevada quantidade de trabalhadores que chegava às cidades ainda incipientes em espaços de trabalho formava um contingente não qualificado de mão de obra que habitaria as periferias do meio urbano. Também reduziria a remuneração média da região pelo excedente de interessados nas poucas vagas de trabalho, dificultando a estruturação de um mercado consumidor sólido.

Por mais que de forma distinta, os três fenômenos apresentados pela estrutura agrária brasileira no século XX tinham uma fonte única: a grande propriedade fundiária (SILVA, 1981). Era ela que possuía muito mais terras do que de fato produzia, ocupava as terras de

maior produtividade e adquiria compulsivamente mais hectares, relegando os pequenos agricultores ou a situações de difícil ou de impossíveis subsistências, forçando-os ao êxodo rural.

Esta grande propriedade de terra no Brasil forma-se no processo de colonização que o território sofreu. E é constantemente reforçada pelas diretrizes políticas exercidas sob o território, assumindo novas facetas no transcurso dos séculos XIX e XX.

Sob o domínio português, a terra era acessada através de duas formas principais: a ocupação do território e conseqüente exploração do mesmo, sem nenhum registro legal inicial; e a concessão de sesmarias por parte da Coroa portuguesa, que eram lotes de terra privados cedidos a “notáveis” que se comprometessem a produzir, registrar e medir¹⁹ a respectiva quantidade de hectares recebida (MOTTA, 1998). Para o caso do Rio Grande do Sul, também tinham-se os “despachos do governador”, cessões de terra para grupos específicos em condições específicas, como para os povos açorianos que instalaram-se na região (OSÓRIO, 2007).

É interessante destacar que por mais que uma das exigências para concessão da sesmaria fosse o registro da mensuração oficial da mesma, este fator dificilmente ocorria por uma explicação bastante prática: enquanto não registrasse o tamanho da sua propriedade, aquele senhor de terras sempre poderia ampliar as fronteiras de sua exploração. E, como a grande maioria dos sesmeiros (nome dado à quem recebia a sesmaria) advinha dos grupos de poder, caso algum questionamento sobre sua propriedade fosse levantado, rapidamente o mesmo saberia para onde ou para quem recorrer e reestabelecer a solidez sobre “suas terras” (MOTTA, 1998).

As relações de poder sobre a propriedade fundiária tornam-se ainda mais ríspidas para os pequenos agricultores com a promulgação da Lei de Terras, em 1850. Nesta, ficava determinado que todas as terras não atreladas à posse privada seriam posse do Estado, limitadas à aquisição através da compra. Como uma das formas de acesso à terra era a posse direta, sem registro legal, diversos agricultores ficaram totalmente desprovidos do seu meio de sobrevivência – na maior parte dos casos, exatamente aqueles agricultores que já viviam em condições de vulnerabilidade²⁰. Situação deveras confortável para os grandes proprietários

19 Visto que a maior parte das mensurações do período era feita utilizando demarcações geográficas, como rios, encostas de morro ou propriedades alheias (MOTTA, 1998).

20 Apesar das condições de vida bastante humildes, são notáveis as articulações de vida destes pequenos agricultores, tanto do ponto de vista cultural como de resistência frente forças desproporcionais. Para o caso específico do Rio Grande do Sul, mais informações em LEIPNITZ, 2016 e SCHOMMER, 2018.

de terra que, ou já haviam recebido a Carta de Sesmaria determinando sua posse privada, ou tinham as conexões de poder suficientes para ultrapassar qualquer barreira legal (SILVA, 1982).

A Lei de Terras é uma evidência bastante forte de como as determinações públicas servem a grupos de poder específicos (RIBEIRO, 2008) e, no caso da promulgação de 1850, servia à grande elite agrícola. Se somarmos a data de promulgação da lei ao contexto histórico de crescentes questionamentos ao regime escravista, temos o resultado de que, além de garantir o direito máximo à propriedade da terra disponível, interessava também a esta elite ter a certeza de que, em uma eventual abolição, as pessoas até então escravizadas continuariam subordinadas ao sistema econômico, impedindo que as mesmas tivessem acesso à posse da terra e pudessem construir caminhos independentes (SILVA, 1982). Assim, reafirmava-se, mais uma vez, que as grandes propriedades de terra continuariam sob controle de uma oligarquia.

A formação da República mantém dois dos três eixos do meio rural brasileiro: a grande propriedade fundiária e a monocultura para exportação, desfazendo-se da utilização de mão de obra escravizada – que não condizia com o novo estágio de capitalismo global que necessitava de mercados consumidores (MIRALHA, 2008).

Além disto, como necessitava de legitimidade, o poder republicano estabeleceu uma série de alianças com os poderes regionais, ampliando as concessões de domínio local em troca de apoio (NETO, 2003). Fomentando as desigualdades estruturais já estabelecidas que viriam a eclodir, por exemplo, nos levantes de Canudos e do Contestado, nos quais populações rurais marginalizadas e distanciadas de qualquer possibilidade de manutenção dos seus meios de vida tentaram estruturar vias alternativas de sobrevivência. Com a repressão a estes movimentos, ocorre também um fortalecimento da propaganda dualista entre meio urbano “civilizado” contra a “barbárie” rural. O objetivo era, progressivamente, distanciar qualquer conexão entre a população urbana e a população rural com o objetivo de evitar comoções populares do primeiro para com o segundo grupo (CAMARGO, 1981).

Do ponto de vista governamental, a crise da cafeicultura próxima ao fim da década de 20 gerou uma pequena diversificação nos tipos de cultivo, que progressivamente fomentaram algumas políticas públicas visando a manutenção do mercado interno – garantias de compra

para determinados produtos, assegurando que alguns agricultores o produziram e, logo, que haveria abastecimento²¹.

Porém, o caráter geral neste período é de uma intervenção do Estado nas práticas agrícolas visando beneficiar diretamente as elites que compõem o sistema de dominação. Assim, em períodos de prosperidade, as políticas públicas eram direcionadas a facilitar a expansão da agricultura de exportação e, em períodos de dificuldade, destinadas a salvar os estoques da agricultura de exportação. Deixando o abastecimento para o mercado interno totalmente desamparado do ponto de vista estatal, já que políticas públicas básicas como crédito rural, preços mínimos para determinados produtos e assistência técnica nunca foram aplicados (MIELITZ NETTO, 2011).

O governo Vargas, entre 1930 e 1945, é marcado por uma série de agitações sociais. A sociedade brasileira vivia um período fortemente traçado pela mudança das suas estruturas: uma população urbana operária surgia em grande quantidade de forma inédita. Erguida no caos ocasionado pela Crise de 1929, o governo varguista teve de encarar uma economia global capitalista destrocada e que, portanto, deixara de importar tanto quanto o fazia antes, quebrando a principal fonte de economia do território brasileiro: a exportação de café. Apesar do choque cultural representado por este ocorrido, o mesmo possibilitou que Vargas centralizasse o poder em si diante do enfraquecimento das elites rurais. Além disso, a crise de exportação agrícola evidenciou a necessidade de diversificação da economia, estimulando as primeiras medidas industrializantes (FERREIRA, 2003). Esse fomento ocorreu principalmente através da desvalorização da moeda nacional – o que dificultaria importações constantes, forçando um processo de industrialização –, da regulação do preço do café (não estimulá-lo a subir, porém impedir seu decréscimo), e do fomento à diversificação de investimentos para o capital acumulado, principalmente aquele oriundo da cafeicultura (SOUZA, 2008).

A economia brasileira passou então de uma concepção centralizada na exportação agrícola, para uma nova que percebia a agricultura como um fator intermediário de um complexo produtivo conduzido pela indústria.

21 Apesar da base rural, é interessante destacar a conexão entre a produção cafeicultura e a industrialização do país, visto que inicialmente era esta produção agrícola que originava a principal acumulação de capital utilizado no projeto de desenvolvimento industrial. Para mais, checar o trabalho de Sérgio Silva: “Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil” (1986).

Salvo as pequenas 'linhas' de integração pré existentes entre algumas regiões do país, este era muito mais uma 'soma' de regiões econômicas distantes. Vale dizer: para prosseguir como desenvolvimento do capitalismo brasileiro havia, necessariamente, que integrar o mercado nacional e, para tanto, jamais poderia o Estado permitir a supremacia de interesses especificamente regionais sobre os nacionais. Desnecessário dizer que o interesse nacional predominante seria o de desenvolver a indústria, prioritariamente aos demais setores. Agora, não mais interessaria tratar de problemas regionais, já que o Estado faria com que vários deles fossem rapidamente "convertidos" em problemas nacionais. Café, siderurgia, sal, pinho, mate, açúcar e álcool e outros seriam contemplados com instrumentos de política econômica federal centralizada e, em muitos casos, criar-se-iam instituições federais específicas para seu atendimento. (CANO, 2002, p. 106 apud KAGEYAMA, 2008, p. 96)

Na forma de políticas públicas essa alteração conceitual ficou bastante evidente com o surgimento de uma série de medidas voltadas para estimular o mercado interno. É criado, por exemplo, o primeiro sistema de crédito agrícola especializado – Carteira de Crédito Agrícola e Industrial (CREAI) do Banco do Brasil; além da primeira garantia de preços mínimos com a Comissão de Financiamento da Produção (CFP); bem como o Sistema Nacional de Abastecimento. Apesar de bastante incipientes, deficitárias e monoliticamente monopolizadas pelos grandes proprietário, essas políticas deram o ensejo para estruturação de uma série de novas medidas inéditas na estrutura pública brasileira até então (MIELITZ NETTO, 2011).

Do ponto de vista da democratização do acesso à terra, ocorre a “Marcha para o Oeste” com o fomento de ocupações agrícolas no Centro-Oeste brasileiro, principalmente na região de Goiás. Porém, a baixa infraestrutura do território acaba limitando a ocupação do espaço àquelas elites que já possuíam capital para exploração (CAMARGO, 1981).

As políticas varguistas são mantidas após o fim da Era Vargas, e a Segunda República desenvolve-se marcada pela intensificação dos debates sobre necessidade de industrialização e reforma agrária.

Porém, este período conta com a ascensão de uma nova figura política sólida: os movimentos sociais rurais. Sejam originados de forma espontânea entre posseiros, colonos, foreiros, arrendatários e mesmo pequenos agricultores, ou de forma estimulada como as primeiras Ligas Camponesas promovidas pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB), uma série de movimentos sociais une-se, ao longo das décadas de 50 e 60, em defesa de uma reestruturação e democratização do acesso à terra. Como resultado prático, a própria

Constituição de 1946 traz, pela primeira vez, a possibilidade de expropriação de terras com respectiva compensação monetária para medidas de reforma agrária (MEDEIROS, 2015).

Ainda ao longo da Segunda República, as Ligas Camponesas são um fenômeno de forte expansão entre os agricultores. Apesar de originalmente criadas pelo Partido Comunista, quando o mesmo é condicionado à ilegalidade, em 1947, as Ligas reproduzem-se de forma espontânea, agrupando e instruindo agricultores sobre seus direitos. Dentro das mesmas, destaque para as movimentações ocorridas no Nordeste, onde, através de diversos embates físicos e judiciais, diversos pequenos agricultores conseguiram vitórias sólidas frente aos grandes engenhos – como a expropriação do Engenho da Galileia²², em Pernambuco (MONTENEGRO, 2004).

Em 1961, os movimentos sociais celebraram a eleição de João Goulart, conectado às pautas sociais, do qual esperava-se uma solução progressista para a questão agrária. Teóricos do período, como Nelson Werneck Sodré sustentaram que

A disponibilidade de terras   um fato inequívoco – mas de terras apropriadas, não de terras por apropriar. Há espaços vazios, mas não há propriedades a conquistar: não há transferência de propriedades. (SODRÉ, 1962, p. 118)

Estes intelectuais, como era também o caso de Alberto Passos Guimarães²³, exaltavam a necessidade de uma reforma agrária:

[...] a redistribui o da terra, a divisão da propriedade latifundiária não   uma simples opera o aritmética, uma repara o de injustiças ou uma medida de assistência social.

Uma reforma agrária democrática tem um alcance muito maior: seu objetivo fundamental   destruir pela base um duplo sistema espoliativo e opressivo; romper e extirpar, simultaneamente, as rela es semicoloniais de dependência ao imperialismo e os vínculos semifeudais de subordina o ao poder extraecon mico,

22 Especificamente sobre o Engenho da Galileia, o documentário “Cabra marcado para morrer”, dire o de Eduardo Coutinho e lançado em 2011,   bastante ilustrativo sobre a condi o de vida dos agricultores e suas articula es políticas.

23 Aqui vale a ressalva de que Alberto Passos Guimarães, assim como diversos outros intelectuais do período, entendiam que todas as sociedades passariam pelos mesmos estágios econômicos ao longo do seu desenvolvimento; e, portanto, o Brasil teria de ter um estágio feudal – ou ao menos semi feudal. Esta concep o desconstruiu-se ao longo do século XX, principalmente pelo fato de que a inser o das produ es agrícolas brasileiras coloniais, apesar de suas características regionalizadas, atendiam a mercados e interesses capitalistas, principalmente em rela o ao contexto europeu, como destaca um contemporâneo dos autores citados, Caio Prado Júnior (1981).

político e “jurídico” da classe latifundiária. E tudo isso para libertar as forças produtivas e abrir novos caminhos à emancipação econômica e ao progresso de nosso país. (GUIMARÃES, 1963, p. 54)

Contudo, o Golpe Militar de 1964 dá início a um regime ditatorial repressivo e anti democrático. Enterrando qualquer reforma social progressista (LUNA; KLEIN, 2014) e instaurando uma solução para a questão agrária brasileira voltada para a satisfação das elites agrárias e do mercado externo (DELGADO, 2013).

Dos fatores introdutórios da questão agrária brasileira referidos acima, por mais que a concentração fundiária e a falta de oportunidade produtiva para pequenos proprietários e sem-terra tenham sido os de maior embasamento histórico e econômico, é o fator relativo aos índices produtivos que terá predominância de combate no período. Enquanto uma parte progressista da população do período via na reforma agrária das grandes propriedades agrícolas uma forma de reestruturar o meio rural; a estrutura estatal, majoritariamente controlada pelas elites agrárias tradicionais, opta pelo processo de modernização agrícola baseada na Revolução Verde.

1.2. A Guerra Fria, o Golpe Militar e a Revolução Verde.

O Golpe Militar de 1964 conjuga os interesses de uma série de grupos conservadores dominantes na sociedade brasileira. São grandes proprietários de terras, industriais nacionais e internacionais interessados na manutenção e intensificação dos seus privilégios econômicos, além de grupos religiosos em defesa de costumes conservadores na sociedade, que encontram no Exército um ator capaz de encabeçar e conduzir um regime ditatorial (MIELITZ NETTO, 2011).

Instaurado o regime militar, fazia-se necessário que o governo central correspondesse aos seus apoiadores. Principalmente no que tangia a benefícios para o capital industrial, marcadamente fomentado pela capital estrangeiro (DREIFUSS, 1981). Contudo, como destaca Mielitz Netto:

Para se promover a industrialização, havia a necessidade de geração de divisas, as quais deveriam ser obtidas via exportação de produtos agrícolas. Também era necessária uma classe de trabalhadores urbanos que deveriam constituir o operariado para a indústria a ser expandida e a construção civil decorrente da maior urbanização. Para viabilizar economicamente tais iniciativas, era fundamental que

matérias-primas e alimentos fornecidos pela agricultura para a indústria e para o meio urbano fossem baratos. Por fim, deveria a agricultura ser compradora dos produtos da indústria de bens de capital e insumos que se instalara. (MIELITZ NETTO, 2011, p. 229)

Ou seja, novamente retornava-se ao aspecto da questão agrária para o desenvolvimento industrial do país, porém operando com a certeza de que o caminho para tal solução se daria através do fortalecimento das grandes propriedades.

Tal operação deu-se no fomento de culturas específicas visando a instauração de um capitalismo financeiro no meio agrícola brasileiro. Beneficiando as grandes propriedades, uma série de políticas públicas direcionaram-se no sentido de modernizar as práticas econômicas das mesmas (DELGADO, 2013).

É essencial o adendo de que, por mais que o início do período ditatorial seja marcado pelo encorajamento às grandes propriedades de terra, as mesmas já vinham há décadas em um vertiginoso processo de concentração fundiária, como exposto anteriormente, bem como da entrada de capital estrangeiro (TAMBARA, 1983). Para uma nova ilustração deste fator, podemos utilizar os dados sobre a quantidade de grandes propriedades, que baixou de 2,3% para 0,98% entre 1950 e 1960, sendo que, na década de sessenta, essa porcentagem correspondia à 47,29% das terras agrícolas do país. Se ampliarmos esta mensuração para os 10% das propriedades de maior tamanho, estas controlavam 79,9% das terras. Ou seja, no outro lado, teríamos 90% dos estabelecimentos agrícolas com posse de 20,1% dos espaços rurais (DREIFUSS, 1981).

Para entendermos quais as bases conceituais por trás das medidas de adaptação da agricultura brasileira às necessidades da indústria capitalista, faz-se necessário um aprofundamento sobre as noções de prática agrícola que estruturavam-se no período, principalmente através da Revolução Verde.

A Revolução Verde foi um processo de inovações tecnológicas direcionadas para as práticas agrícolas no pós Segunda Guerra Mundial. Dois alinhamentos capitalistas conduziram a difusão e implementação dessas inovações.

O primeiro foi a necessidade de diversas empresas químicas e mecânicas encontrarem novos mercados após o cessar da produção bélica em larga escala – buscando, logo, novas oportunidades de lucro (ANDRADES; GAMINI, 2011). A modernização produtiva do meio agrícola surgia para estas empresas – e para diversas outras em geral – como um gigantesco

mercado no qual diversas oportunidades de exploração comercial poderiam ser geradas: a semente poderia ser vendida, bem como os produtos para o plantio; após a colheita, transporte, beneficiamento e comercialização também apareciam como novas comercializações (BRUM, 1988).

O segundo deu-se na composição das forças econômicas mundiais no contexto surgente da Guerra Fria. A estruturação do bloco socialista e do bloco capitalista levou uma série de países a uma situação de indefinição sobre livrar-se, ou não, do capitalismo naquele momento. A miséria de uma série de países (principalmente aqueles de posições periféricas, como a América Latina, a África e regiões da Ásia), expressa principalmente através da fome, servia como comprovação prática das limitações do capitalismo no sentido de promover igualdade entre a população – ou, ao menos, condições de vida básica – aproximando diversos grupos dos ideais socialistas por buscarem melhoria nas condições de vida (MICHELENA, 1977). Neste contexto, o combate à fome tornara-se uma necessidade central para que bloco capitalista mantivesse seus espaços de dominação.

Assim sendo, e somado ao primeiro ponto da necessidade de mercados para estas empresas, uma forte propaganda para combate à fome através da ampliação dos índices produtivos toma corpo. Essa ampliação ocorreria através da “modernização” das práticas agrícolas, inserindo maquinários, químicos e culturas específicas que aumentariam a produção de comida (ANDRADES; GAMINI, 2011). Interessante destacar que as formas de distribuição desses mercados alimentares, ou propriamente as estruturas econômicas que cadenciavam essas alimentações nunca foram questionadas pelos interesses capitalistas, até mesmo porque, muito possivelmente, a resposta para a má distribuição estaria exatamente dentro da lógica capitalista.

A Revolução Verde caracteriza-se, então, pela difusão de agrotóxicos (herbicidas, fungicidas e outros fertilizantes químicos em geral), de maquinário pesado e de culturas agrícolas específicas, criando “falsos lugares neutros”²⁴ sob o pretexto de aumento massivo da produção agrícola. Essa prática, inicialmente testada no México e nas Filipinas, surge como uma solução para as necessidades agrícolas brasileiras após a década de 50 (ANDRADES; GAMINI, 2011).

24 Definição de Hardt e Negri (2000) endossada por Van der Ploeg (2008) em que o processo de modernização agrícola geraria espaços sem características naturais de nenhuma localidade específica, ou seja, terras no Brasil, em Moçambique e na Itália que por definição natural seriam diametralmente distintas mas que, na prática modernizante, todas compartilhariam massivamente suas características produtivas após a intervenção antropogênica.

No caso brasileiro, o exemplo de como a Revolução Verde significava uma grande chance de crescimento de mercado para o capital estrangeiro é bastante ilustrativo. Ao longo das décadas de 50 e 60, após o território do país apresentar características ideais para produção de trigo, uma das principais empresas conectadas à Revolução Verde, a Fundação Rockefeller²⁵, fundou diretamente a Cargill (ligada à comercialização de cereais e rações), a Agrocereis (pesquisas genéticas com o milho), a EMA (Empreendimentos Agrícolas) para equipamentos agrícolas. Além de influenciar diretamente na estruturação da Associação de Crédito e Assistência Rural – ACAR, em Minas Gerais; o primeiro organismo público voltado para fomento de culturas específicas da Revolução Verde. Nos mesmos moldes, também criou-se a ASCAR – Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural, no Rio Grande do Sul; e a Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural – ABCAR, em 1956, esta de âmbito nacional. Os programas econômicos de empresas transnacionais foram progressivamente sendo assumidos como soluções pelos governos periféricos (BRUM, 1988).

Somados o governo ditatorial, o fomento dos interesses das elites capitalistas brasileiras e internacionais, a busca por industrialização, a defesa de práticas e costumes conservadores e a base teórica da Revolução Verde, temos os contornos do processo brasileiro chamado Modernização Conservadora²⁶ (DELGADO, 2013).

1.3. A modernização agrícola brasileira, as monoculturas e outras consequências

O Governo Militar inicia-se com a necessidade de adaptar o meio rural às necessidades de industrialização capitalista que guiavam a proposta econômica do regime. Para tanto, uma série de políticas públicas agrícolas tiveram de desenvolver-se (MIELITZ NETTO, 2011).

25 É interessante uma caracterização sobre as empresas que atuaram (e atuam) na Revolução Verde, usando o caso específico da Fundação Rockefeller como exemplo. Em 1988, Argemiro Brum destaca o seguinte sobre as conexões da mesma: “sabemos que atua em múltiplas frentes diversificadas com grandes empresas de sua propriedade: no setor financeiro, possui um dos maiores bancos privados do mundo – o Chase Manhattan Bank – que é atualmente um dos maiores credores do Brasil; no setor industrial, além de outras, possui empresas que fabricam máquinas e equipamentos agrícolas, bem como fertilizantes, defensivos e pesticidas; na área do petróleo, detém controle de duas das sete maiores petrolíferas do mundo; na área comercial, é sócio da Cargill, uma das maiores comercializadoras de grãos do mundo, o mais poderoso dos cinco grupos que controlam a comercialização de cereais em escala mundial, e que também se dedica à fabricação de rações, além de controlar monopolisticamente a pesca, a fabricação e comercialização no Peru. Também atua em outros ramos.” (p. 49) enquanto isto, o site oficial da empresa a define apenas como uma “promotora do bem estar social através do mundo” (tradução livre da frase original em inglês) (<<https://www.rockefellerfoundation.org/>> acesso em 08/11/2018)

26 Outros adjetivos também caracterizam o mesmo conceito, destaco aqui a definição de Modernização Dolorosa, de José Graziano da Silva (1982), que assim a denomina por focar na elevada exclusão e diferenciação regional provocada pelas alterações agrícolas.

O alicerce dessas novas políticas esteve no Estatuto da Terra, de 1964, no qual definiu-se, além da inclusão dos trabalhadores agrícolas nos direitos trabalhistas²⁷, a primeira tipologia das propriedades rurais brasileiras, caracterizadas em três grupos: (a) minifúndios – propriedades inferiores a um módulo fiscal²⁸, consideradas produtivamente ineficazes; (b) latifúndio – propriedades entre um e 600 módulos fiscais; e (c) empresas rurais – entre um e 600 módulos fiscais mas com exigências técnicas específicas. Essa tipologia serviu para, progressivamente, fomentar políticas públicas que transformassem os latifúndios em empresas rurais, visto que essas eram interpretadas como modelos ideais e fortemente conectados ao mercado, portanto, possibilitando o capitalismo financeiro industrial perseguido. Seria nessa agricultura de tipo empresarial (PLOEG, 2008) que a maioria dos produtos utilizados na produção viriam do mercado. Vale o adendo de que os minifúndios foram excluídos de qualquer abordagem política por serem considerados de tamanho insuficiente para uma produção eficaz e, por consequência, tendentes à extinção²⁹ (ALMEYRA *et al*, 2015).

Essa modernização para financeirização do meio agrícola brasileiro ocorreu principalmente através de quatro pontos: (a) a mecanização agrícola, através de financiamentos facilitados para aquisição de maquinários – principalmente tratores – especialmente para aquelas regiões consideradas mais aptas, com melhores topografias e acessibilidade (BRUM, 1988); (b) um sistema de créditos agrícolas especializado; (c) a seleção de sementes; e (d) uma política de preços mínimos.

Em 1965, o Estado articula o Sistema Nacional de Crédito Rural, direcionado a fornecer o capital necessário para desenvolver o plantio de culturas específicas em localidades do país. O plantio distinto que cada região seria mais propensa a desenvolver era determinado

27 Os quais já eram garantidos aos trabalhadores urbanos desde 1943 (CAPELATO, 2003). Vale destacar, ainda, que por mais que esta medida esboce a ampliação de um direito a estes trabalhadores, na prática foi realizada por três motivações políticas benéficas à classe dominante: reduzir a pobreza rural extrema através de um padrão salarial, e assim evitar revoltas rurais massivas; organizar as massas de trabalhadores rurais através de um sistema uniformizado de contratação, para facilitar a arrecadação de mão de obra na expansão das fronteiras agrícolas; e, por fim, a instituição de sindicatos diretamente atrelados ao papel do Estado, pondo as Ligas Camponesas na ilegalidade (BRITO, 2015). E, ao mesmo tempo que determinada os direitos trabalhistas rurais, a ditadura militar também impunha uma repressão massiva frente a todos os movimentos rurais, perseguindo, torturando e executando grande quantidade de pequenos agricultores. Para mais, o trabalho do *site* “Memórias da Ditadura” é bastante ilustrativo: <<http://memoriasdaditadura.org.br/trabalhadores-rurais/index.html>> (acesso em 27/11/2018).

28 Mensuração para propriedades rurais com valor em hectares variável para cada região – buscando a melhor caracterização das propriedades de acordo com seu contexto. Para os valores atuais, vide: <http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/estrutura-fundiaria/regularizacao-fundiaria/indices-cadastrais/indices_basicos_2013_por_municipio.pdf> (acesso em 16/11/2018)

29 As consequências dessa opção política do governo para com as pequenas propriedades serão abordadas ao longo dos próximos capítulos.

através de distintos órgãos públicos³⁰ direcionados tanto à pesquisa como a promoção dessas culturas, como o Instituto do Alcool e do Açúcar (IAA), o CTRIN-DTRIG para o trigo e Comissão Executiva do Plano de Lavouras de Cacau (CEPLAC), entre outros – estas fomentaram, por exemplo, o cultivo do milho no Centro Sul do país, bem como o de trigo no Sul do país (DELGADO, 2013).

E, para o apoio técnico dessas implementações, forma-se a EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisas Agrícolas), em 1971, que estabelece uma conexão direta com os órgãos internacionais. A mesma ainda recebe o apoio logístico da EMBRATER – Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural – vinculada ao Ministério da Agricultura, bem como das práticas estaduais através da EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (BRUM, 1988).

É essencial destacar que os créditos existiam, todavia segregados a plantios específicos tanto de espécie como de semente, logo, o agricultor que desejasse um empréstimo estaria subordinado às exigências do financiador (BRUM, 1988). Isto acarretou em três processos: a exclusão dos pequenos agricultores das grandes linhas de crédito, visto que os mesmos já não teriam o capital inicial para estruturarem as exigências necessárias ao financiamento; a perda de autonomia dos agricultores em geral, cada vez mais submetidos as requisições externas; e a progressiva redução da diversidade agrícola ocasionada pela constante escolha de culturas.

O objetivo dessas culturas estimuladas via de regra não direciona-se para o mercado interno, sendo evidentemente traçado o alinhamento das mesmas para exportação – dentro da lógica de utilizar a agricultura como acúmulo de capital para industrialização. Por mais que tenha sido estabelecida a Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) para garantir o abastecimento interno, a mesma foi bastante débil e pouco atrativa aos produtores (BRUM, 1988). Essa lógica exportadora empregou fortemente as bases de todos os programas econômicos ditatoriais, dos quais podemos destacar o Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG), de Castelo Branco; o Plano Estratégico de Desenvolvimento (PED), de Costa e Silva; e o Plano de Metas e Bases para a Ação do Governo (MEGAG), de Emílio Garrastazú Médici; bem com os Planos Nacionais de Desenvolvimento (PNDs) do

30 Órgãos estes que, em grande escala, tinham sido criados durante a Era Vargas, mas que retornavam sua importância no projeto militar (DELGADO, 2013).

encerramento do regime militar (TAMBARA, 1983). A Tabela 2 é bastante ilustrativa deste processo de valorização de culturas específicas.

Tabela 2 – Área cultivada por cultura (em hectares), Brasil, 1935-1990.

Abacaxi	1935	1940	1945	1950	1955	1960
	8.788	9.282	11.422	14.604	16.380	24.716
	1965	1970	1975	1980	1985	1990
	28.467	32.189	28.200	25.185	39.814	38.305
Arroz	1935	1940	1945	1950	1955	1960
	949.230	871.717	1.427.515	1.964.158	2.511.689	2.965.684
	1965	1970	1975	1980	1985	1990
	4.618.898	4.979.165	5.306.270	6.243.138	5.590.927	5.252.070
Banana	1935	1940	1945	1950	1955	1960
	62.880	80.414	84.205	119.126	155.567	184.530
	1965	1970	1975	1980	1985	1990
	238.260	277.749	313.650	371.274	397.290	482.112
Batata	1935	1940	1945	1950	1955	1960
	53.573	66.420	115.655	147.739	178.614	198.772
	1965	1970	1975	1980	1985	1990
	202.257	214.155	191.216	181.084	160.776	156.916
Cafê	1935	1940	1945	1950	1955	1960
	3.559.600	2.591.101	2.381.561	2.663.117	3.265.541	4.419.537
	1965	1970	1975	1980	1985	1990
	3.673.435	2.402.993	2.216.921	2.433.604	2.259.048	2.975.245
Cana de Açúcar	1935	1940	1945	1950	1955	1960
	437.500	564.164	656.921	828.182	1.072.902	1.389.933
	1965	1970	1975	1980	1985	1990
	1.795.081	1.725.121	1.969.227	2.607.628	3.945.898	4.117.375
Feijão	1935	1940	1945	1950	1955	1960
	873.990	978.508	1.432.190	1.807.956	2.228.539	2.560.281
	1965	1970	1975	1980	1985	1990
	3.272.525	3.484.778	4.145.916	4.643.409	5.484.590	5.781.248
Fumo	1935	1940	1945	1950	1955	1960
	124.300	96.419	143.565	141.931	196.084	213.203
	1965	1970	1975	1980	1985	1990
	273.849	245.207	253.736	316.327	279.539	280.486
Milho	1935	1940	1945	1950	1955	1960
	4.076.170	3.903.940	4.092.054	4.681.827	5.623.134	6.681.165
	1965	1970	1975	1980	1985	1990
	8.771.318	9.858.108	10.854.687	11.451.297	12.460.129	13.169.003
Trigo	1935	1940	1945	1950	1955	1960
	145.346	201.091	315.548	652.453	1.196.063	1.141.015
	1965	1970	1975	1980	1985	1990
	766.640	1.895.249	2.931.508	3.122.107	3.897.719	3.467.556
Soja	1935	1940	1945	1950	1955	1960
	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	73.971	171.440
	1965	1970	1975	1980	1985	1990
	431.834	1.318.809	5.824.492	8.774.023	9.185.551	12.206.225

Fonte: dados adaptados pelo autor a partir do Anuário Estatístico Brasileiro, IBGE, vários anos.

Por mais que a maioria apresente um crescimento constante, os casos das de milho, arroz, trigo e soja apresentam, entre 1960 e 1970, crescimentos vertiginosos. O plantio de soja, que nem figura no Anuário Econômico Brasileiro ao longo de toda a primeira metade do século XX, rapidamente atinge uma quantidade elevada de hectares de plantio, somente equiparável pela cultura do milho. Outros casos, como o do abacaxi e da banana, também apresentam crescimento ao longo das décadas, porém de forma mais modesta. Já o caso do café e da batata são demarcadamente culturas em retração, apesar de ocasionados por motivos diferentes – visto que o café compõe o fim do ciclo do café, enquanto o caso da batata envolve uma desvalorização do produto e migração para outras culturas no processo a ser estudado em seguida.

Além disso, como os próprios produtos disponíveis no mercado alinhavam-se apenas a culturas específicas, visto que as empresas produziam agrotóxicos e maquinários voltados para espécies selecionadas, visando tanto uma simplificação do seu trabalho como uma uniformização do mercado, rapidamente o processo foi de um enxugamento da agrobiodiversidade (SANTILI, 2009).

Podemos usar como exemplo para este enxugamento o caso de outro grão – assim como o milho e a soja –, a ervilha. Esta cultura só é catalogada pelo Anuário Econômico Brasileiro após 1990 e contando, no respectivo ano, com apenas 14.767 hectares de plantio. Por mais que uma série de fatores relativos a essa quantidade possam ser levantados, como qualidades nutricionais do grão e afins, a desproporcionalidade de plantio frente as outras leguminosas é exorbitante. Este fator serve como gatilho para a discussão sobre a agrobiodiversidade destruída por este processo de modernização, visto que o mesmo incidiu também na escolha das espécies a serem efetivadas. Buscava-se investir e aprimorar aquelas que fossem mais adaptáveis tanto aos processos de mecanização como de manipulação genética. Ou seja, aquelas espécies que tivessem uma maturação homogênea ao longo da planta para facilitar a colheita mecanizada, bem como aquelas que fossem mais resistentes ao contato rude da máquina. Além das próprias sementes que foram escolhidas e separadas de acordo com sua melhor adaptabilidade às altas doses de químicos que seriam futuramente empregados ao longo do cultivo (SANTILI, 2009).

Ainda no fomento de cultivos específicos, é interessante retomarmos a projeção inicial do Estatuto da Terra em que o modelo produtivo agrícola ideal seria o da empresa agrícola, ou seja, daquela de maior integração possível para com o mercado capitalista financeiro.

Portanto, as linhas de crédito agrícola beneficiavam aquelas práticas que fossem gerar maior inserção nas estruturas de mercado tradicional (DELGADO, 2013). Vale acrescentar também que a segunda metade do século XX é marcada pela entrada de uma vasta quantidade de capital internacional dentro do contexto social brasileiro. E, junto a estes, uma grande disponibilidade de financiamentos estrangeiros estrutura-se. Conforme Delgado,

Há, necessariamente, uma seleção na clientela que demanda crédito, com a emergência de clientes preferenciais representados por empresários rurais ligados a atividades econômicas integradas com a indústria, comércio exterior, serviços, etc. Esses, constituindo-se num grupo restrito de operadores, contando com massas de lucros apreciáveis a negociar com os bancos, podem eventualmente gozar dos benefícios financeiros da reciprocidade, obtendo taxas diferenciadas de juros, prazos e condições outras que não são acessíveis ao pequeno produtor. (DELGADO, 2013, p. 30)

Ou seja, o fomento a grande propriedade agrícola fortemente integrada ao mercado era lucrativo tanto para o proprietário destas terras como para o capitalismo financeiro cada vez mais conectado a esta produção. O único agente isolado nesta composição era, novamente, o pequeno agricultor³¹.

Outro aspecto a ressaltar é que o capital estrangeiro exerce uma agência bastante notória na economia do período. Como elencado na Tabela 3, aproximadamente 70% dos grandes empreendimentos do país tinham alguma conexão multinacional. A relação direta desta composição com a agricultura se dá naquela definição de Impérios Alimentares (PLOEG, 2008) exposta na Introdução.

31 Aqui vale uma ressalva de que medidas direcionadas ao pequeno agricultor foram sancionadas, como o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural (FunRural), além das próprias linhas de crédito e preços mínimos referidas anteriormente, porém as mesmas eram ineficazes e paliativas em uma estrutura econômica fomentada para beneficiar a grande produção monocultora. Um caso bastante ilustrativo é o das medidas de colonização utilizadas como substitutivas para reforma agrária. Nestas, o objetivo era enviar “homens sem terra para terras sem homens”, principalmente na região brasileira do Centro Oeste, em que pequenos agricultores e sem terras receberiam lotes nessas regiões como estímulo a sua reestruturação enquanto agricultor. Na prática, esses camponeses receberam uma série de hectares ou improdutivos, ou totalmente ausentes de infraestrutura, quando já não eram habitados por grupos indígenas. O resultado foi a inviabilidade de ocupação dessas terras pelos pequenos agricultores. E, como a fronteira agrícola já havia sido expandida pela própria determinação da política pública, foram novamente os grandes proprietários que lucraram com este processo, visto que tinham capital financeiro para impôr infraestrutura nessas regiões, além de poder político para praticarem genocídios contra a população indígena das localidades. (DAVIS, 1977; ALMEYRA *et al*, 2015; SILVA, 1982).

Tabela 3 – Controle sobre capital por grupos empresariais no Brasil (1969)

Capital	(I) Grupos multinacionais		(II) Grupos nacionais ligados a grupos estrangeiros através de ações		(III) Demais grupos nacionais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	% de I+ II
Bilionários 900 milhões a 4 bilhões	77	34,9	66	29,9	78	35,2	221	64,8
Multibilionários acima de 4 bilhões	31	56,4	15	27,3	9	16,3	55	83,7
TOTAL	108	39,1	81	29,3	87	31,6	276	68,4

Fonte: T. dos Santos, 1969, apud Dreifuss, 1981, p. 52

Estes impérios integrariam, de forma direta (controle das empresas) ou indireta (controle das ações das mesmas), um conjunto de outros setores produtivos dentro de seus conglomerados. Como resultado, esses Impérios³² controlariam a produção da matéria-prima, o transporte, o beneficiamento e a própria comercialização dos produtos e, como são multinacionais, todos os processos que poderiam, na teoria, gerar valor na localidade onde foram desenvolvidos, na prática são deslocados para o exterior – como o próprio exemplo da Fundação Rockefeller. A composição destes conglomerados neste período é essencial para a análise posterior das relações socioeconômicas desenvolvidas no plantio do tabaco.

Para avaliarmos a eficácia das medidas adotadas, é interessante aqui retomarmos as funções da agricultura em um processo clássico de desenvolvimento via industrialização capitalista e esmiuçá-las em tópicos: (i) acumular capital; (ii) fornecer matéria-prima para a indústria; (iii) fornecer alimentos a baixo custo para a população urbana; (iv) servir de mercado para a indústria maquinaria surgente; e (v) controlar o fluxo de trabalhadores entre o meio rural e o meio urbano. E repararmos como, desses cinco aspectos que o meio agrícola deveria desempenhar³³, apenas um destes é de fato realizado. Ou seja, dentro do próprio projeto capitalista desenvolvido – que já era por si só bastante limitado do ponto de vista

32 O caso da Sadia e da Perdigão (hoje Brasil Foods), apesar de nacionais, são bastante ilustrativos desse processo. São grandes conglomerados que exploram a pequena produção agrícola da qual obtém a sua matéria-prima (frangos). Estes agricultores vivem em uma situação de extrema vulnerabilidade econômica, frente ao grande crescimento do conglomerados capitalistas (CARDOSO DE MELLO; NOVAIS, 2009), que também são chamados de Impérios por Ploeg (2008).

33 Novamente, ressalva de que “deveria desempenhar” dentro das concepções econômicas do período que marcadamente entendiam desenvolvimento como crescimento econômico e, mais especificamente, industrialização. Como bastante visível nas concepções de Delfim Netto (2009).

social e que traria uma série de desigualdades sociais – ocorre um conjunto de deturpações práticas que nem mesmo desempenham aquilo ao que se havia proposto:

(i) O fornecimento de matéria-prima para a indústria pôde, de fato, ser verificado – de forma limitada, mas evidente com a alta quantidade de produção de soja e milho, por exemplo. Como disponível na Tabela 4, é interessante constatar o aumento dos índices de produtividade relativa da maior parte das culturas principalmente após a década de 80³⁴, mas em especial daquelas com caráter exportador.

Tabela 4 – Rendimento médio por hectare para culturas específicas, Brasil (1940-1990)

	1940	1950	1960	1970	1980	1990
ABACAXI (frutos/ha)	9.197	6.683	7.200	8.779	14.977	22.185
ARROZ (kg/ha)	1.514	1.638	1.617	1.517	1.565	1.880
BANANA (cachos/ha)	935	1.479	1.389	1.775	1.206	1.130
BATATA (kg/ha)	6.530	4.787	5.598	7.394	10.710	14.066
CAFÉ (kg/ha)	398	402	943	626	872	1.007
CANA DE AÇÚCAR (t/ha)	39	39	42	46	57	61
FELJÃO (kg/ha)	784	690	676	635	423	477
FUMO (kg/ha)	983	761	757	995	1.279	1.632
MILHO (kg/ha)	1.249	1.287	1.298	1.442	1.779	1.873
TRIGO (kg/ha)	506	816	625	973	865	1.154
SOJA (kg/ha)	----	----	1.280	1.144	1.727	1.670

Fonte: adaptado pelo autor a partir dos Anuários Estatísticos Brasileiros, IBGE, vários anos.

(ii) O fornecimento de alimentos em larga escala para a população urbana não se verifica, tendo vista de que a maior parte da alimentação dos meios urbanos continua sendo fruto da agricultura familiar, escanteada pelas políticas públicas dos governos militares (MIELITZ NETTO, 1982).

(iii) e (iv) Como a presença do capital estrangeiro dentro do país é bastante elevada, grande parte do capital agrícola que poderia ser acumulado acaba sugado pelos conglomerados multinacionais. Processo semelhante com o que ocorre na formação de mercados internos

34 Por mais que os dados relativos a produtividade por ano possam ser questionáveis, visto que o ano específico pode ter sofrido de uma seca ou uma pluviosidade descomunal, os dados foram avaliados para o ano específico, o sucessor e o antecessor para identificar anomalias e, somente então, aderidos. Também vale destacar que a década de 50 apresenta uma queda quase geral nos índices de produtividade, possivelmente efeito do esgotamento dos solos na transição entre regimes de exploração tradicionais (tipicamente descuidados com a manutenção do solo) e o novo regime tecnicista.

para uma possível indústria maquinaria surgente: como grande parte das máquinas e dos químicos vinham do exterior, não havia espaço de mercado para a formação destas indústrias locais, limitando-as desde sua origem.

(v) E, por fim, o processo de mecanização das produções acaba destruindo com ainda mais intensidade as relações do meio rural, ampliando o domínio da grande propriedade, levando uma maior quantidade de agricultores a condição de sem-terra. Além disso, a própria condição do trabalhador rural – aquele que laborava na propriedade de outrem – também adquire condições e características bastante diferenciadas:

Os fertilizantes e defensivos, na medida em que aumentam a produtividade da terra, aumentam as exigências de mão de obra não qualificada por ocasião das colheitas. A mecanização, na medida em que atinge (por questões tecnológicas) principalmente outras atividades que não a colheita, acentua a sazonalidade de ocupação dessa mão de obra. Desse modo, a modernização aumenta as exigências e diminui o período de ocupação da mão de obra não qualificada numa dada propriedade agrícola. A solução mais econômica para o proprietário que moderniza passa a ser a substituição do trabalhador permanente pelo volante, com o conseqüente aumento da sazonalidade do emprego dos trabalhadores rurais. (SILVA, 1982, p. 30)

Essa sazonalidade vem acompanhada, constantemente, da ausência de direitos trabalhistas, visto que este trabalhador não estabelece vínculos empregatícios com a propriedade onde labora (CORADINI, 2016). Vale a ressalva, também, de que alguns cargos especializados surgem neste processo de modernização, como veterinários, engenheiros agrícolas, zoólogos e outros técnicos dentro de uma lógica produtiva tecnicista (CARDOSO DE MELLO; NOVAIS, 2009).

Logo, o período da ditadura brasileira foi marcado por um autoritarismo plutocrático, no qual o reforço do monopólio da terra, a produção de monoculturas para exportação e a financeirização do latifúndio foram as linhas diretrizes (CARDOSO DE MELLO; NOVAIS, 2009). Esse processo econômico, somado à fortíssima entrada de maquinários e químicos, caracteriza a modernização conservadora – modernizou as formas de produção, conservou as formas de dominação (DELGADO, 2013).

E, apesar destas linhas serem gerais para toda a estrutura do país, a trajetória histórica de cada localidade fornece a si características próprias do desenvolver desta modernização

(KAGEYAMA, 2008). Para tanto, faz-se de suma importância para o desenrolar deste trabalho a análise específica deste movimento na região do Rio Grande do Sul.

1.4. A modernização do Rio Grande do Sul.

O processo socioeconômico histórico do Rio Grande do Sul expressa o mesmo sentido da modernização agrícola ocorrida no contexto brasileiro. Esta expressividade tem como antecedente as relações na região desde sua colonização até a década de início do referido processo agrícola que pontuam elementos como ascensão da agricultura camponesa, a transformação da mesma em empresarial e a seguinte modernização produtiva.

A região, inicialmente denominada Rio Grande de São Pedro, só é explorada e colonizada de forma oficial pelos portugueses em 1680, em uma comitiva orientada pelo governador do Rio de Janeiro. E, desde então, marca uma contínua posição periférica às explorações centrais – São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais (CESAR, 1979).

A partir desta construção tardia estabelece-se, então, uma ocupação do território sob dois núcleos marcadamente distintos: uma região pampeana pecuarista e outra região do bioma Mata Atlântica caracterizada pela agricultura. É essencial destacar que ambos processos agrícolas foram marcados por confrontos com as populações nativas locais (CESAR, 1979).

No século XVIII, surgem na região pecuarista as primeiras indústrias de charque, que tinham no abastecimento da economia paulista e mineira o principal mercado – visto que ambas estavam em forte crescimento da exploração escravista e utilizavam o charque como alimento de baixo custo, alto valor nutritivo e longa preservação (SANTOS, 2017). Como mercado lucrativo, as charqueadas fomentaram a formação de centros urbanos, bem como migração para os mesmos. Também estimularam processos de escravização para utilização como mão de obra. Fator este que era, inclusive, uma grande vantagem de mercado para esta produção, visto que seus competidores (Uruguai e Argentina) acabavam tendo uma produção capitalista mais articulada o que aumentava os custos de produção. Assim, o rendimento pecuário com exportação de carnes, charque, couros, lãs e sebo torna-se o principal motriz da economia riograndense (MAESTRI, 1979).

Porém, o domínio das elites tradicionais na região, bem como a forte subordinação ao mercado externo – visto que a região pecuarista tornou-se profundamente dependente da exportação de produtos, sem estruturação de nenhuma diversificação produtiva na região –

limitaram o desenvolvimento capitalista industrial das práticas econômicas (TAMBARA, 1983).

Como forma de expandir a exploração sobre o território do Rio Grande do Sul, no século XIX ocorrem uma série de políticas de fomento a migração europeia para o Brasil. São principalmente italianos, alemães, poloneses que imigram para o estado em busca de novas oportunidades. Com este grupo intensifica-se a ocupação sobre a região da mata, que já contava com pequenas propriedades familiares de descendentes de africanos e portugueses sem posses (KÜHN, 2004).

O processo de colonização, além de ocupar regiões que as grandes propriedades não tinham interesse (principalmente no norte do Estado, mas também em algumas regiões no sul), criou uma série de comunidades étnicas, as quais, isoladas do restante da população por fatores tanto geográficos como culturais, tiveram de desenvolver localmente suas formas de subsistência, dando origem a oficinas e pequenas indústrias de ferramentas e utilitários diários. Ainda, esses novos pequenos conjuntos habitacionais formam massas de agricultores que, ao voltarem-se para a policultura como forma de garantir alimentar, acabam diversificando suas possibilidades de exportação para o restante do país. Assim, produtos como o fumo, a erva mate, o feijão e a farinha de mandioca tomam frente nas exportações do estado para o país, desbancando a cada vez mais limitada produção pecuarista (TAMBARA, 1983).

É interessante constatar, porém, que as exportações agrícolas realizadas pelo Rio Grande do Sul para o resto do país eram marcadamente de baixo valor de troca³⁵, limitando a possibilidade de acumulação de capital industrializante. Esse processo ocasiona um distanciamento tecnológico entre o que é produzido no Rio Grande do Sul do que é produzido em São Paulo, colocando o produto gaúcho em um nível cada vez mais artesanal frente ao industrial paulista (TAMBARA, 1983). O fruto desta deficiência produtiva comparativa é a gradual especialização do estado naquilo que não dispunha de concorrência: a produção agrícola.

Dentre as especificidades do Rio Grande do Sul, neste momento de crise da produção tradicional, é pontual identificar a ascensão de uma cultura de alto índice produtivo e

35 Valor de troca aqui referindo-se ao valor agregado ao nível de intensidade tecnológica utilizada na elaboração produto.

possivelmente realizável através de exploração intensiva e projetada, prevendo as bases da agricultura empresarial e capitalista que seriam empregadas nas décadas seguintes.

O arroz surge, então, no final do século XIX, como uma solução de alta produção e margem de lucro positiva para acumulação de capital. O início da Primeira Guerra e suas consequências para a produção alimentar europeia facilitaram o crescimento da produção gaúcha que progressivamente passou a investir em avanços tecnológicos para dinamizar a produção e aumentar seu espaço frente a concorrência (FRAQUELLI, 1979). Esta ascensão da rizicultura esboça três bases capitalistas de exploração agrícola.

A primeira é o progressivo investimento no aperfeiçoamento da produção visando o aumento da quantidade de produto final. Este quadro ficou bastante explícito com a aquisição de diversas novas ferramentas que ampliassem o plantio. Obviamente que, tratando-se do início do século XX, todas as tecnologias ainda eram bastante limitadas e, em sua grande maioria, dependentes de força motriz humana ou animal, porém a própria ação de aquisição externa de produtos para fomentar a produção da propriedade evidencia o caráter capitalista da mesma (FRAQUELLI, 1979). Exemplificando isto de forma prática, imaginemos uma propriedade na qual existam três produções interligadas: plantio de milho, criação de gado e plantio de arroz. Para uma produção familiar de tipo camponesa, o milho seria produzido em um espaço e utilizado como alimento para o gado, o qual produziria estrume útil para a adubação da terra onde seria empregada a rizicultura. Do ponto de vista produtivo capitalista, o possuidor da terra calcularia o custo de oportunidade de manter ou não as três produções (SILVA NETO, 2016) e, entendendo que o arroz compunha sua principal fonte de capital, transformaria tanto o espaço da cultura de milho, como o de gado em áreas rizícolas. Como produziria mais arroz, teria maior entrada de capital, o que lhe permitiria a aquisição da melhor opção técnica de arroz disponível no mercado. Aumentando assim não só sua produtividade, como também sua taxa de lucro.

O segundo fator surge a partir de uma deficiência do exemplo anterior. Como este produtor estaria progressivamente mais especializado, a dependência do mesmo para com o mercado, bem como sua vulnerabilidade produtiva, seriam cada vez maiores, visto que um problema produtivo, um desastre natural ou uma alteração nos moldes de consumo levariam a uma derrocada de sua renda. Essa problemática foi o cerne da limitação das elites tradicionais gaúchas transformarem-se em produtoras capitalistas (BRUM, 1988). O risco de investimento, contudo, era uma constante das elites urbanas já adaptadas as estruturas do

capitalismo. Assim sendo, a ascensão da rizicultura gaúcha marca a entrada de diversos comerciantes e empresários urbanos na produção agrícola, visto que a mesma se mostrava uma diversificação de renda bastante interessante e lucrativa. O resultado direto deste processo é a formação de beneficiamentos industriais em centros urbanos do Rio Grande do Sul, uma vez que esses empresários percebiam o processo produtivo de uma forma conjuntural e possível de lucro em todas as etapas da produção, ou seja, não limitando-se ao plantio e venda, mas expandindo-se sobre o transporte, o beneficiamento, a exportação, e outras etapas. Desse modo, cidades como Ijuí, Pelotas e Porto Alegre formam locais de beneficiamento e industrialização dos produtos agrícolas (FRAQUELLI, 1979).

O terceiro e último fator de capitalização do meio rural através da rizicultura é o aumento do preço da terra. Como os empresários urbanos viam na produção agrícola uma forma de renda em alta quantidade, a especulação sobre o valor da terra aumentou consideravelmente. Isto ocorre porque, gradualmente, a terra deixou de ser considerada uma forma de vida, um meio de subsistência, ou mesmo uma posse, para transformar-se em um meio de produção ou, ainda, em um produto. Grande parte das produções de arroz eram, inclusive, produzidas em terras arrendadas, exatamente porque a lógica de produção capitalista visava o objeto de lucro final e, caso fosse mais lucrativo arrendar a terra do que possuí-la de fato, assim seria (e, de fato, foi) feito (FRAQUELLI, 1979). O processo específico de aumento do preço da terra é resultado do aumento relativo da renda considerada fruto da mesma, quanto mais capital a terra de uma região esteja produzindo, maior o preço do hectare na mesma (DELGADO, 2013).

Esses três aspectos iniciam uma capitalização e industrialização da produção agrícola gaúcha, realizando o rompimento inicial do ponto de vista cultural que assentaria as bases para a futura modernização conservadora.

Contudo, apesar das inovações de caráter conceitual, a década de 1930 traz consigo a crise vivida pelos principais centros urbanos brasileiros, concomitante à crise do capitalismo global. O excesso de população nas cidades despreparadas força o Estado a implementar políticas de redução de preços agrícolas, dentre estes, o do arroz. Como consequência, o preço pago pelo arroz reduz-se e, na tentativa de manterem os lucros, diversos rizicultores investem em melhorias produtivas, porém, como o capital entrante era cada vez menor, torna-se insuficiente para arcar com os investimentos, iniciando um processo de endividamento. A

crise do arroz marca o fim do primeiro ciclo de alteração produtiva do meio agrário gaúcho, que seria reacendido pela própria modernização conservadora (FRAQUELLI, 1979).

Passada a Segunda Guerra Mundial, o setor agrícola do Rio Grande do Sul não apresentava nenhum destaque produtivo desde a produção rizícola. Além disto, a questão agrária que afetava todo o país tinha suas representações no contexto gaúcho, também. A mesma ocorria principalmente nas pequenas propriedades através da baixíssima qualidade produtiva dos solos – constantemente desgastados pelos processos produtivos –; pela redução do tamanho das propriedades – frequentemente compartilhadas entre os descendentes através da herança o que levava a uma retração do tamanho das mesmas –; e uma retração do poder de concorrência dos produtos frente ao mercado nacional, progressivamente marcado pela ascensão de longas cadeias de mercado (DELGADO, 2013).

Esse contexto pouco promissor surgia, contudo, como ideal para a implementação da modernização conservadora para exposição das medidas “milagrosas” possibilitadas pela alteração dos quadros técnicos e sociais das produções.

Assim, o Rio Grande do Sul e a modernização agrícola entrelaçam-se em duas principais fases: o fomento da cultura do trigo, até a década de 70; seguido pela massiva produção de soja, de 70 em diante.

O trigo foi estimulado por três fatores principais dentro do ambiente de Revolução Verde: o objetivo governamental de alcançar auto suficiência no produto, considerado chave para alimentação da população e, logo, essencial para redução dos preços do custo de vida; a fortíssima inserção mercadológica do mesmo, promissora tanto de acumulo de capital (interessante aos produtores e ao governo brasileiro), como de mercado para químicos e maquinários (interessante aos interesses internacionais); e a qualidade topográfica do Planalto Gaúcho, que permitiria uso de máquinas em larga escala.

A tricultura já existia no estado desde a chegada dos imigrantes açorianos, ainda no século XVIII, porém é com o Governo de Getúlio Vargas que a mesma começa a receber caráter de investimento oficial. Isto é fruto do aumento da população urbana que, logo, precisava de alimentos base. Após contínuos aumentos da importação de trigo dos Estados Unidos e Canadá, é a partir da década de 50 que distintas linhas de crédito, bem como garantias de preço, começam a surgir para fomentar a cultura (BRUM, 1988). E, como destacado na Tabela 5, o resultado foi de um massivo aumento da representatividade do trigo na produção total gaúcha, frente ao declínio das outras produções.

Tabela 5 – Composição da Lavoura, Rio Grande do Sul (1939, 1950, 1955)

	1939	1950	1955
PRODUTOS	%	%	%
Arroz	19,9%	20,2%	18,2%
Batata-inglesa	11,2%	8,7%	5,1%
Feijão	7,6%	4,3%	2,9%
Fumo	5,8%	3,7%	3,6%
Mandioca	5,3%	8,3%	6,5%
Milho	29,5%	20,8%	17,1%
Trigo	6,4%	19,5%	30,9%
Outros	14,3%	14,5%	15,7%
Total	100%	100%	100%

Fonte: adaptado de ACCURSO, 2005, p. 48.

Aqui mais uma vez a figura do empresário cidadão tem destaque – assim como o teve no plantio de arroz – e, como destacado por Eleomar Tambara (1983), é evidente que estes tinham uma aptidão muito maior com o próprio sistema de créditos oferecido pelas políticas públicas, os quais ainda recebiam muita resistência dos agricultores tradicionais pelos riscos de perda apresentados³⁶. Por mais que apresente dados para anos posteriores, a Tabela 6 é bastante ilustrativa da proporção da concessão deste crédito entre agricultura empresarial e agricultura colonial³⁷.

Nesta profusão da triticultura é que a soja encontra espaço ideal para sua difusão. Grande parte do maquinário e dos químicos empregados no trigo são também utilizáveis na sojicultura, assim diversos agricultores intercalavam uma cultura com a outra a cada temporada (visto que o plantio das mesmas é sazonal, com o trigo no inverno e a soja no verão) garantindo um lucro maior, ou ao menos cobrindo os custos caso uma das culturas tivesse uma safra ruim.

36 Esta passagem é bastante explicativa: “O agricultor tradicional, o colono como era comumente chamado, de início não se sentiu atraído pela triticultura nos moldes em que era praticada pelos granjeiros. Além do forte descrédito em relação ao êxito da cultura do trigo em terras de campo, não possuía capital próprio de relativa expressão e não estava habituado com as diligências bancárias e, mesmo, tinha verdadeira aversão a contrair empréstimos junto aos bancos, uma vez que tal medida implicava na hipoteca da terra, considerada um bem fundamental da família, que devia ser preservada de qualquer ameaça, a fim de que pudesse ser transmitido aos filhos. Também não tinha perspectiva empresarial capitalista, de certo modo exigida pela triticultura mecanizada, habituado que estava à prática da policultura familiar.”(BRUM, 1988, p. 75) E, por mais que pareça produzir uma visão quase idílica da agricultura tradicional, é exatamente este tipo de receio identificado nos agricultores familiares de São Lourenço do Sul quando questionados sobre utilização, ou não, de sistemas de crédito como o PRONAF. Análise retomada ao longo do Capítulo 2.

37 Na historiografia econômica do Rio Grande do Sul, o termo agricultura colonial aparece como um sinônimo específico para agricultura de tipo familiar e de molde tradicional – normalmente independente de mercado, produção em parte para subsistência e afins.

Tabela 6 – Proporção de crédito concedido aos tipos de agricultura, Rio Grande do Sul.

ANOS	Produção Empresarial	Produção Colonial
1966	0,524	0,012
1967	0,550	0,016
1968	0,331	0,013
1969	0,488	0,017
1970	0,446	0,017
1971	0,502	0,015
1972	1,178	0,018
1973	0,968	0,026
1974	0,749	0,036
1975	1,194	0,073
1976	0,940	0,076
1977	1,246	0,078
1978	0,824	0,114
1979	1,102	0,189
1980	0,853	0,194
1981	0,803	0,164
1982	0,821	0,189
1983	0,655	0,119
1984	0,338	0,081

Fonte: dados adaptados de ACCURSO, 2014, p. 127.

Ao mesmo tempo, é um período de forte difusão do consumo de proteína animal e de óleo vegetal – abandonando a banha animal, por exemplo –, dois produtos para os quais a soja tem grande serventia: alimentação do gado bovino e produção de óleo de soja.

Com a ampliação das linhas de crédito para a sojicultura, após 1969 (até então direcionavam-se apenas para a triticultura), a soja atinge o nível de maior produção agrícola do Rio Grande do Sul (BRUM, 1988).

É neste processo específico do estado que ocorre a transformação de grandes propriedades agrícolas em empresas rurais, como referido anteriormente, visto que as produções majoritárias enquadravam-se em categorias de alta dependência e conectividade com o mercado – adquirindo insumos, maquinários e mão de obra. Novamente, é evidente para o período da década de 60 até a década de 80 como o foco das políticas públicas era o de fomentar a produção monocultura empresarial, como visualizável na Tabela 6. Nesta evidencia-se que, mesmo havendo aumento do crédito pra as propriedades tipicamente coloniais entre 1966-1984, o mesmo ainda é massivamente maior para as produções de tipo empresarial. Isto se desconsiderarmos o fato de que, até a metade da década de 70, o crédito

para as propriedades coloniais manteve-se estagnado em um nível baixíssimo em comparação ao destinado para o outro modelo produtivo.

Restam dessa explanação duas questões. A primeira, de caráter amplo e prático, é qual destino levaram os pequenos camponeses em esse processo massivo de exploração monocultora: se os mesmos aderiram a estas práticas, se ficaram escanteados da produção agrícola ou se encontraram fontes alternativas. E a segunda, voltada especificamente para esta pesquisa, é qual a relação do plantio de fumo com este processo, visto que até este ponto o mesmo apareceu timidamente em diversos aspectos?

Podemos obter a resposta para ambas através da análise de um caso específico, o município de São Lourenço do Sul, no sul do estado do Rio Grande do Sul.

2. SÃO LOURENÇO DO SUL E A INDÚSTRIA FUMAGEIRA

Até aqui busquei traçar um breve perfil histórico agrícola brasileiro do século XX. O presente capítulo foca, por sua vez, nas especificidades do município de São Lourenço do Sul e nas consequências da conjugação da modernização agrícola para a vida dos pequenos agricultores da região. Soma-se neste momento à base bibliográfica e à análise dos dados informados pelos Censos Agropecuários, as entrevistas realizadas com os agricultores do município para resgatar suas narrativas históricas.

2.1. A formação e estruturação do município de São Lourenço do Sul: economias e práticas.

A necessidade de ampliação da mão de obra livre disponível, a busca por novos ocupantes de terra – objetivando reduzir as terras inocupadas e, logo, fomentar o mercado de terras – e o racismo estrutural (que identificava na figura do europeu qualidades sociais superiores) fomentaram uma série de projetos de migração para o Brasil e, em especial, para o Rio Grande do Sul.

Dentro dessas migrações é que o município de São Lourenço do Sul emerge.

Outras migrações ocorridas no período tiveram, porém, um deslocamento diferente do caso lourenciano em específico – que estabeleceu-se no Sul do Estado. A vasta maioria dos imigrantes assentou-se no norte do estado, onde as pequenas propriedades agrícolas eram maioria (KÜHN, 2004), enquanto que no sul o principal uso da terra era feito por grandes estâncias e produtores de charque, desenhando uma paisagem agrícola com contornos

bastante diferentes. Diferença essa que, quando da chegada dos primeiros imigrantes alemães³⁸ à região de São Lourenço, formou uma ilha de pequenos agricultores em meio a grandes estâncias características da região de Pelotas e Rio Grande (BOSENBECKER, 2011). Contudo, vale a ressalva de que populações quilombolas, bem como indígenas, já habitavam a região em pequenas propriedades, mas em menor número e sem reconhecimento oficial (LIMA, 2006).

A explicação para esta ocupação distinta dá-se no fato de que os pecuaristas preferiam as planícies para distribuição do gado pela facilidade da topografia para manejo dos animais. Assim, diversas áreas do planalto – região acidentada e com elevada presença de matas nativas – ficavam inexploradas pelo poder oficial. Nesta composição, a imigração alemã aparece como uma solução para ocupação destas terras (BOSENBECKER, 2011).

Em 1884, a então Freguesia do Boqueirão desvincula-se do município de Pelotas e atinge a posição de município independente, estruturando seu centro administrativo na cidade de São Lourenço do Sul, ao lado da Laguna dos Patos – vide Figura 2.

A população deste município formou-se principalmente com pequenos agricultores, majoritariamente descendentes ou migrantes alemães – mas também pequenos proprietários portugueses e ex quilombolas. E, como forma de inserção na economia do período, praticando principalmente a policultura para subsistência e comercialização do excedente, direcionado para o comércio disponível com a massa de trabalhadores que se deslocava para o porto de Rio Grande e para as estâncias (BOSENBECKER, 2011).

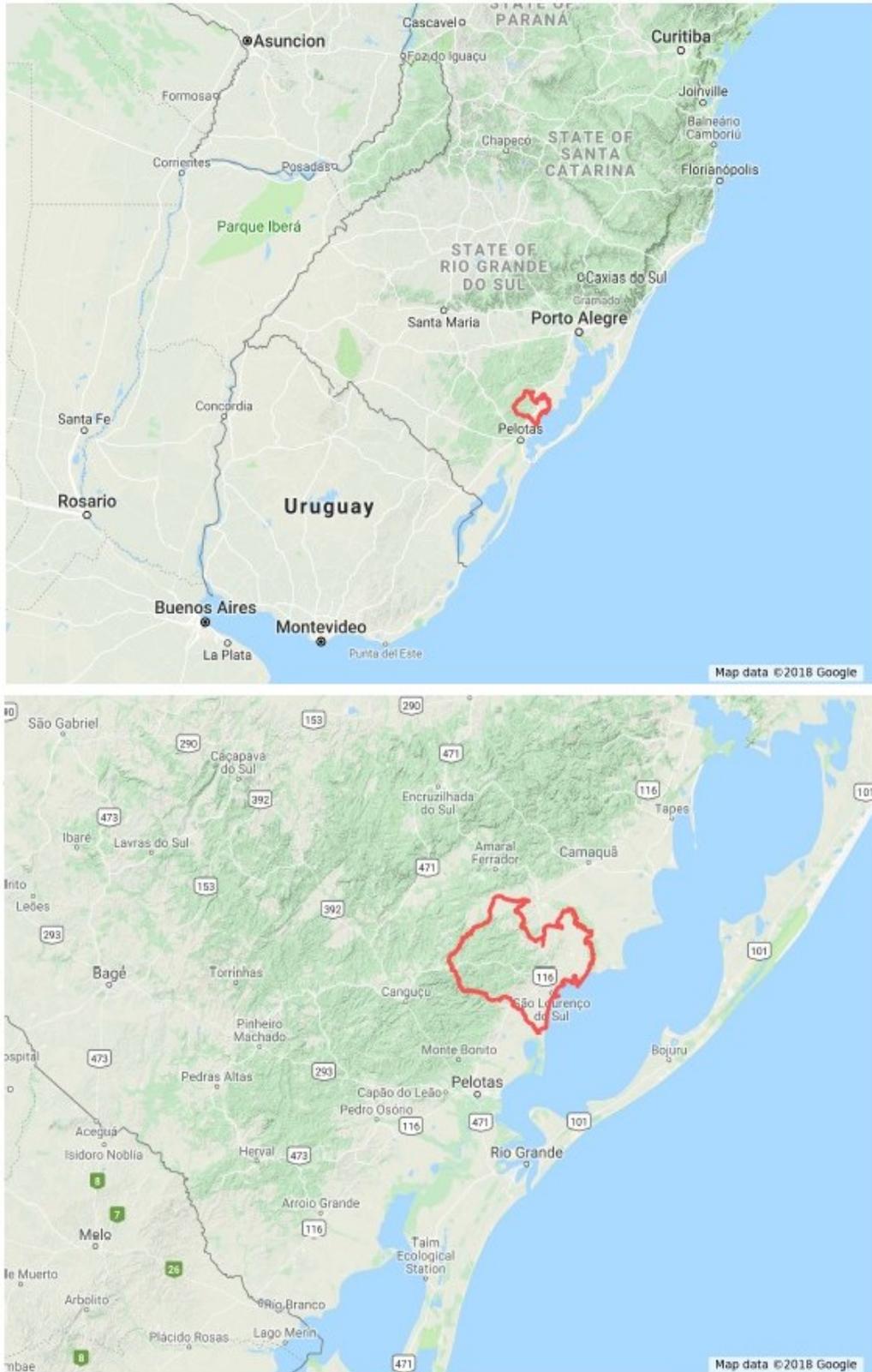
É interessante destacar que essas vendas eram, em geral, intermediadas por comerciantes centrais da cidade, assim como prática característica para diversas pequenas localidades do período. Estes comerciantes eram os mesmos que forneceriam insumos básicos para a manutenção dos agricultores para além daquilo que produziam – roupas, ferramentas, entre outros – bem como apoio financeiro em momentos específicos de uma ou outra necessidade (BRUM, 1988). Esta observação é essencial para caracterizarmos o tipo de produção agrícola assimilável a este contexto, bem como sua inserção comercial, visto que estes agricultores interagiam com o mercado (aqui representado pela venda direta ao comerciante central), porém com três características primordiais: (1) os mesmos produziam majoritariamente para sua subsistência, comercializando o excedente para adquirirem

38 Por mais que o termo geral refira-se aos imigrantes como “alemães”, os mesmos eram oriundos de distintas etnias, envolvendo poloneses, belgas, dinamarqueses, pomeranos e outros (BOSENBECKER, 2011).

produtos diferenciados deste mercado; (2) a base de suas produções era autônoma, sementes e insumos de plantio eram frutos da própria propriedade rural – ou ao menos do meio social em que estavam inseridos; e (3) mesmo as comercializações realizadas sendo de caráter monetário, operando sobre a lógica do lucro e de oferta e demanda, elas eram executadas sobre padrões de confiança e proximidade entre aquele que vendia e aquele que comprava. Somada essas três características, podemos afirmar a predominância de uma prática agrícola de tipo camponês³⁹ na região de São Lourenço do Sul na transição do século XIX para o XX.

39 A base teórica para esta afirmação encontra-se em Ploeg (2008) e apresentada na Introdução deste trabalho.

Figura 2 – localização geográfica de São Lourenço do Sul, RS.



Fonte: mapa produzido com a utilização do dispositivo My Maps, disponível através do Google Maps.

Essa produção plural era ainda facilitada pelo bioma específico da região, com clima temperado e vegetação de mata que formavam um solo rico e altamente fértil. E, por moldes culturais, a região ainda desenvolveu uma preponderância no plantio de batata-inglesa, cebola e pêssegos (PERES, 1985).

Porém, a partir do início do século XX, o enfraquecimento do contexto econômico riograndense das grandes propriedades agrícolas como fornecedoras de matérias primas para a economia central do país traz também consequências para estes pequenos agricultores que tinham no comércio com estas grandes propriedades uma parte notável da sua renda. São Lourenço do Sul, bem como outros pequenos municípios, paulatinamente testemunham a migração dos pequenos agricultores para práticas econômicas de maior inserção e dependência no mercado capitalista, substituindo culturas múltiplas por culturas específicas com maior fluidez comercial.

Os dados disponíveis nos Censos Agropecuários são bastante ilustrativos para análise desta transição. Coletados nos anos de 1920, 1940, 1950, 1960, 1970, 1975, 1980, 1985 e 1996, os mesmos apontam dados de forma direta, como a quantidade específica de toneladas produzidas em uma cultura; mas também dados de forma indireta, caracterizado pela decisão política realizada sobre quais fatores deveriam, ou não, serem investigados através da pesquisa⁴⁰. Por mais que bastante interessantes do ponto de vista analítico, esses fatores indiretos acabam acarretando em disparidades nos dados quantitativos, que acabam apresentando informações mais ou menos aprofundadas e com caráter díspare entre os anos.

Apesar das dissemelhanças de caracterização no tempo, os dados apresentados na Tabela 7 revelam as tendências sucedidas culturas agrícolas no século XX⁴¹.

40 Sobre as inclinações políticas por trás das pesquisas dos Censos Agropecuários, podemos destacar, por exemplo, que a Agricultura Familiar ganhou uma categoria própria para sua análise somente no Censo realizado em 2006 – e não utilizado neste trabalho dado a distância temporal –, no qual a mesma deixou de ser interpretada no “todo” do meio agrícola. Além disto, o uso de agrotóxicos passou a ser profundamente investigado no Censo do mesmo ano. Por outro oposto, o Censo Agropecuário ainda em caráter conclusivo, realizado em 2017, retirou tanto a especificidade sobre Agricultura Familiar, como o aprofundamento sobre a utilização de agrotóxicos. A entrevista do professor Paulo Alentejano é bastante explicativa quanto a estes aspectos, disponível em <<http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/581608-censo-agropecuário-os-dados-que-apareceram-ja-sao-muito-ruins-e-mostram-o-agravamento-dos-problemas-do-campo-brasileiro>> Acesso em 15/11/2018.

41 Por critérios metodológicos da coleta de informações realizada pelo Censo Agropecuário de 1985, os dados referentes à safra de batata para o respectivo ano foram separados em duas safras – diferentemente das coletas anteriores em que não houve esta divisão. Como o documento não aprofunda os padrões utilizados por trás da separação, optei pela segregação dos dados demarcados pela soma. Já para a Figura 3, utilizei o dado da somatória das duas safras para fim de sistematização.

Tabela 7 – Estabelecimentos, área e produção agrícola em São Lourenço do Sul (1920-1985)

	1920			1940			1950			1960		
	estab.	área (ha.)	produção	estab.	área (ha.)	produção	estab.	área (ha.)	produção	estab.	área (ha.)	produção
ARROZ	148	571	1198	95	---	9861	299	7512	18050	431	8009	17425
SOJA	---	---	---	---	---	---	---	---	---	5	2	4
FEIJÃO	1423	482	10127	2404	---	2147	2350	2141	1341	2875	3019	2631
MANDIOCA	---	---	826	81	---	146	143	26	347	373	286	1933
MILHO	1516	9709	22330	2504	---	11141	2871	11219	12010	3557	19073	23472
BATATA	1518	8440	8263	2484	---	11264	2512	2468	8549	---	---	22276
FUMO	---	---	---	2	---	---	1	---	---	---	---	---
LARANJA	---	---	---	1800	---	7447 (mil frutos)	1779	111	11604 (mil frutos)	2011	177	21477 (mil frutos)
TRIGO	249	---	337	380	---	79	1109	1123	659	832	1545	728
PÊSSEGO	---	---	---	---	---	---	1524	92	4895 (mil frutos)	777	126	3299 (mil frutos)
CEBOLA	---	---	---	---	---	---	133	85	144	---	---	251
	1970			1975			1980			1985		
	estab.	área (ha.)	produção	estab.	área (ha.)	produção	estab.	área (ha.)	produção	estab.	área (ha.)	produção
ARROZ	493	7589	23305	564	8179	29271	235	7737	22012	346	8728	33433
SOJA	378	722	948	3664	15728	23069	3483	24246	34063	4040	35633	52175
FEIJÃO	3619	2916	2043	2735	1898	1289	1842	1407	783	2541	1804	872
MANDIOCA	312	100	603	102	29	158	133	40	299	400	177	684
MILHO	4852	21795	25647	4675	23220	30321	4269	27905	39571	4353	21478	34874
BATATA	4337	6922	39667	4030	5001	26055	3122	3160	15077	2580+ 1760	1844+ 1353	5370+ 4163
FUMO	266	---	709	283	726	790	645	1909	1928	721	1736	2492
LARANJA	2825	259	13679 (mil frutos)	3637	114	17416 (mil frutos)	2073	144	9009 (mil frutos)	2873	154	10482 (mil frutos)
TRIGO	671	686	603	771	1953	1435	4	3	2	1	0	0
PÊSSEGO	858	---	3713 (mil frutos)	1563	71	3849 (mil frutos)	899	74	3576 (mil frutos)	1148	57	3053 (mil frutos)
CEBOLA	1482	---	4569	1483	1110	3263	864	588	2363	834	592	2081

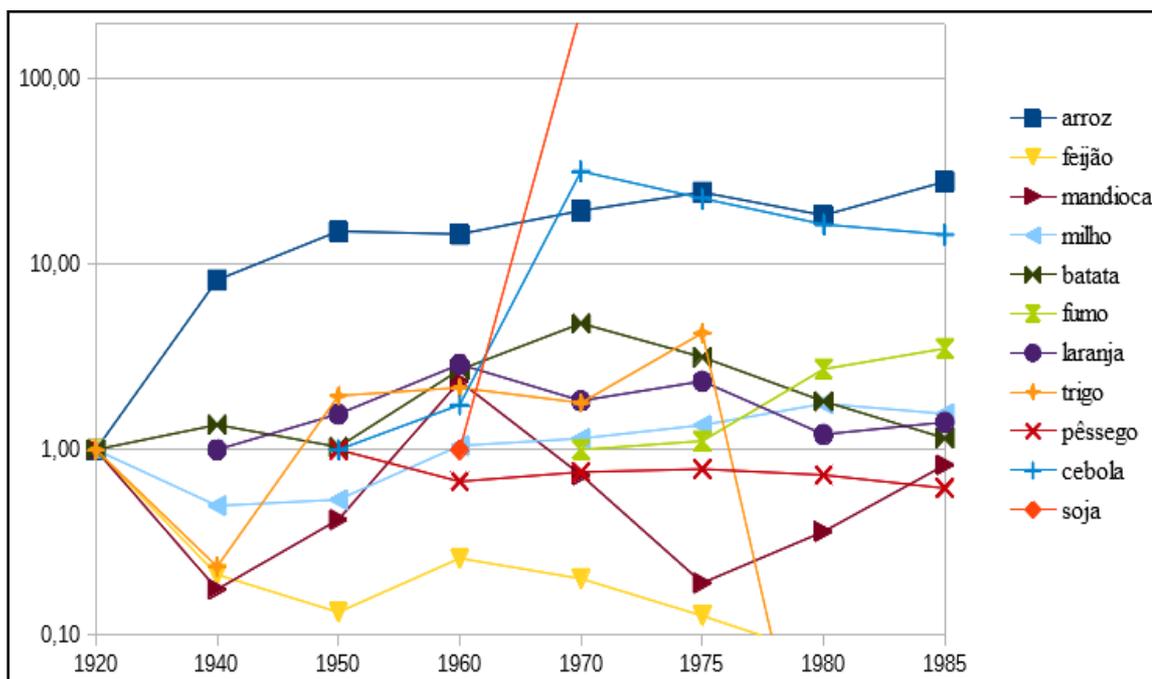
Fonte: dados adaptados dos Censos Agropecuários, IBGE, vários anos.

Nesta exposição, ficam notáveis o crescimento das culturas conectadas à modernização conservadora referida anteriormente. Assim como ocorrido no contexto maior do Rio Grande do Sul, a cultura do arroz emerge no início do século XX como o primeiro cultivo monopolístico amplo. Para o caso de São Lourenço do Sul, é interessante perceber

como o trigo tem uma participação bastante limitada, realizando uma rápida ascensão porém também acompanhado de uma repentina queda total de sua produção.

Na Figura 3⁴², os dados sobre a quantidade produzida para cada agricultura, como exposto na Tabela 7, foram sistematizados a fim de representar o interesse e a viabilidade de cada cultura para os agricultores.

Figura 3 – Proporção de crescimento da produção agrícola, São Lourenço do Sul, 1920-1985



Fonte: dados adaptados dos Censos Agropecuários, IBGE, vários anos.

Quando em representação gráfica, as alterações no tamanho da produção das culturas é ainda mais notável. O plantio de soja, por exemplo, excede a própria limitação do gráfico, mantendo um crescimento vertiginoso em comparação ao início do seu plantio, em 1960. Por outro lado, plantas características de alimentação tradicional, como o feijão e a batata, apresentam uma constante queda – com destaque para a leguminosa que atinge proporções de plantio quase inexistentes quando comparadas à sua própria trajetória. É interessante destacar culturas que historicamente foram exportadas pela região de São Lourenço do Sul, como batata, cebola e pêsego, apesar de apresentarem índices estáveis de plantio, progressivamente

42 Para este gráfico, utilizei os dados para o primeiro ano de plantio como coeficiente de valor 1, e calculei os valores dos respectivos anos sobre este coeficiente, a fim de expor o padrão de crescimento entre o primeiro ano de plantio registrado e o último aferido pelos Censos Agropecuários, em 1985.

demonstraram sinais de redução na quantidade total. E, se somarmos a isto a informação de que estas culturas não necessariamente sejam destinadas para inserção comercial, visto que os Censos apenas catalogam plantio, podemos levantar a hipótese de um ainda maior crescimento da importância econômica das culturas relacionadas à modernização agrícola⁴³.

O processo de abandono de alguns plantios em benefício de outros específicos é fruto de um processo duplo: o contexto econômico internacional favorecia bastante a venda da soja a um alto preço, parecendo economicamente rentável para estes agricultores a adesão da sojicultura, ainda mais com as facilidades comerciais para adesão das estruturas necessárias para este plantio – como maquinários e químicos (BRUM, 1988); e é nesse período histórico do século XX que ocorre a estruturação das práticas agrícolas brasileiras baseadas em cadeias longas de mercado (DELGADO, 2013). A difusão de infraestrutura cada vez mais elaborada para elevar os índices de produção agrícola – maquinários, ferramentas e químicos – leva os agricultores, tanto pequenos como grandes, a uma constante especialização de suas produções. Por exemplo, se para elevar o plantio de tomate fazia-se necessária a aquisição de uma série de produtos que só seriam utilizáveis neste fruto, era mais valioso para o agricultor adquirir estes produtos e realizar o plantio da maior quantidade de tomates possíveis, do que comprar diversos produtos para diversas culturas. Entre as décadas de 60 e 70 ocorre, também, a forte difusão de cooperativas agrícolas direcionadas à produção, buscando facilitar a aquisição e utilização das novas tecnologias pelos pequenos agricultores de uma região (TAMBARA, 1983).

A difusão dessas tecnologias é exposta na Tabela 8.

43 Para uma análise precisa deste ponto, o ideal seria a conjugação do valor total da safra agrícola para o município, bem como do valor produzido por cultura, assim destacando quais partes compunham o montante. Porém, essa análise faz-se impossível através desta fonte pois é lacunar a informação em todos os Censos – em alguns anos optou-se pela junção do valor total agrícola com o da pecuária, ou ainda algumas culturas apareciam com seu valor da safra enquanto outras não.

Tabela 8 – Utilização de tratores, arados e fertilizantes em São Lourenço do Sul (1920-1996)

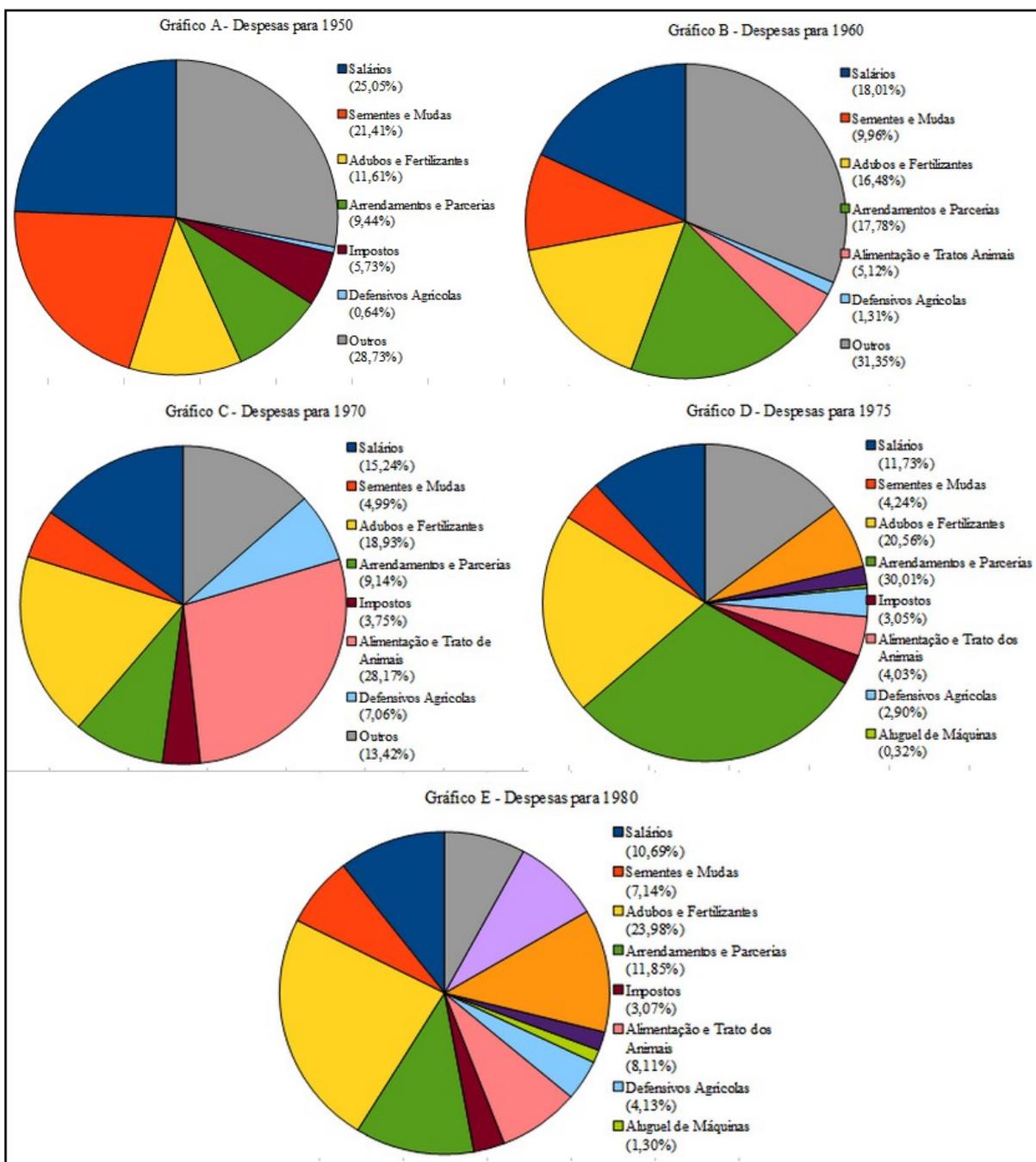
	Tratores			Arados		Fertilizantes		
	Até 10 C.V.	Entre 10 e 50 C.V.	Acima de 50 C.V.	Tração Animal	Tração Mecânica	Naturais	Químicos	Ambos
1920	---	---	---	1242	---	----	----	----
1940	5	---	---	3014	----	----	----	----
1950	1	46	---	3735	---	----	----	----
1960	0	191	25	3624	---	733	379	2288
1970	12	292	127	6283	392	575	1785	2720
1975	11	354	560	6187	856	3812	4587	x
1980	10	384	980	5891	1472	3073	4464	x
1985	15	349	1279	5544	1811	4704	4637	x
1996	15	435	1263	4809	1831	----	----	----

Fonte: dados adaptados dos Censos Agropecuários, IBGE, vários anos.

Tratores, arados e fertilizantes tiveram uma expansão massiva nas décadas analisadas pelos Censos. É notável o fato de que além do crescimento em quantidade total, os tratores também demonstram um aumento maior exatamente naqueles instrumentos de maior potência, evidenciando não só o crescimento do uso da tecnologia, como uma maior busca por aquele de maior precisão para a lida específica; enquanto no caso dos arados sobressai-se a alta quantidade de arados por tração animal que continuam existindo, apesar da forte tendência à mecanização dos mesmos. Essa permanência animal talvez seja explicável pela dependência desta tecnologia da utilização de tratores para sua locomoção, portanto, aumentando o custo de difusão. E, por fim, o uso de fertilizantes. Aqui uma das disparidades de confecção dos Censos expõe-se na extinção da categoria “ambos” para fertilizantes químicos e naturais, que passam a ser consideradas não mais exclusivamente. Porém, é ainda evidente o forte crescimento da utilização de fertilizantes químicos.

Um efeito direto da formação das cadeias longas, bem como dessa maior inserção tecnológica, é a progressiva maior dependência e conexão entre os agricultores e o mercado. Ou seja, se retomássemos o modelo proposto na Figura 1, a entrada de insumos viria cada vez mais diretamente do “eixo B”, levando a um necessário aumento da renda destes produtores para arcarem com esta lógica comercial na qual se inserem. A análise das despesas para o meio agrário do município de São Lourenço do Sul é bastante ilustrativa sobre isto.

Figura 4 – Composição das despesas anuais agrícolas, São Lourenço do Sul (1920-1980)



Fonte: dados adaptados a partir do Censo Agropecuário, IBGE, vários anos.

Comparando, na Figura 2, diretamente a composição das despesas dos agricultores do município⁴⁴, dois fatores ficam bastante evidentes:

44 As composições foram inseridas de acordo com sua exposição no Censo Agropecuário. Para fins de simplificação, categorias como “Salários” e “Jornadas” foram sintetizadas em valor na categoria “Salários”. Além desta, “Arrendamentos” e “Quotas de Parcerias” juntaram-se em “Arrendamentos e Parcerias”. E, por fim, “Alimentação e Trato de Animais” engloba as categorias “Animais – Alimentação”, “Animais –

i) a ampliação dos gastos componentes do total. Enquanto no Gráfico A, seis categorias definem os custos principais da manutenção agrícola, para o Gráfico E, de 1980, há exatamente o dobro de categorias específicas para os custeios. Essa difusão de fatores a serem pagos é fruto da maior inserção mercadológica destes agricultores – como, por exemplo, os custos de transporte das mercadorias.

ii) o aumento progressivo da importância de insumos externos para a produção, como “Adubos e Fertilizantes”, “Alimentação e Trato de Animais” e “Defensivos Agrícolas”. Com destaque ainda para como estes perdem pouco espaço na divisão total, mesmo com a ampliação dos componentes da mesma - “Adubos e Fertilizantes” apresenta o maior crescimento proporcional, por exemplo.

Esta progressiva conexão com o mercado capitalista aumentando os custos de produção, além da especialização produtiva de algumas regiões em certos produtos – que levou a uma monopolização das produções – deixou diversos agricultores de São Lourenço do Sul sem perspectiva produtiva. Seus plantios davam um retorno econômico cada vez menor, abaixo até mesmo da manutenção do padrão de vida, enquanto o contexto agrícola exigia investimentos cada vez maiores para enquadrar-se nas estruturas produtivas gerais vigentes. É neste espaço de insuficiência econômica que uma cultura de ascensão tímida na Figura 3 surge através das suas comensais: o plantio de tabaco e as indústrias fumicultoras.

2.2. *Os pequenos agricultores, o fumo e as fumicultoras.*

Há 25 anos o Brasil lidera a classificação internacional na exportação de tabaco. Em 2013, por exemplo, mais de 600 mil toneladas da planta foram exportadas, acrescentando cerca de US\$ 2 bilhões ao PIB nacional. E, das 186.350 unidades produtivas que plantavam tabaco em 2006, 89% localizavam-se no sul do Brasil, respectivamente em ordem de produção, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná (HILSINGER, 2016).

A produção de tabaco no país inicia-se ainda no século XIX, principalmente na região da Bahia, onde ocorre o plantio em larga escala para produção de charutos. As características naturais da região propiciavam o cultivo do tabaco escuro que poderia ser manufaturado a baixo custo para confecção do produto final – formando diversas tabacarias. O consumo, porém, era limitado, visto que o alto preço de venda dos charutos limitava seu público consumidor, bem como o tamanho das produções. No século XX, a industrialização recai

Medicina”, “Animais – Outros tratos”.

sobre a produção tabageira, exigindo do mercado brasileiro um novo tipo de tabaco possível de produzir cigarros (menores, mais compactos, de menor custo e maior comercialização) e assim, progressivamente, o plantio da cultura deslocou-se para o Sul do Brasil. Em 1940, por exemplo, o Rio Grande do Sul, já contando com grande produção fumageira, era responsável por 45% do total produzido, enquanto o estado da Bahia produzia 36%; já em 1975, as participações alteram-se para, respectivamente, 37% e 6%, mostrando uma gigantesca perda de importância do fumo para a economia agrícola baiana (SILVEIRA; DORNELLES, 2013).

É interessante ressaltar que no Sul do país já no início do século XX há relatos de pequenas propriedades agrícolas produtoras de fumo para comércio, principalmente naquelas regiões de imigração europeia, visto que estes novos habitantes da região dispunham de algum capital mínimo de investimento para poderem iniciar uma produção de maior fôlego (HILSINGER, 2016). Porém, como exposto na Tabela 7 para a realidade de São Lourenço do Sul, os números eram ainda bastante reduzidos.

E é exatamente no Sul do Brasil que a modalidade econômica produtiva característica da cultura do tabaco estrutura-se, o Sistema Integrado de Plantio de Tabaco (SIPT). Este, apesar de diferentes variações estabelecidas a cada agricultor, opera em uma lógica produtiva orquestrada em três compassos⁴⁵:

- i) o conglomerado fumageiro credita ao agricultor as sementes, os insumos básicos, os agrotóxicos e o apoio técnico. Ainda, dá ao agricultor a garantia de compra da quantidade final estabelecida entre as duas partes.
- ii) o agricultor, em sua própria propriedade – ou arrendada – realiza o cultivo, os cuidados e a colheita do tabaco de acordo com o contrato estabelecido.
- iii) o resultado final do cultivo é transportado até a indústria, que classifica o fumo produzido pelo agricultor e define o valor do pagamento de acordo com esta avaliação. Deste pagamento final, é descontado o valor referente às sementes, insumos e agrotóxicos da primeira etapa, bem como possíveis financiamentos que o agricultor possa ter feito com a companhia.

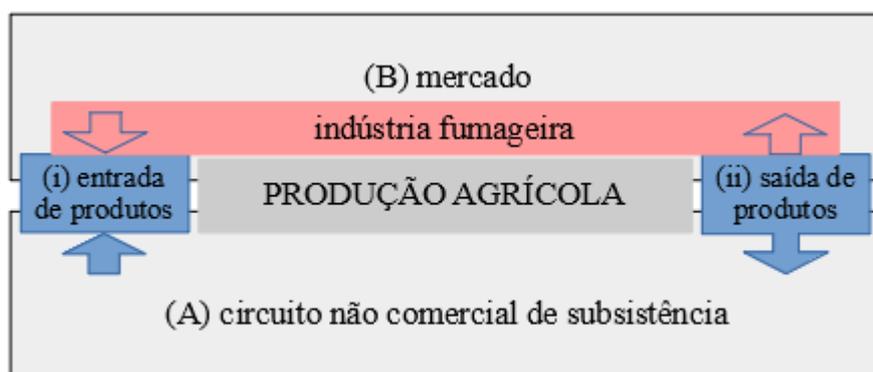
Como destaca Hilsinger (2013), este sistema foi originalmente projetado pela Companhia Souza Cruz, em 1920, e rapidamente difundiu-se entre todos os modelos produtivos de tabaco, sendo hoje empregado por praticamente todos os conglomerados e,

45 Esse processo me foi descrito diretamente pelos agricultores entrevistados, mas também conta com vasta bibliografia sobre. Destaco os artigos presentes em: SILVEIRA, Rogério L. (org.) - Tabaco, Sociedade e Território: relações e contradições no Sul do Brasil. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2013.

especialmente, pelas três maiores corporações tabageiras contemporâneas: Universal Leaf Tobacco (EUA), Aliance One Internacional (EUA), Japan Tobacco Internacional (Japão).

E, novamente, é essencial perceber como este procedimento envolve uma conexão muito grande entre o agricultor e o mercado comercial, porém não de uma forma direta, mas intermediada e cerceada pelo capital da empresa fumicultora, retirando do agricultor toda e qualquer autonomia produtiva, visto que é a corporação fumageira que define tanto a entrada como a saída de sua produção (SILVEIRA; DORNELLES, 2013). Se retomarmos a lógica de circulação agrícola proposta na Figura 1, na Introdução, e a realinharmos com os propostos do SIPT, teríamos uma nova configuração da forma conforme se vê na Figura 5.

Figura 5 – Composição da economia rural com empresas fumageiras



Fonte: modelo original de Ploeg (2008), adaptado pelo autor para a situação ilustrada

Ou seja, este agricultor não está somente mais dependente da conexão com o mercado (B), o qual já alteraria suas práticas tradicionais pelos fluxos econômicos, como está dependente de um intermediário nesta relação. É a empresa fumageira que gerencia e determina a entrada dos produtos prévios necessários; bem como é ela que define qual o molde da produção a ser executada, visto que já estabeleceu sua aquisição do produto final; e, por fim, é a empresa fumageira que garante a manutenção da renda destes agricultores e agricultoras.

Nesta composição, o agricultor mantém a posse e o direito sobre sua propriedade, porém sua autonomia produtiva é constantemente reduzida pela necessidade de adequar-se ao plantio de tabaco. A indústria capitalista, então, subjuga progressivamente a agricultura e o agricultor aos seus interesses e ao seu compasso (KAUTSKY, 1980).

Para entender a agência destes agricultores nesta composição socioeconômica, 12 famílias de fumicultores do município de São Lourenço do Sul foram entrevistadas através de um questionário semiestruturado⁴⁶ a fim de ouvir sua narrativa sobre a construção destas relações. O questionário buscou identificar como os modelos teóricos aplicaram-se na prática, entender as restrições e possibilidades do plantio de tabaco para estes agricultores, bem como as motivações que os levaram à tal sistema produtivo. Por fim, também explorou-se a própria avaliação dos agricultores sobre a prática socioeconômica na qual estão inseridos. O questionário foi realizado no mês de julho de 2018, período ideal pois localiza-se entre a colheita e o plantio da nova safra, sendo assim possível encontrar os agricultores com maior disponibilidade de tempo. Os mesmos foram acessados através de um contato inicial com a AFULBRA (Associação dos Fumicultores do Brasil) do município no qual solicitei apoio em identificar fumicultores usando como critério terem no tabaco a principal fonte de renda e o tempo de plantio – visto que, como o objetivo era identificar as narrativas históricas, quanto mais idoso o entrevistado, maior a possibilidade de experiências vividas. Diretamente fui conectado pela Associação com um informante-chave (MINAYO, 1992), um senhor de 64 anos com uma longa narrativa e um forte conhecimento da região⁴⁷. Por instrução do próprio, os agricultores entrevistados eram todos habitantes do Distrito Rural de Sesmária, localidade no qual o informante-chave tinha maior influência, e foram selecionados por facilidade de acesso e possibilidade de informação (maior idade ou filhos e filhas de pais que também plantavam fumo). Aqui cabe uma breve ressalva de que o informante chave em questão acompanhou todo o processo de coleta das entrevistas, o que traz uma consequência negativa, visto que a presença do mesmo pode ter alterado a confissão original dos entrevistados, já que havia a presença de um terceiro elemento, porém duas consequências positivas, visto que o efeito desta presença pode ter facilitado a obtenção de informações (por ser um vínculo de confiança), e, além disso, o próprio informante chave tecia seus próprios comentários sobre as declarações alheias, somando percepções intrínsecas às análises do meio.

Os dados fornecidos pelos fumicultores foram sintetizados na Tabela 9. E, analisando os mesmos, é possível o destaque de quatro eixos que traçam as características produtivas sócio-históricas destes grupos: o tamanho das propriedades que dispõe; os plantios que

46 Disponível em Apêndice 1.

47 O mesmo também foi entrevistado para a pesquisa, sendo referenciado como Agricultor 1 ao longo do trabalho.

exercem nas mesmas; suas relações diretas com as empresas fumicultoras; e a autoidentificação dos agricultores enquanto produtores de fumo.

2.2.1. Tamanho das propriedades, trabalho e relações sociais.

As terras possuídas pelos agricultores entrevistados medem entre 3 e 24 hectares, e, apesar da variação, todas encontram-se na padronização entre minifúndio e pequena propriedade, de acordo com o Incra⁴⁸.

A baixa dimensão das mesmas é fruto de um processo clássico às propriedades camponesas: a fragmentação da posse com o passar de gerações. Ao deixar a herança no meio rural, a família dividiria a propriedade entre os filhos existentes, fragmentando e diminuindo o total agrícola disponível. Assim, em um curto espaço geracional os agricultores disporiam de propriedades mensuralmente improdutivas (TAMBARA, 1983). Apesar desta compreensão sofrer uma série de alterações ao longo do século XX, a propriedade como fruto da trajetória familiar é endossada por diversos agricultores. O Agricultor 1 destaca que todos os “grandes proprietários da região só são ricos hoje porque foram criados em berço de ouro” (Apêndice 2A), ou seja, que tiveram uma base familiar de posses e que, logo, dispuseram de uma alta quantidade de recursos para iniciar suas vidas produtivas. Além disto, o mesmo também orgulha-se de ter deixado quatro hectares de terra para sua filha e seu genro explorarem quando os mesmos independentizaram-se – genro e filha que também foram entrevistados (Apêndice 2E). Enquanto a Agricultora 12 ressalta o fato de que, por um desentendimento com os pais aos 18 anos, teve de sair de casa sem receber sua porção de terras, por isso é posseira em uma propriedade desocupada (Apêndice 2L).

A ocupação das terras sobre as quais não se têm a propriedade é um fenômeno bastante comum. As mesmas são fruto de processos históricos de baixa delimitação oficial das propriedades, bem como abandono de espaços por falecimento sem herdeiros, ou êxodo rural.

48 De acordo com a legislação contemporânea, minifúndios tem até um módulo fiscal, enquanto pequenas propriedades têm entre um e quatro (para módulos viscais, vide Nota 22). Para São Lourenço do Sul, cada módulo fiscal equivale a 16 hectares. Disponibilizada em <<http://www.incra.gov.br/tamanho-propriedades-rurais>> (acesso em 16/11/2018)

Tabela 9 – Relação sintetizada das respostas dos agricultores entrevistados

	IDADE	TEMPO DE PLANTIO DE FUMO	PLANTIOS ANTERIORES	POR QUE MUDOU DE PLANTIO	HECTARES TOTAIS	HA. FUMO	OUTROS PLANTIOS COMERCIAIS	PLANTIOS CONSUMO FAMILIAR	RELAÇÃO COM EMPRESA FUMICULTORA
AGR 1	64 anos.	Desde 1978, 40 anos.	Cebola, batata, feijão preto.	Safras não cobriam nem mesmo os custos de produção.	3 ha. próprios, posseiro em outros 14 ha.	4 ha.	Soja.	Batata, cebola, feijão e Horticultura.	Souza Cruz desde o início, contrato paralelo com a CTA no fim.
AGR 2	58 anos.	Desde 1996, 22 anos.	Cebola, batata e mandioca.	Inviável manter a produção anterior pelos valores recebidos serem muito baixos.	9 ha. + variação de arrendados	3,5 ha.	Não.	Horticultura e frutas (morangos, bergamotas E uvas).	Souza Cruz inicialmente, hoje PMI.
AGR 3	37 anos.	Família plantava e continuou.	Não se lembra.	Não se lembra.	24 ha. próprios + 27 ha. Arrendados.	10 ha.	Soja e milho nas terras arrendadas.	Horticultura.	PMI inicialmente, depois CTA.
AGR 4	39 anos.	A família sempre plantou, porém já desistiu várias vezes.	Doma de cavalo.	Fumo dá renda maior.	10 ha.	2 ha. em parceria.	Não.	Milho para os cavalos.	Passou por várias, atualmente CTA.
AGR 5	33 anos.	5 anos.	Trabalhava como caminhoneiro.	---	4,5 ha.	4 ha.	Gado de corte.	Hortifruiti.	Universal.
AGR 6	38 anos.	Desde “sempre”.	Plantou somente soja por um período.	Soja em pequena escala não estava atrativo.	18 ha.	4 ha.	Milho em pequena escala.	Horticultura.	Souza Cruz e depois PMI.
AGR 7	56 anos.	Há 30 anos.	Trabalhava como jornaleiro/ Empregado.	---	24 ha.	5,5 ha.	Gado de leite.	Milho (animais), feijão preto e mandioca.	Inicialmente PMI, depois Alliance One, agora Premium Tobacco.
AGR 8	42 anos.	Há 20 anos.	Milho e gado de leite.	Fumo dá renda maior.	8 ha.	2 ha.	Milho e gado de leite em pequena escala.	Não.	Universal e PMI, hoje planta por conta.
AGR 9	52 anos.	Desde 1991, 27 anos	Alternava entre soja, milho e batata como foco, dependendo do mercado.	Fumo apareceu como uma certeza de renda.	32 ha.	4 ha.	Silvicultura (manutenção das estufas)	Gado e milho.	Inicialmente com a CTA, agora com a CTIB.
AGR 10	47 anos.	Há 29 anos	Plantava soja com a família.	Família do esposo plantava fumo e parecia mais rentável.	21 ha. próprios + 6 ha. Arrendados	6 ha.	Soja (20 ha.), milho e frango.	Não.	Inicialmente CTA, agora Amarasco, mas mantém produção independente, também.
AGR 11	53 anos.	Há 29 anos.	Feijão, milho e batata.	Fumo dá renda maior.	24 ha.	3 ha.	Gado de leite.	Milho (animais) e mel.	Alliance One desde sempre.
AGR 12	29 anos.	Desde sempre.	Desde que nasceu, planta fumo com os pais.	---	10 ha. (não são próprios, posseiro).	2 ha.	Gado de leite.	Horticultura.	Souza Cruz inicialmente, hoje PMI.

Fonte: elaboração própria com dados coletados pelo autor.

Além disto, outra forma de ampliação da área explorável dá-se através da assimilação de novos espaços por arrendamento. O arrendamento é a forma de mais fácil acesso a uma maior quantidade de terras, ou mesmo a uma zona de melhor qualidade produtiva, atingindo assim a renda diferencial (KAUTSKY, 1980) para este produtor. Como destaca o trabalho clássico de Karl Kautsky, a renda diferencial é fruto de uma desigualdade produtiva entre lotes de terra diferente:

Essa desigualdade decorre de condições naturais, e é, em determinadas condições de técnica, uma grandeza fixa. Mesmo admitindo-se que todas as outras condições de produção sejam absolutamente idênticas para os diversos agricultores, existirá sempre a diferença da qualidade do solo. A renda territorial não é, por conseguinte, como o lucro extraordinário na indústria, um fenômeno passageiro: é um fenômeno permanente. (KAUTSKY, 1980, p. 88)

Ou seja, o agricultor que dispor de uma terra de melhor qualidade produtiva poderá produzir mais e em maior qualidade do que aquele que utiliza uma terra de fertilidade baixa. Assim, poderá tanto aumentar sua faixa de lucro pela produção como pela redução dos insumos produtivos necessários para o plantio. E, como os preços pagos pelo fumo são estipulados sobre a qualidade da folha, quanto melhores as características do solo, maior a possibilidade de classificações superiores, aumentando a taxa de remuneração do agricultor.

O arrendamento também é utilizado como forma de acesso a terras com características naturais diferentes que possibilitem outras explorações, como terrenos de topografia pouco acidentada, ideais para plantio de soja.

Também podemos destacar que o território destinado ao plantio de fumo é relativamente pequeno, com uma média de 3,8 hectares. Essa exploração em baixa proporção encontra no fator humano sua explicação: o trabalho é excessivamente desgastante e quanto maior o plantio realizado, maior a empreitada a ser feita para colheita. É neste momento final do cultivo que o agricultor é “mais judiado pelo fumo”⁴⁹, chegando a trabalhar até 18 horas diárias, realizando todas as refeições em meio a lida (Apêndice 2H).

Como os agricultores estão, em sua grande maioria, submetidos ao contrato com a fumicultora, não podem arcar com projeções de plantio maiores do que as que terão capacidade de colher. Caso não atinjam a produção projetada, não trata-se apenas de uma

49 Termo utilizado pelo Agricultor 8 para definir a intensidade do período de colheita.

menor produção (logo menor venda e lucro), mas sim do não cumprimento do contrato estabelecido, que pode trazer consequências distintas – desde a perda de benefícios de financiamento, até a desvinculação do quadro da empresa, ou mesmo multas.

Sobre a possibilidade de contratarem mão de obra externa para apoio ao longo do plantio, as percepções dos agricultores são diversas. Muitos optam por não arcar com esta relação pelos gastos decorrentes da mesma, tendo vista que um jornaleiro qualificado pode chegar a R\$ 150,00 por dia (Apêndice 2A). E, dentre os que admitem a possibilidade de contratação, há a questão sobre a qualificação deste empregado. Isto decorre do fato de que a colheita do fumo necessita de mão de obra qualificada para sua execução, visto que qualquer manuseio errôneo do produto pode alterar a avaliação final da folha e, prontamente, o valor atribuído à mesma pela empresa.

O acesso a estes trabalhadores de maior aptidão envolve uma série de relações sociais do meio, que vão desde laços familiares (como pais que contratam a mão de obra dos filhos, por exemplo – Apêndice 2L) a relações de características clientelísticas (CARVALHO, 1997), em que um proprietário de maior poder econômico tem uma longa relação de influência sobre alguns grupos economicamente mais desfavorecidos, podendo sempre contar com estes em seu plantio. Este é o caso do Agricultor 3 (Apêndice 2C), que planta 10 hectares de fumo, além de outros 20 hectares de soja, e dispõe de mão de obra extra quando necessita. Essas relações clientelísticas são fortemente criticadas pelos agricultores que não conseguem estabelecer-se nas mesmas, queixando-se da monopolização dos bons jornaleiros em poucas propriedades.

Aqui é interessante identificarmos um esboço de diferenciação social entre estes agricultores, e como dentro de um mesmo espaço de pobreza rural – limitação da educação, da saúde e das liberdades pessoais (KUHN, 2008) – estes agricultores buscam fatores de preponderância sobre outros grupos. Os jornaleiros são, em grande medida, moradores da zona rural que dispõem de propriedades ainda menores que o padrão da região. Além disso, sua grande maioria não se enquadra no padrão de descendência germânica dos entrevistados. E, somando a existência destes dois fatores a uma construção racista e meritocrática do meio (reflexo da sociedade total), diversas vezes os jornaleiros foram referidos pelos entrevistados como “vagabundos”, ou ainda “que vivem à custa de extorquir os outros”. Reforçando uma diferenciação social estabelecida por fatores históricos e econômicos porém reforçados pelas práticas sociais contemporâneas.

2.2.2. Culturas anteriores, transição para o tabaco e outros plantios.

Dentre as culturas que os agricultores exerciam antes de migrarem para o plantio do fumo como atividade principal, podemos destacar a diferença do cultivo de acordo com a geração de pertencimento dos entrevistados. Entre os agricultores mais velhos, por exemplo os casos do Agricultor 1, Agricultor 2 e Agricultora 11, há a constatação de plantios mais diversificados e componentes de um padrão anterior de produção da região, principalmente focado na cultura da batata, da cebola, do feijão-preto e da mandioca, exatamente com a semelhança que podemos constatar na Tabela 7. Já entre os agricultores mais jovens, como os casos do Agricultor 6 e da Agricultora 12, a presença da soja como cultivo realizado já é bastante frequente.

Quando estes agricultores preterem estes cultivos em favor do tabaco, é necessária a ressalva de esta ação não trata-se somente de mais um plantio, mas sim da adesão a um sistema produtivo (SIPT) bastante diferenciado e operante sobre uma nova lógica (RUDNICKI; WAQUIL, 2013). Ao serem indagados sobre qual a motivação por trás da entrada na fumicultura, os agricultores foram unânimes em sua resposta: era a única possibilidade de renda no momento.

Podemos utilizar a narrativa da Agricultora 2 como exemplo para isto (Apêndice 2B). A mesma afirma que na sua última safra pré fumo, quando ainda plantava batatas, o valor pago pelo quilo do produto era de R\$ 0,07. Como a propriedade não é grande e produzia cerca de 150 quilos na safra, o montante acumulado no ano era de R\$ 10.500,00, um valor totalmente inviável para manutenção da propriedade, tendo vista que desta quantia ainda haveriam de serem descontados todos os investimentos da produção. Como destaca o Agricultor 1: “muitas vezes era pagar para colher”, inviabilizando totalmente a reprodução econômica destas famílias.

A fonte da redução do preço pago a estes agricultores encontra-se na formação de longas cadeias de mercado (DELGADO, 2013) que formaram centro monopólicos de produções especializadas que distribuem seus produtos agrícolas em largas distâncias. Como estes centros produzem em larguíssima escala, também conseguem estabelecer suas comercializações com preços mais reduzidos, ganhando preponderância de mercado. E, para os agricultores, esta é uma verdade bastante consolidada. O Agricultor 3 destaca que o mercado central da comunidade traz seus produtos agrícolas de um macroatacado distribuidor no município de Pelotas. Ou seja, na própria região rural os produtos são fornecidos através

de cadeias longas de mercado. Esta composição rompe fortemente, também, com a imagem clássica do comerciante central das comunidades rurais que operava através de uma relação de compras e vendas para com os agricultores locais (TAMBARA, 1983), substituído progressivamente pela figura de um comerciante em busca das melhores condições de lucratividade.

Por outro lado, tanto a cultura do milho como a pecuária bovina aparecem como elementos constantes no meio. A explicação para isto dá-se na tradição pecuarista da região (BOSENBECKER, 2011), como destacado anteriormente, com a diferenciação de que as principais áreas ganadeiras estão localizadas nas planícies – e na forma de latifúndios –, o que não impede que os pequenos agricultores mantenham algumas práticas paralelas quanto a este aspecto, desenvolvendo criação de gado na sua topografia mais acidentada (LIMA, 2006). E, a explicação para o milho é exatamente nesta composição, visto que o mesmo supre a demanda de alimentação dos animais, além de fornecer um excedente comercializável.

A topografia também está na explicação de porquê, no processo de modernização agrícola, a soja não tomou papel de destaque nas propriedades. A região continuamente acidentada impede a utilização de maquinários em larga escala, visto que não há estabilidade do solo para utilização dos mesmos. Além deste aspecto, o baixo tamanho das propriedades também é um problema, já que, como destacado por diversos entrevistados, a soja seria bastante rentável, mas somente em grande propriedade para que compense os custos de investimento para a produção. Como estes agricultores não dispõem de capital excedente em larga escala, e a região tampouco oferece grande disponibilidade de terras planas, a sojicultura torna-se inviável como principal fonte de renda. Contudo, é essencial destacar que a grande maioria dos agricultores mantém um cultivo paralelo de soja, e que a mesma tem uma forte influência entre os agricultores mais jovens e, especialmente, entre os filhos dos mesmos.

Por fim, há de se destacar ainda as culturas “para o gasto” mantidas pelos agricultores, ou seja, aquelas que os mesmos cultivam para sua própria alimentação. Horticultura, fruticultura e outros plantios diretamente para alimentação apareceram com bastante frequência. Com destaque para dois casos de famílias que afirmaram não plantarem nada além da cultura comercial do tabaco. É interessante ressaltar que diversos entrevistados afirmaram preferirem plantar seus alimentos porque sabem a procedência dos mesmos, preferem o sabor e confiam na ausência de veneno.

2.2.3. Fumageiras e agricultores: subordinações e resistências.

Todos os agricultores afirmaram terem tido algum tipo de vínculo com as empresas fumageiras ao longo de sua trajetória com o tabaco.

Essa trajetória seria inaugurada por iniciativa da própria empresa que, através de um orientador técnico, entraria em contato com os agricultores oferecendo a modalidade de plantio. Com o passar das décadas e afirmação das empresas, os contatos difundiram-se para uma situação em que, muitas vezes, o próprio agricultor busca esta conexão – quando decide trocar de empresa com a qual tem conexão, por exemplo. Um fator destacável desta composição é a baixa fidelidade estabelecida entre o fumicultor e a fumageira, visto que uma vasta maioria dos entrevistados alterou seu laço entre distintas fumicultoras, também é interessante destacar que, dentre os agricultores mais antigos, a vasta maioria iniciou no SIPT através da Souza Cruz, criadora e pioneira nesta implementação.

Esta conexão é oficializada através de um contrato no qual agricultor e empresa formalizam a quantidade de insumos que estão sendo adiantadas ao cultivo, bem como qual a pesagem total final da colheita baseado na quantidade de mudas fornecidas. O preço pago pelo produto somente será decidido ao final da colheita, ou seja, o agricultor assina o termo de compromisso de venda sem ter menor informação sobre qual será o valor final – que ainda é distribuído nas categorias distintas para as folhas de fumo.

Quanto a possibilidade de negociarem os termos do contrato, os agricultores foram incisivos: “o colono não tem escolha” (Apêndice 2D), “tudo quem define é eles” (Apêndice 2E) e “o poder está sempre nas mãos da empresa” (Apêndice 2B). Ou seja, a relação contratual que se estabelece é bastante desigual do caráter teórico e perceptível da prática. Os agricultores sabem que estabeleceram uma relação de inferioridade frente às empresas.

Esta assimetria é ainda mais evidente quando tratamos do ponto final do tabaco produzido: a venda. Como é uma *commodity*, o valor pago pelo fumo segue uma variação de acordo com a cotação internacional (HILSINGER, 2016), porém, dentro da lógica de que os grandes conglomerados produtivos sempre vão buscar aumentar seu lucro na ponta mais sensível da sua cadeia de produção (DELGADO, 2013), é sobre os agricultores que a maior taxa de lucro tenta ser obtida pelas empresas. E os próprios agricultores têm consciência disso, apesar de constantemente ficarem confusos com as classificações:

Eles pagam quanto eles querem, por exemplo eu mandei [a safra] e tinham que me pagar R\$ 150,00, 160,00; e me pagaram R\$ 144,00 pela arroba. Mas vou reclamar

de que, tem gente com fumo melhor que o meu e recebeu R\$ 137,00. O filho do *outro* recebeu R\$ 150,00 com um fumo que era uma porcaria, ele disse que se recebesse R\$ 100,00 já ia ta feliz. Tu vai perdendo aqui, perdendo lá, e ninguém te recompensa. Isso sempre foi um nojo. (Agricultor 4 – Apêndice 3)

O trecho expõe uma construção na qual, depois de um ano de cultivo, o agricultor teve seu produto avaliado de uma forma que nem mesmo ele entende sob quais critérios, situação bastante repetida entre outros agricultores que desconheciam as formas de avaliação da folha. E é na compreensão desta forma de apreciação que encontra-se uma das resistências dos fumicultores para com as empresas fumageiras: o Agricultor 1 relata que, quando iniciou no Sistema Integrado de Plantio de Tabaco, o número de fraudes na classificação da folha era exorbitante e incontrolável – visto que as mesmas eram avaliadas no município de Santa Cruz do Sul, distante e de difícil acesso para os agricultores sem meio de locomoção próprio e sem capital para transporte coletivo. E, para não sofrer os danos sobre seu produto, aprendeu as técnicas de avaliação das folhas, classificando-as previamente ao envio e aproximou-se dos transportadores da mercadoria, com os quais conseguia carona até a indústria e acompanhava a avaliação da carga. Assim ele pôde fazer pressão sobre a classificação do produto e buscar um valor que considerasse justo.

Uma outra agência relatada pelos agricultores é o abandono do contrato acertado. O Agricultor 6 narra o momento em que tinha um contrato estabelecido com a empresa Souza Cruz, porém a mesma oferecia uma avaliação e uma cotação muito baixa por seu produto. Então, o agricultor que havia firmado um contrato de 10 mil pés de fumo entregou apenas três mil para a empresa, comercializando os outros sete com outra empresa de melhor oferta. Como retaliação, Souza Cruz desfilou o agricultor de seu quadro. Por mais que a ação de negar-se a cumprir o contrato pareça singela, há relatos de agricultores que foram sistematicamente excluídos de contratos com todas as empresas por serem relutantes em aceitar os pontos impostos pela mesma (HILSINGER, 2016). Portanto, o descumprimento de um contrato pode ser uma ação com consequências fortes em uma estrutura socioeconômica na qual o tabaco apresenta-se como maior fonte de capital.

Há ainda os casos de agricultores que optaram por iniciarem plantios independentes. Nestes, é o próprio produtor que busca as sementes, bem como os insumos e químicos necessários para plantação. Na colheita, escolhe com quem quiser negociar seu produto final. Do lado negativo, o agricultor fica excluído dos “benefícios” fornecidos pelo contrato com a

empresa, que envolvem cursos e facilidades de crédito – ou seja, bastante limitados. Do lado positivo, este agricultor tem liberdade para conduzir o plantio na sua propriedade.

O próprio fornecimento de insumos intermediados pela fumageira é deveras turbulento nestas relações, envolvendo uma série de narrativas dos agricultores sobre cobranças indevidas e recomendações de produtos desnecessários. O Agricultor 1 registra que um dos orientadores técnicos da empresa com a qual tinha contrato sempre assegurava a necessidade da utilização de um químico específico para melhorar a qualidade das plantas. Em certa safra, o agricultor decidiu plantar carreiras de fumo intercaladas com e sem o insumo referido. No momento da colheita, constatou a igualdade total da produtividade entre os pés nos quais foram ou não aplicados os produtos. Ou seja, dentro do pacote tecnológico de produção do tabaco, diversos itens desnecessários eram acumulados porque, afinal, quem pagava a conta era o agricultor e quem embolsava o lucro, a empresa.

2.2.4. Identidade, êxodo e perspectivas.

A relação pessoal destes agricultores com o plantio de fumo é bastante díspare entre as diferentes entrevistas. Contudo, todos relataram a importância dos seus plantios para a manutenção econômica do município de São Lourenço do Sul. Ou seja, apesar da estrutura produtiva totalmente danosa a si que a fumicultura impõe a estes agricultores, os mesmos reconhecem-se enquanto agentes importantes e fomentadores da circulação de capital na cidade.

Como destaca Roni Hilsinger (2016), é notável a existência de uma “identidade agrícola fumicultora” em que vários agricultores enxergam neste plantio uma trajetória histórica dos seus antepassados – visto que, como referido anteriormente, as regiões de tradição alemã frequentemente plantavam fumo para consumo próprio. E, como aponta o mesmo autor, defendem veementemente a manutenção da cultura frente às mudanças sociais atuais, como o combate ao tabagismo.

É essencial a ressalva, também, de que vários agricultores encontraram no plantio de fumo uma fonte constante e estável de renda. Apesar da exploração que é empregada para com o agricultor a partir do SIPT, o sistema foi, em muitos casos, a alternativa produtiva à fome⁵⁰:

50 Obviamente que aqui não trata-se de um mérito das indústrias fumageiras, muito menos de um favor exercido pelas mesmas. Este processo de encontrar no tabaco a única alternativa é fruto de um isolamento constante desses pequenos agricultores que acabam obrigados a dependerem de um sistema exploratório

Na minha época só rico estudava, eu tinha que estudar na lavoura. Escola não era isso. Eu nem fui quase na escola. Fiz até terceira série só e parei. Meu pai ficou doente acamado no hospital, e eu era o mais velho com oito anos e tinha que trabalhar. Nem conseguia levantar o arado direito. Por sorte os cavalos eram mansos e não fugiam quando eu escapava a amarração do arado. Te falo a verdade, pra mim só falta comer *merda*, todos os colonos vão te confirmar a trabalheira que passei.. Não posso te dizer que passei fome, porque como a gente plantava sempre tinha. Aí quando casei tive que começar do zero.

A gente foi devagarzinho, comecei lá embaixo que nem uma formiga. O que eu passei na vida não foi fácil. Não tinha luz, não tinha água encanada. A gente buscava água dois quilômetros de casa. Iluminação era lampião com querosene. Por isso que aprendi a dar valor nas coisas. (Agricultor 1 – Apêndice 3)

O que fica bastante evidente na fala do Agricultor 1, o mais antigo dos entrevistados e que, através do fumo – que foi seu principal plantio nos anos produtivos – encontrou uma estabilidade econômica para superar a condição de extrema pobreza.

Simultaneamente a isto, diversos agricultores relataram que as gerações mais jovens tendem a preferir plantios que exijam uma menor carga de trabalho – como, por exemplo, a soja que pode ser mecanizada – ou o próprio êxodo.

Por fim, é interessante perceber que, entre os agricultores entrevistados, a possibilidade de projeções futuras e criação de expectativas é bastante baixa. Todos os entrevistados afirmaram que os planos futuros envolviam manter a disponibilidade atual ou ainda não terem plano algum. Evidenciando uma realidade social de baixa criação de expectativas pelos horizontes limitados que são oferecidos.

2.3. Os pequenos agricultores e a questão agrária

O processo de modernização agrícola realizado ao longo do século XX trouxe diferentes características para os contextos rurais do Brasil. Contextos estes ainda mais díspares para as realidades dos pequenos agricultores, muito mais objetos do que sujeitos das medidas políticas e econômicas que determinam as estruturas de um país.

para manterem suas condições mínimas de vida, visto que o Estado negligenciou seu papel de proteção e instrução. Porém, isto não impede que os próprios entrevistados reconheçam na fumiicultura uma fonte de estabilidade.

O caso dos agricultores fumicultores de São Lourenço do Sul surge, então, como apenas um cenário específico deste processo múltiplo, mas bastante ilustrativo sobre uma das consequências possíveis para aqueles produtores rurais de pequenas propriedades.

O incremento de tecnologias no meio rural, como maquinários e insumos químicos trouxe duas consequências macroprodutivas:

a) o fomento de culturas que pudessem ser interligadas aos novos padrões produtivos de alta dependência e interação com o mercado capitalista, como o cultivo da soja e do trigo (BRUM, 1988);

b) formação de lacunas de mercado para produção de outras culturas alimentares. Essas lacunas foram progressivamente sendo preenchidas por regiões especializadas nos específicos plantios, formando cadeias longas de abastecimento nacional (DELGADO, 2013).

No primeiro ponto, a definição de culturas altamente mercadológicas instaura um padrão de produto agrícola com relativamente alto valor de troca (na comparação com outras culturas) mas que, para ser atingido, exige altos investimentos prévios (maquinários, insumos e terras). No segundo ponto, ou os pequenos agricultores alinham-se ao processo de especialização das suas regiões – através de cooperativas, por exemplo (TAMBARA, 1983) – ou estarão sujeitos a própria sorte de encontrarem nichos específicos de mercado onde possam desenvolver-se. No caso de São Lourenço do Sul, a especialização da região deu-se em direção ao plantio de tabaco, forçando os agricultores locais a desenvolverem esta prática para terem alguma margem mínima de manutenção econômica.

Quanto ao Sistema Integrado de Produção de Tabaco, é interessante notar que ele traz um nível distinto da reestruturação socioeconômica fruto da modernização conservadora. Além do processo característico do período de estimular a transição de todas as agriculturas para agriculturas empresariais, ou seja, desarticular os sistemas autônomos de produção e empurrá-los para uma dependência do mercado (como exposto na Figura 1), o plantio de tabaco também traz consigo a proeminência dos conglomerados capitalistas para dentro destas relações. Como destaca Ploeg (2008), os Impérios são caracterizados por empresas com amplas cadeias de atuação, que controlam desde a produção, até o beneficiamento e comercialização de produtos. Apesar de não atingirem um nível tão massivo de controle – como aquele atingido por grupos alimentares – empresas como Souza Cruz, Aliance One e Continental Tobaccos Alliance, exercem uma relação de Império para com esses pequenos agricultores, sujeitando-os a uma longa cadeia produtiva na qual sempre serão os mais

explorados, visto que o lucro da grande empresa sempre estará acima da qualidade de renda destes pequenos produtores (DELGADO, 2013).

Esta oposição de poderes nesta relação é bastante evidente no comentário de Roni Hilsinger:

O perfil socioeconômico da produção brasileira de tabaco aponta como sendo uma atividade predominantemente desenvolvida por agricultores familiares, que trabalham com uso intensivo de mão de obra familiar a sua pequena propriedade [...] O tabaco é uma *commodity* que possui a sua produção, comercialização e industrialização fortemente controlada pelo capital estrangeiro que atua na coordenação da cadeia por poucos atores oligopolizados que centralizam e comandam os rumos de toda a cadeia produtiva. (HILSINGER, 2016, pg. 20)

Em que de um lado têm-se o agricultor familiar buscando formas de reprodutibilidade econômica, frente a grandes agentes econômicos.

Esta quebra da autonomia do pequeno agricultor para inseri-lo progressivamente no mercado como agente minoritário confecciona uma teia onde intensifica-se um processo de autoexploração da própria mão de obra da unidade familiar. Assim, por mais que não haja uma relação de poder propriamente explícita entre o pequeno produtor rural e o mercado, as exigências mercadológicas – comercialização, renda, concorrência – forçam o primeiro a uma constante autoexploração para manter-se estável nesta estrutura (KAUTSKY, 1980).

E se retomarmos uma das questões centrais da questão agrária brasileira, a má distribuição das terras agrícolas (sua concentração e centralização), teremos a confirmação de que em São Lourenço do Sul repete-se o padrão do país: pequenos grupos dispoendo de uma vasta quantidade de terras, frente a diversos agricultores que dispõem de terras em tamanhos diminutos. Analisando a Tabela 10, temos a constatação de que, em 1985, 90% das propriedades agrícolas lourencianas controlavam cerca de 40% da área rural disponível. Fator interessante se constataremos que, para o ano de 1940, os mesmos 90% controlavam menos de 30% das terras. Ou seja, é possível perceber um aumento da quantidade propriedades com até 50 hectares. O problema desta constatação é que ela não representa a redução das grandes propriedades, visto que em 1940, 2% das propriedades exerciam poder sobre cerca de 30% das terras; com este valor passando para 35% em 1985. O que evidencia que a redução deu-se

sobre os números intermediários sobre o controle da produção efetiva. A quantidade de estabelecimentos entre 50 e 500 hectares reduziu-se de 865, em 1940, para 444, em 1985, enaltecendo um processo de concentração fundiária que resultou na redução do tamanho das propriedades gerais – entre as propriedades de até 50 hectares, por exemplo, a média de hectares por estabelecimento passou de 24 para 18 entre 1940 e 1985.

Tabela 10 – Quantidade de estabelecimentos e área rural ocupada, São Lourenço do Sul.

	1940		1950		1960		1970		1975		1980		1985	
	unidades	área (ha.)												
menos de 1 ha.	---	---	3	1	0	0	42	28	40	19	8	3	18	10
de 1 a 2 ha.	8	9	6	7	23	29	103	124	84	107	28	34	70	87
de 2 a 5 ha.	116	381	50	165	253	804	434	1379	359	1152	246	804	313	1000
de 5 a 10 ha.	176	1208	140	978	458	3131	671	4668	624	4394	495	3455	663	4705
de 10 a 20 ha.	451	6497	515	7342	970	13508	1494	20873	1438	20144	1358	19364	1456	20779
de 20 a 50 ha.	1492	46679	1639	50184	1654	49476	2045	59312	2085	61219	1971	58330	1913	57125
de 50 a 100 ha.	330	21783	317	20859	299	19243	287	18393	290	19072	288	18702	282	18308
de 100 a 200 ha.	77	10432	77	10398	62	8258	60	8172	69	9141	76	10463	95	12775
de 200 a 500 ha.	51	11557	54	18523	39	11264	65	18673	59	17634	78	23209	67	19990
de 500 a 1000 ha.	15	11557	19	14129	19	13395	34	25021	32	22563	23	15214	27	18432
de 1000 a 5000 ha.	29	35742	32	54178	16	35529	21	25186	27	45668	27	51335	25	49730
5000 ha.+	2	---	1	5113	1	5400	---	---	---	---	---	---	1	5504
TOTAL	2747	187100	2855	182077	3794	160048	5261	206267	5107	201113	4598	200916	4930	208520

Fonte: dados adaptados dos Censos Agropecuários, IBGE, vários anos.

Por fim, é essencial elencarmos novamente o papel do Estado tanto na modernização conservadora como nas consequências diretas da mesma. Como destacado, este processo realizado no território brasileiro propunha-se a resolver a questão agrária através do isolamento do pequeno produtor, da maximização do mercado capitalista dentro do meio rural e da facilitamento de estruturas econômicas para grandes conglomerados (MIELITZ NETTO, 2011). E, novamente, a indústria do tabaco aparece como uma forte articulação neste sentido:

O tabaco representa atualmente um ramo do agronegócio que expressa bem o poder organizacional e de gestão do espaço pelas grandes empresas do capitalismo mundial. A participação do Estado se reservou no apoio financeiro inicial a esses grandes grupos e a regulamentação da atividade. O Estado brasileiro apoia cadeia produtiva do tabaco como componente do agronegócio enquanto se torna um sócio, à medida que a indústria de cigarros é uma das maiores contribuintes aos cofres

públicos devido à alta carga tributária que incide sobre os cigarros. (HILSINGER, 2016, p. 67)

Apesar do agronegócio ser uma fase posterior da modernização agrícola (DELGADO, 2013), a constatação de Hilsinger é notável por explicitar que a situação de exploração e subordinação dos agricultores entrevistados às fumageiras compõe uma prática econômica estrutural. O poder destas empresas foi fomentado por uma série de medidas do Estado brasileiro, e agora o poder das mesmas é demasiado elevado para que possam ser combatidas. Nesta composição, a agricultura deixa cada vez mais de estar a serviço das pessoas para estar a serviço do capital (BRUM, 1988).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho abordou a estruturação das relações socioeconômicas de produção de fumo a partir da perspectiva de interpretar este fenômeno como decorrência da modernização agrícola vivida pelo território brasileiro entre 1950-1990.

A modernização agrícola brasileira é fruto da Revolução Verde, processo de introdução de químicos e maquinários na produção rural objetivando a ampliação dos índices produtivos. Para os teóricos destas alterações, a falta de abastecimento alimentar no mundo seria resultado da ineficácia produtiva, ignorando os fatores distributivos. E, portanto, a única forma de combater a fome seria através do emprego de tecnologia para ampliar a produção relativa por espaço de terra. Somado a este plano propagandístico, a Revolução Verde também servia como formadora de mercado para grandes corporações internacionais, tanto por abrir uma série de novos ramos produtivos, como por unificar a produção agrícola mundial, estabelecendo um padrão muito mais facilmente comercializável, já que, se todos os países produzirem da mesma forma, todos são consumidores em potencial de indústrias voltadas para este ramo (ANDRADES; GAMINI, 2011).

No contexto brasileiro, alterações no meio rural eram exigidas por todos os grupos envolvidos. Do lado dos pequenos agricultores, em sua grande maioria camponeses, a defesa era por uma reforma agrária que revisitasse e desfizesse a concentração fundiária histórica do país. Argumento defendido por diversas organizações sociais pelas possibilidades de difusão de capital que uma possível reforma geraria (MIELITZ NETTO, 2011). Do lado das elites

econômicas urbanas, o desenvolvimento via industrialização era visto como uma certeza a ser perseguida e, para tanto, o meio rural teria de seguir um papel essencial: acumular capital para fomentar indústrias e controlar o fluxo de mão de obra (reter ou absorver trabalhadores de acordo com a necessidade das cidades) (DELGADO, 2013). Do lado externo, os interesses econômicos internacionais viam na estrutura agrária brasileira uma limitante para expansão do comércio, visto que as elites tradicionais rurais fomentavam pouca inovação tecnológica para dentro de suas produções – uma vez que tinham taxas de lucro crescentes a partir da incorporação constante de terras, e não do aprimoramento tecnológico nas mesmas (BRUM, 1988).

Por mais que os governos da Segunda República tenham tentado conciliar todos os interesses simultaneamente, a partir do Golpe Militar de 1964 as posições políticas a serem tomadas ficam bastante explícitas. O Governo Militar articula os interesses industriais, os das elites rurais tradicionais e os internacionais no processo referido como modernização conservadora. Neste, o plano de desenvolvimento econômico via industrialização subordinada foi aderido, enquanto uma série de políticas públicas fomentou a progressiva entrada do capital estrangeiro dentro dos sistemas produtivos agrícolas tradicionais, estimulando que as elites rurais iniciassem um processo de exploração intensiva e aprimoramento tecnológico (DELGADO, 2013). Enquanto isto, os pequenos agricultores foram escanteados de todos os processos sociais e o regime ditatorial dispôs de todo seu aparato terrorista para repressão das mobilizações destes grupos. Assim, a modernização conservadora modernizou a forma de plantio, conservou as relações sociais desiguais no meio rural (SILVA, 1982).

No caso do Rio Grande do Sul, este processo de alteração rural é perceptível pelo massivo incremento na quantidade de terras destinadas ao plantio de soja e trigo, por exemplo. Ainda vale o destaque de que essa padronização de culturas levou a uma forte redução de outros plantios locais, quebrando tanto cadeias de abastecimentos locais – que tiveram de buscar cada vez mais longe os suprimentos de alimentos (DELGADO, 2013) – como a própria biodiversidade dos territórios – visto que a redução de espécies agrícolas teve efeitos diretos sobre a fauna e flora locais (SANTILI, 2009).

A relação estabelecida entre as empresas fumageiras e os pequenos agricultores de São Lourenço do Sul emerge, então, como reflexo desse direcionamento político macro. Esses pequenos agricultores, massivamente isolados de acesso à terra de qualidade, de políticas públicas e de canais de comércio mais viáveis ao seu modo de vida, acabam sujeitos às opções

oferecidas pelo mercado. E, no caso lourenciano, a opção oferecida é a subordinação ao Sistema Integrado de Plantio de Tabaco, em que a indústria fumageira define as diretrizes pelas quais os agricultores deverão produzir, reduzindo tanto a autonomia deste como sua liberdade de mercado.

A compreensão da trajetória agrícola trilhada pelos pequenos agricultores é essencial para ampliar as noções de “agro” na contemporaneidade que insiste em igualar agricultura ao agronegócio, ignorando todo o caráter social e cultural que tradicionalmente existe no campo e que, insistentemente, o capitalismo financeiro tenta arrasar e transformar o meio rural em uma grande produção industrial de matérias-primas.

É essencial destacar que o caso específico de São Lourenço do Sul representa apenas uma das diversas realidades enfrentadas pelos pequenos agricultores no contexto brasileiro, sendo bastante variáveis as formas sociais desenvolvidas por estes grupos. Porém é ainda mais importante ressaltar que o padrão de exploração sobre os agricultores de pequenas propriedades é uma constante para este país que nunca realizou uma reforma agrária e democratização dos meios de acesso à terra, mesmo quando esta pauta foi atrelada ao próprio desenvolvimento do capitalismo.

O desenvolvimento de pesquisas futuras sobre outras realidades sofridas pelos pequenos agricultores em decorrência da modernização agrícola seriam de suma importância – para além dos já desenvolvidos – bem como a valorização das formas de resistência que estes grupos realizam diariamente – como a ascensão da agroecologia.

Cabe as populações urbanas entenderem, desmitificarem e estimularem seus consumos de forma consciente, percebendo que um alimento não é um mero produto, mas sim fruto de um longo processo de interações entre o ser humano e a terra.

BIBLIOGRAFIA

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Edusp, 2007.

ACCURSO, Cláudio F. **Estudo Macroeconômico de uma região: Estado do Rio Grande do Sul (1939-1955)**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.

_____. **Uma avaliação da economia gaúcha no período 1960-1985**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2014.

ALMEYRA, G.; BÓRQUEZ, L. C.; PEREIRA, J. M. M.; PORTO GONÇALVES, C. (orgs.). **Capitalismo, tierra y poder em América Latina**. Buenos Aires: CLACSO, 2015.

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1998.

ANDRADES, Thiago O; GANIMI, Rosângela N. Revolução Verde e a Apropriação Capitalista. **CES Revista**, Juiz de Fora, v. 21, pp. 43-56, 2007.

BOSENBECKER, Patrícia. **Uma colônia cercada de estâncias: imigrantes em São Lourenço/RS (1857-1877)**. Dissertação (Mestrado em História) – UFRGS, Porto Alegre, 2011.

BRASIL, IBGE. **Recenseamento do Brasil**. 1920. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv6452.pdf>> (acesso em 18/11/2018).

_____. **Recenseamento Geral do Brasil – Censos Econômicos**. 1940. Disponível em <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/794/agro_dg_1940.pdf> (acesso em 18/11/2018).

_____. **Estado do Rio Grande do Sul – Censos Econômicos**. 1950. Disponível em <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=767>> (acesso em 18/11/2018).

_____. **Censo Agrícola de 1960 – Rio Grande do Sul**. 1960. Disponível em <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=744>> (acesso em 18/11/2018).

_____. **Censo Agropecuário do Rio Grande do Sul**. 1970. Disponível em <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?id=745&view=detalhes>> (acesso em 18/11/2018).

_____. **Censo Agropecuário do Rio Grande do Sul**. 1975. Disponível em <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=7243>> (acesso em 18/11/2018).

_____. **Censo Agropecuário - Rio Grande do Sul**. 1980. Disponível em <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=746>> (acesso em 18/11/2018).

_____. **Censo Agropecuário - Rio Grande do Sul**. 1985. Disponível em <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?id=747&view=detalhes>> (acesso em 18/11/2018).

_____. **Censo Agropecuário - Rio Grande do Sul**. 1995/1996. Disponível em <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=748>> (acesso em 18/11/2018).

_____. **Anuário Estatístico – 1936-1995**. Disponível em <<https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?id=720&view=detalhes>> (acesso em 18/11/2018).

BRITO, Ricardo José Braga Amaral de. A luta camponesa e a repressão durante a Ditadura empresarial-militar (1964 -1985). **Revista Habitus: Revista de Graduação em Ciências Sociais do IFCS/UFRJ**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p. 72-87, 2015.

BRUM, Argemiro Jacob. **Modernização da agricultura: trigo e soja**. Petrópolis: Vozes, 1988.

CARDOSO DE MELLO, J.M e NOVAIS, F. **Capitalismo tardio e sociabilidade moderna**. São Paulo: Ed. UNESP/FECAMP, 2009

CARDOSO, F. H., FALETTO, E. Dependência e desenvolvimento na América Latina. In: Bielschowsky, Ricardo (org). **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

CAMARGO, Aspásia. A questão agrária: crise de poderes e reformas de base (1930-1964), in: FAUSTO, Boris (org.) **Historia Geral da Civilização brasileira: O Brasil republicano**. Tomo 3. São Paulo: Difel. 1981.

CAPELATO, Maria Helena. O Estado Novo: o que trouxe de novo? In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília Almeida Neves (orgs.). **O Brasil republicano**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003,

CARVALHEIRO, Elizângela M. **A construção social de mercados para os produtos da agroindústria familiar**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – UFRGS, Porto Alegre, 2010.

CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, coronelismo, clientelismo: Uma discussão conceitual. **Revista Dados**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 2, 1997

CESAR, Guilherme. Ocupação e diferenciação do espaço. In: DACANAL, José; GONZAGA, Sergius (orgs.). **RS: Economia e Política**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979.

CHAYANOV, Alexander. **The theory of peasant cooperatives**. Columbus: Ohio State University Press, 1991. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/36384>>. Acesso em 10 jun. 2018.

COLISTETE, R.P. O desenvolvimentismo cepalino: problemas teóricos e influências no Brasil. **Estudos Avançados**, v.15, Nº 41, 2001.

CORADINI, Lucas. **Jovens e mulheres na agenda de políticas públicas para o rural: o problema da reprodução social na agricultura familiar**. Tese (Doutorado em Ciência Política) – UFRGS, Porto Alegre, 2016.

DAVIS, Shelton H. **Vítimas do milagre: o desenvolvimento e os índios do Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

DELFIN NETTO, A. Desenvolvimento econômico brasileiro: retrocessos e avanços. **Revista de Política Agrícola**, Brasília, Ano XVIII, nº 1, pp. 5-20, 2009.

DELGADO, G. **Do “capital financeiro na agricultura” à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012)**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2013.

DREIFUSS, René Armand. **1964: A conquista do Estado**. Petrópolis: Vozes, 1981.

DUVERGER, Maurice. **As Modernas tecno democracias: poder econômico e poder político**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

FERREIRA, Marieta de Moraes; PINTO, Surama Conde Sá. A crise dos anos 1920 e a Revolução de 1930. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília Almeida Neves (orgs.). **O Brasil republicano**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FLORIDO, Antonio C. Simões. **Breve histórico dos Censos Agropecuários**. 2004. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/doc/HistoricoCensosAgropecuarios.pdf> (acesso em 24/07/2017).

FRAQUELLI, Jane A. A lavoura capitalista do arroz e a crise de 1926. In: DACANAL, José; GONZAGA, Sergius (orgs.). **RS: Economia e Política**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979.

FRIEDLAND, William. Agricultura and rurality: beginning the “final separation”?. **Rural Sociology**, v. 67, n. 3, 2002, pp. 350-371.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GUIMARÃES, Alberto P. Quatro séculos de latifúndio, 1963, In: STÉDILE, João P. (org.). **A questão agrária no Brasil: O debate tradicional – 1500-1960**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

HILSINGER, Roni. **O tabaco no sul do Rio Grande do Sul diante da convenção quadro para o controle do tabaco**. Tese (Doutorado em Geografia) – UFRGS, Porto Alegre, 2016.

IVO, A.B.L. Estado da arte da sociologia nos estudos sobre o desenvolvimento. In: MONTEIRO NETO, A. **Sociedade, política e desenvolvimento**. Brasília: Ipea, 2014.

KAGEYAMA, A. **Desenvolvimento Rural: Conceitos e aplicações ao caso brasileiro**. Porto Alegre: Editora da UFRGS. 2008.

KAUTSKY, Karl. **A questão agrária**. São Paulo: Proposta Editorial, 1980.

KÜHN, Fábio. **Breve história do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Leitura XXI, 2004.

KUHN, Daniela Dias. **Oportunidades, ruralidade e pobreza no Rio Grande do Sul: as relações apresentadas pela abordagem das capacitações nos municípios gaúchos**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – UFRGS, Porto Alegre, 2008.

LEIPNITZ, Ginter T. **Vida independente, ainda que modesta: dependentes, trabalhadores rurais e pequenos produtores na fronteira meridional do Brasil (c. 1884 – c. 1920)**. Tese (Doutorado em História) – UFRGS, Porto Alegre, 2016.

LIMA, Maria Imaculada Fonseca. **Paisagem, terroir e sistemas agrários: um estudo em São Lourenço do Sul**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – UFRGS, Porto Alegre, 2006.

LUNA, Francisco Vidal & KLEIN, Herbert S. Transformações sociais no período militar (1964-1985). Em: REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo & MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Orgs.). **A ditadura que mudou o Brasil - 50 anos do golpe de 1964**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

PERES, Ilza Lopes. Rio Grande do Sul: Microrregiões homogêneas. **Boletim Gaúcho de Geografia**, n. 13, 1985, pp. 21-44.

PLOEG, Jan D. van der. **Camponeses e Impérios Alimentares – lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

_____. Mercados aninhados recém criados: uma introdução teórica. In: MARQUES, Flávia C.; CONTERATO, Marcelo A.; SCHNEIDER, Sérgio (orgs.). **Construção de mercados e Agricultura familiar: desafios para o desenvolvimento rural**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2016.

POZZEBON, Luciana; RAMBO, Anelise G. As cadeias curtas das feiras coloniais e agroecológicas: autoconsumo e soberania alimentar. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, ago., 2016,

Maceió. **Anais eletrônicos**. Maceió: Universidade Federal de Alagoas, 2016. Disponível em <<http://icongresso.itarget.com.br/tra/arquivos/ser.6/1/6996.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2018.

PRADO JR., Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

PREBISCH, Raul. **Dinâmica do desenvolvimento latino-americano**. São Paulo: Editora Fundo de Cultura, 1968.

MAESTRI, Mário J. O escravo africano no Rio Grande do Sul. In: DACANAL, José; GONZAGA, Sergius (orgs.). **RS: Economia e Política**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979.

MEDEIROS, L.S. Luta por reforma agrária no Brasil contemporâneo: entre continuidades e novas questões. In: GRISA, C.; SCHNEIDER, S. (Org.). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: UFRGS, 2015.

MICHELENA, José A. **A crise no Sistema Mundial: Política e Bloco de Poder**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

MIELITZ NETTO, C.G.A. Política agrícola brasileira, sua adequação e sua funcionalidade nos vários momentos do desenvolvimento nacional. In: LEITE, S. P. BONNAL, P. (Orgs.) **Análise comparada de políticas agrícolas: uma agenda em transformação**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2011.

MILLER, Michael K.; LULOFF, A. E. Who is rural? A typological approach to the examination of rurality. **Rural Sociology**, v. 46, n. 4, pp. 608-623, 1981.

MINAYO, Maria C. S. **O desafio do conhecimento**. São Paulo: Hucitec-Abrasco, 1992.

MIRALHA, Wagner. Questão agrária brasileira: origem, necessidade e perspectivas de reforma hoje. **Revista NERA**, Presidente Prudente, Ano 9, nº 8, Jan/Jun, pp. 151-172, 2008.

MONTENEGRO, Antônio Torres. As ligas camponesas às vésperas do golpe de 1964. **Projeto História**, São Paulo, n. 29, tomo 2, pp. 391-416, dez. 2004.

MOTTA, Márcia. **Nas fronteiras do poder: conflito e direito à terra no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1998.

NETO, José Miguel Arias. Primeira República: economia cafeeira, urbanização e industrialização. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília Almeida Neves (orgs.). **O Brasil republicano**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.

OLIVEIRA, F. **A economia brasileira: Crítica à razão dualista**. Petrópolis: Editora Vozes, 1981.

OSÓRIO, Helen. **O império português no sul da América: estancieiros, lavradores e comerciantes**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

RANGEL, Ignácio. A questão agrária brasileira (1957-1986), 2000 In: STÉDILE, João P. (org.). **A questão agrária no Brasil: O debate tradicional – 1500-1960**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

RIBEIRO, G. L. Poder, redes e ideologia no campo do desenvolvimento. **Novos Estudos**. CEBRAP, v. 80, pp. 109-125, 2008.

SACHS, Ignacy. **Repensando o crescimento econômico e o progresso social: o âmbito da política**. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

SANDRONI, Paulo (Org.). **Dicionário de Economia do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SANTILI, J. **Agrobiodiversidade e direitos dos agricultores**. São Paulo: Petrópolis, 2009.

SANTOS, Ynaê Lopes. **História da África e do Brasil Afrodescendente**. Rio de Janeiro: Pallas, 2017.

SAUTU, Ruth. **Manual de Metodologia: construcción del marco teórico, formulación de los objetivos y elección de la metodología**. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

SCHNEIDER, Sérgio. **A pluriatividade na agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

SCHOMMER, Vanessa A. **Senhores e possuidores: análise socioeconômica dos sujeitos envolvidos em disputas judiciais de terra (Santo Antônio da Patrulha – Período Colonial)**. Trabalho de Conclusão de Curso – UFRGS, Porto Alegre 2018.

SILVA NETO, Benedito. **Enfoque sistêmico e análise econômica de unidades de produção agropecuária: uma abordagem baseada no materialismo histórico e dialético**. In: XI Congresso da Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção, Pelotas, jul/2016. Disponível em <<http://www.sbsp.org.br/Anais/7/177/60>> (acesso em 01/09/2018).

SILVA, Sérgio. **Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil**. São Paulo: Alfa Omega, 1986.

SILVA, José Graziano da. **O que é Questão Agrária**. Campinas: Coleção Primeiros Passos/Unicamp, 1981.

_____. **A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

SILVEIRA, Rogério L. (org.) - **Tabaco, Sociedade e Território: relações e contradições no Sul do Brasil**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2013.

_____ ; DORNELLES, Mizael. A produção do tabaco no sul do Brasil: um olhar geográfico sobre sua dinâmica produtiva e organização territorial. In: SILVEIRA, Rogério L. (org.) - **Tabaco, Sociedade e Território: relações e contradições no Sul do Brasil**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2013.

SODRÉ, Nelson W. Formação Histórica do Brasil, 1962. In: STÉDILE, João P. (org.). **A questão agrária no Brasil: O debate tradicional – 1500-1960**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

SOUZA, N. **Economia brasileira contemporânea: de Getúlio a Lula**. São Paulo: Atlas, 2008.

STÉDILE, João P. Questão Agrária. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). **Dicionário de Educação no Campo**. Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2012.

TAMBARA, Eleomar. **RS: modernização e crise na agricultura**. Porto Alegre: Mercado aberto, 1983.

RIBEIRO, G. L. Poder, redes e ideologia no campo do desenvolvimento. **Novos Estudos**. CEBRAP, v. 80, p. 109-125, 2008.

ROSTOW, W. W. **Etapas do desenvolvimento econômico** (um manifesto não-comunista). Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

WAQUIL, Paulo D.; MIELE, Marcelo; SCHULTZ, Glauco. **Mercados e comercialização de produtos agrícolas**. Coordenado pela UAB/UFRGS e pelo SEAD/UFRGS. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2010.

WANDERLEY, M. N. B. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas: o “rural” como espaço singular e ator coletivo. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 15, p. 69-129, 2001.

APÊNDICE 1 – QUESTIONÁRIO SEMI ESTRUTURADO

- 1. Há quanto tempo mora nessa região? Onde morava antes?**

- 2. Há quanto tempo planta fumo/tabaco?**

- 3. O que plantava antes de plantar fumo/tabaco?**

- 4. Por que mudou o plantio?**

- 5. Quantos hectares têm a propriedade?**

- 6. Quantos são de plantio de tabaco?**

- 7. Mesmo que em pequena escala, planta mais alguma coisa?**

- 8. Tem relação com alguma empresa fumicultora?**

- 9. Se sim, há quanto tempo?**

- 10. Se sim, como funciona essa relação? Tem contrato? Quem tem poder de definição?**

- 11. Quem fornece as sementes, o material, os agrotóxicos e o maquinário?**

- 12. Quais as vantagens dessa relação para a produção / vida familiar / empresa?**

- 13. Quais as desvantagens dessa relação para a produção / vida familiar / empresa?**

- 14. O que mudou na sua realidade desde que começou a plantar fumo/tabaco?**

- 15. Quais as perspectivas futuras? Manter o plantio do fumo, alterar a cultura, etc.**

APÊNDICE 2 – SISTEMATIZAÇÃO DOS QUESTIONÁRIOS REALIZADOS

APÊNDICE 2A – ENTREVISTA AGRICULTOR 1

1. **Há quanto tempo mora nessa região? Onde morava antes?** Sempre plantou na Sesmaria, terra que era dos pais e ficou para si.
2. **Há quanto tempo planta fumo/tabaco?** Planta desde 1978 (40 anos).
3. **O que plantava antes de plantar fumo/tabaco?** Plantava batata, cebola, soja, milho, feijão preto, etc.
4. **Por que mudou o plantio?** A produção acabava dando muito gasto o que nem compensava a colheita. *Aqui vale destacar que muitas vezes o valor pago para o empregado durante a colheita bate em cerca de R\$ 100,00~R\$ 150,00 logo, se essa colheita não dá uma boa renda automática, por exemplo batatas, é quase "pagar para colher".* Então o fumo surgia como alternativa viável.
5. **Quantos hectares têm a propriedade?** Tem 3 hectares próprios, mas tem outros 14 hectares em que é posseiro
6. **Quantos são de plantio de tabaco?** Plantava em 4 hectares, que agora foram herdados pelo genro e pela filha.
7. **Mesmo que em pequena escala, planta mais alguma coisa?**
O mesmo que plantava antes do fumo, mas em escala bem menor. Desses hectares de posseiro, nove são de soja em que continua plantando já que o maquinário é maior, "ai a idade permite".
8. **Tem relação com alguma empresa fumicultora?** Souza Cruz no início e a CTA no fim.
9. **Se sim, há quanto tempo?** *Vide acima.*
10. **Se sim, como funciona essa relação? Tem contrato? Quem tem poder de definição?** O orientador da empresa articula a relação. O preço do fumo é dividido em três níveis de acordo com a qualidade, e cada nível tem diversas classificações do melhor ao pior. Almiro aprendeu a malícia de ir junto até a empresa para cuidar se iam classificar o preço certo das suas folhas, que aprendeu a classificar com a experiência. A empresa também proíbe crianças e aposentados no plantio. Entre a estimativa de plantio e a colheita sempre aceita uma margem de 5% entre o contato firmado com a empresa e o real.
11. **Quem fornece as sementes, o material, os agrotóxicos e o maquinário?** A empresa fornecia, no caso de haver duas empresas simultâneas, articulava uma parte da produção com

cada empresa e também produzia uma parte por fora para conseguir o melhor preço para esta etapa na hora da venda através dos picaretas.

12. Quais as vantagens dessa relação para a produção / vida familiar / empresa? Mais dinheiro no bolso.

13. Quais as desvantagens dessa relação para a produção / vida familiar / empresa? Muitas horas de trabalho que desgastam muito, a relação com a empresa é sempre turbulenta e desgastante.

14. O que mudou na sua realidade desde que começou a plantar fumo/tabaco? Começou a ter mais renda imediata.

15. Quais as perspectivas futuras? Manter o plantio do fumo, alterar a cultura, etc. Imagina que teria diversificado mais a produção, mas agora já está aposentado.

16. Sabe quantos plantam fumo aqui na região? *Pergunta anulada porque na região todos plantam fumo.*

17. Recebem algum incentivo do governo? Recebiam na época? Poderia, mas nunca se interessou por tentar.

18. Vocês estão satisfeitos com a situação atual? "Foi bom, valeu a pena. Com fumo não tem mais nem feriado, mas consegui achar o caminho certo."

APÊNDICE 2B – ENTREVISTA AGRICULTOR 2

- 1. Há quanto tempo mora nessa região? Onde morava antes?** Sempre morou na mesma localidade onde nasceu, era dos pais e ficou para si depois que os mesmos faleceram.
- 2. Há quanto tempo planta fumo/tabaco?** Planta desde 1996 (22 anos).
- 3. O que plantava antes de plantar fumo/tabaco?** Plantava cebola, batata e mandioca – assim como a maioria dos agricultores da região.
- 4. Por que mudou o plantio?** Porque não dava mais para se manter com o valor pago pelos produtos, no último ano antes do fumo, pagavam R\$ 0,07 centavos o KG da batata. Como a propriedade é pequena, produzia cerca de 150 mil kgs de batata, o que mal dava para manter a própria produção. "Era trabalhar para pagar a produção".
- 5. Quantos hectares têm a propriedade?** 9 hectares + uma variação de arrendamentos de acordo com a utilização, ou não, dos vizinhos.
- 6. Quantos são de plantio de tabaco?** 3,5 hec. neste ano, mas varia de acordo com a mão de obra disponível para trabalhar na colheita. Cada hectare dá, em média, 15 mil mudas.
- 7. Mesmo que em pequena escala, planta mais alguma coisa?** Horta: cebola, couve, alface, etc. Também comprou morangos esse ano, e bergamotas.
- 8. Tem relação com alguma empresa fumicultora?** Usou a Souza Cruz por bastante tempo, mas atualmente usa Philip Morris. Trocou porque a Souza Cruz tem o processo muito metódico, ai preferiu a Philip Morris que o processo era mais simples.
- 9. Se sim, há quanto tempo?** Usa desde sempre (*assim como todos*), a Philip Morris desde 2011.
- 10. Se sim, como funciona essa relação? Tem contrato? Quem tem poder de definição?** Sempre tem contrato. Foi procurado pela Souza Cruz e depois procurou a Philip Morris para ter mais facilidade nas negociações. O poder está sempre nas mãos da empresa.
- 11. Quem fornece as sementes, o material, os agrotóxicos e o maquinário?** Todo o material é fornecido em empréstimo pela fumicultora. O maquinário pode ter empréstimo da fumageira, principalmente para construção das estufas iniciais (antigas, a lenha ainda) – *agora os empréstimos para modernização das estufas são, em maioria, feitos diretamente com os bancos.*
- 12. Quais as vantagens dessa relação para a produção / vida familiar / empresa?** Mais renda

13. Quais as desvantagens dessa relação para a produção / vida familiar / empresa?

Muita trabalho necessário, pouca mão de obra, "não para nunca".

14. O que mudou na sua realidade desde que começou a plantar fumo/tabaco? Bem

melhor do que era antes, pelo menos agora "o cara consegue fazer alguma coisa" com o dinheiro no fim – *no caso ao contrário das outras produções que acabavam sendo somente para manutenção do ciclo.*

15. Quais as perspectivas futuras? Manter o plantio do fumo, alterar a cultura, etc. Ir

diminuindo a produção para poder trabalhar menos até se aposentar já que faltam só 2 anos – aos 60, já que o agricultor está com 58. Defesa de que São Lourenço do Sul depende dos agricultores que plantam fumo: "se não tivesse tabaco, a cidade [SLS] tava quebrada".

16. Sabe quantos plantam fumo aqui na região? *Pergunta anulada porque na região todos plantam fumo.*

17. Recebem algum incentivo do governo? Recebiam na época? Não, mas tem um empréstimo agrícola para a nova estufa elétrica – 10 anos de financiamento.

18. Vocês estão satisfeitos com a situação atual? Sim.

APÊNDICE 2C – ENTREVISTA AGRICULTOR 3

- 1. Há quanto tempo mora nessa região? Onde morava antes?** Mora desde sempre no entorno.
- 2. Há quanto tempo planta fumo/tabaco?** Planta fumo desde sempre, a família plantava e continuou.
- 3. O que plantava antes de plantar fumo/tabaco?** Diversificava, mas principalmente leite e cebola.
- 4. Por que mudou o plantio?** "O fumo paga a conta".
- 5. Quantos hectares têm a propriedade?** 24 hec. E arrenda, este ano, 27 hec.
- 6. Quantos são de plantio de tabaco?** 10 hec de tabaco.
- 7. Mesmo que em pequena escala, planta mais alguma coisa?** Nas terras arrendadas, planta milho e soja em larga escala para comercialização. *Lembrando que a soja só vale a pena em larga escala, como dito pelos próprios.* Além de produção "pro gasto" de horticultura (cebola, alface, etc.)
- 8. Tem relação com alguma empresa fumicultora?** Sim, inicialmente Philip Morrison, depois CTA.
- 9. Se sim, há quanto tempo?** Há 15 anos com a CTA, a negociação com esta é melhor do que com a P.M., era mais fácil de negociar os termos dos empréstimos e principalmente os preços.
- 10. Se sim, como funciona essa relação? Tem contrato? Quem tem poder de definição?** Sempre foram as empresas a buscar eles. *Vale destacar a grande quantidade de plantio dessa propriedade comparada as outras.* Tem contrato mas é difícil ter grandes consequências caso não cumpra os mesmos, desde que pague os empréstimos feitos pela tabageira – o valor das sementes, dos químicos, etc. *Destaque de que o agente integrador vai até as propriedades dos agricultores "fechar os pacotes" do que eles vão pegar fornecido pela fumageira.*
- 11. Quem fornece as sementes, o material, os agrotóxicos e o maquinário?** A fumageira. As vezes fazem empréstimos com as mesmas porque tem muito menos burocracia – apesar dos valores de juros não serem muito vantajosos.
- 12. Quais as vantagens dessa relação para a produção / vida familiar / empresa?** Mais garantia de vendas e a renda por hectare.
- 13. Quais as desvantagens dessa relação para a produção / vida familiar / empresa?** Não tem.

14. O que mudou na sua realidade desde que começou a plantar fumo/tabaco? Planta desde sempre.

15. Quais as perspectivas futuras? Manter o plantio do fumo, alterar a cultura, etc. Aumentaria a produção de fumo mas não tem mão de obra suficiente.

16. Sabe quantos plantam fumo aqui na região? A maioria quase todos.

17. Recebem algum incentivo do governo? Recebiam na época? Utilizaram PRONAF e PROAGRO, "tem bastante burocracia, mas é só trabalhar direitinho que dá certo". Relata que muitas vezes os agricultores mentiam a produção, mediam com a do vizinho, etc ai a fiscalização aumentou bastante.

18. Vocês estão satisfeitos com a situação atual? "Tá ok, é tranquilo."

APÊNDICE 2D – ENTREVISTA AGRICULTOR 4

1. **Há quanto tempo mora nessa região? Onde morava antes?** Há 19 anos, antes morava na Cochilha do Barão.
2. **Há quanto tempo planta fumo/tabaco?** Desde criança, "não tem escolha para se manter", desistiu e voltou para o fumo várias vezes já (entre 2005~2008, ai parou e voltou em 2011).
3. **O que plantava antes de plantar fumo/tabaco?** Um pouco de milho e feijão para comércio mas principalmente foca na doma de cavalo.
4. **Por que mudou o plantio?** Para poder se manter.
5. **Quantos hectares têm a propriedade?** 10 hec.
6. **Quantos são de plantio de tabaco?** Planta em 2 hec. Que são "alheiros". *Perguntei se eram arrendados*, respondeu que não, que somente ele plantava lá.
7. **Mesmo que em pequena escala, planta mais alguma coisa?** Um pouco de milho e pastagem pros animais.
8. **Tem relação com alguma empresa fumicultora?** Sim, com a CTA.
9. **Se sim, há quanto tempo?** Desde sempre, entre idas e vindas. Passou por quase todas as empresas já (Souza Cruz, P.M., CBT) mas "são muito cheia de 9h".
10. **Se sim, como funciona essa relação? Tem contrato? Quem tem poder de definição?** O instrutor que passa nas propriedades oferecendo. A negociação depende da empresa, mas a empresa define e "o colono não tem escolha".
11. **Quem fornece as sementes, o material, os agrotóxicos e o maquinário?** Empresa fornece.
12. **Quais as vantagens dessa relação para a produção / vida familiar / empresa?** Fumo é o plantio mais estável de se vender.
13. **Quais as desvantagens dessa relação para a produção / vida familiar / empresa?** A negociação com a empresa, "eles pagam o que eles querem". E contou que sua folha e a folha de um outro vizinho, da mesma qualidade, receberam R\$ 138,00 pelo maço na dele e R\$ 150,00 na do vizinho. *Almiro me explicou que esse é o problema de mandar a folha sem controlar, que se fosse junto para controlar, não sofreria essas manipulações.*
14. **O que mudou na sua realidade desde que começou a plantar fumo/tabaco?** Nada: "trabalhar tem que trabalhar igual".
15. **Quais as perspectivas futuras? Manter o plantio do fumo, alterar a cultura, etc.** Ficar nesse ciclo de as vezes plantar fumo, domar, plantar outra coisa, etc.

16. Sabe quantos plantam fumo aqui na região? A maioria.

17. Recebem algum incentivo do governo? Recebiam na época? Usou PRONAF em um ano. Mas depois do primeiro ano os juros mudam e a burocracia aumenta, ai desistiu. "Se fosse bom eles não nos davam né."

18. Vocês estão satisfeitos com a situação atual? "Fazer o que."

APÊNDICE 2E – ENTREVISTA AGRICULTOR 5

1. **Há quanto tempo mora nessa região? Onde morava antes?** Há 5 anos, morava em Santa Tereza.
2. **Há quanto tempo planta fumo/tabaco?** Há 5 anos.
3. **O que plantava antes de plantar fumo/tabaco?** Trabalhava como caminhoneiro, numa empresa de caminhões (dirigir, descarregar, etc). A família plantava para o gasto (batata, milho, etc.)
4. **Por que mudou o plantio?** ///
5. **Quantos hectares têm a propriedade?** 4,5 hectares. *Aqui vale destacar que ele é genro do Agricultor 1 e planta nas propriedades dele.*
6. **Quantos são de plantio de tabaco?** 4 hectares.
7. **Mesmo que em pequena escala, planta mais alguma coisa?** Um pouco de gado para leite e carne e hortifruti.
8. **Tem relação com alguma empresa fumicultora?** Sim, com a Universal.
9. **Se sim, há quanto tempo?** Com a mesma há 5 anos.
10. **Se sim, como funciona essa relação? Tem contrato? Quem tem poder de definição?** "Tudo quem define é eles".
11. **Quem fornece as sementes, o material, os agrotóxicos e o maquinário?** A empresa.
12. **Quais as vantagens dessa relação para a produção / vida familiar / empresa?** Renda maior.
13. **Quais as desvantagens dessa relação para a produção / vida familiar / empresa?** Muito mais trabalhoso. *Destacar o fator da fragmentação das terras.*
14. **O que mudou na sua realidade desde que começou a plantar fumo/tabaco?** Tem mais renda, mas também tem mais trabalho, "mais sol nas costas".
15. **Quais as perspectivas futuras? Manter o plantio do fumo, alterar a cultura, etc.** Continuar assim, não é fácil de conseguir empregados para ajudar, também.
16. **Sabe quantos plantam fumo aqui na região?** *A maioria.*
17. **Recebem algum incentivo do governo? Recebiam na época?** Não.
18. **Vocês estão satisfeitos com a situação atual?** Sim, o plantio do milho ajuda a ter uma autonomia própria para além da renda constante do fumo.

APÊNDICE 2F – ENTREVISTA AGRICULTOR 6

1. **Há quanto tempo mora nessa região? Onde morava antes?** Há 11 anos, morava na Harmonia antes.
2. **Há quanto tempo planta fumo/tabaco?** Desde sempre.
3. **O que plantava antes de plantar fumo/tabaco?** Plantou mais soja por um período.
4. **Por que mudou o plantio?** O preço da soja não tava mais sendo válido para o pequeno produtor.
5. **Quantos hectares têm a propriedade?** 18 hectares no total.
6. **Quantos são de plantio de tabaco?** 4 hectares de fumo.
7. **Mesmo que em pequena escala, planta mais alguma coisa?** Milho, verduras, batata, batata doce para o gasto.
8. **Tem relação com alguma empresa fumicultora?** Sim, inicialmente com a Souza Cruz, agora com a Phillip Morris. Mudou porque foi expulso da Souza Cruz, o agricultor disse que "não fechou a estimativa". Essa estimativa é o quando o agricultor se compromete a vender para a empresa na hora de firmarem o contrato inicial, nessa caso, o agricultor se comprometeu com 10 mil pés e, no fim, entregou só 3 mil porque encontrou empresas que estavam pagando melhor pela folha. Como retaliação, a S.C. expulsou o agricultor do quadro de filiados.
9. **Se sim, há quanto tempo?** Há 6 anos com a P.M., antes com a S.C.
10. **Se sim, como funciona essa relação? Tem contrato? Quem tem poder de definição?** "Pode mudar de uma empresa para a outra, mas é sempre o mesmo". "O agricultor vai lá vender e sempre toma um canetaço".
11. **Quem fornece as sementes, o material, os agrotóxicos e o maquinário?** Firma que fornece.
12. **Quais as vantagens dessa relação para a produção / vida familiar / empresa?** Renda alta em pouca terra.
13. **Quais as desvantagens dessa relação para a produção / vida familiar / empresa?** Muito trabalho.
14. **O que mudou na sua realidade desde que começou a plantar fumo/tabaco?** Produção mais garantida do que quando dependia do milho e da soja.
15. **Quais as perspectivas futuras? Manter o plantio do fumo, alterar a cultura, etc.** Se tivesse mais terra, viveria só de gado porque o trabalho é muito menor.

16. Sabe quantos plantam fumo aqui na região? *A maioria.*

17. Recebem algum incentivo do governo? Recebiam na época? Faz seguro via PRONAF para o milho.

18. Vocês estão satisfeitos com a situação atual? "Com fumo tá bom assim."

APÊNDICE 2G – ENTREVISTA AGRICULTOR 7

1. **Há quanto tempo mora nessa região? Onde morava antes?** Mora há 37 anos nessa região, antes morava em Bom Jesus II.
2. **Há quanto tempo planta fumo/tabaco?** Planta fumo há mais de 30 anos.
3. **O que plantava antes de plantar fumo/tabaco?** Trabalhava como jornaleiro, empregado.
4. **Por que mudou o plantio? ///**
5. **Quantos hectares têm a propriedade?** 24 hectares.
6. **Quantos são de plantio de tabaco?** 5,5 hectares de tabaco.
7. **Mesmo que em pequena escala, planta mais alguma coisa?** Milho, feijão preto, mandioca, leite para o gado. Leite para alguma venda extra.
8. **Tem relação com alguma empresa fumicultora?** Sim, inicialmente com a P.M., depois com a Aliance One, agora com a Premium. Mas já passou por outras também, varia muito de acordo com o transportador (caminhoneiro) vinculado a empresa. Alguns caminhoneiros são conhecidos por fazerem "muito cambalacho", aí os agricultores que sabem o que acontece mudam de empresa.
9. **Se sim, há quanto tempo?** Desde sempre.
10. **Se sim, como funciona essa relação? Tem contrato? Quem tem poder de definição?**
Vide acima.
11. **Quem fornece as sementes, o material, os agrotóxicos e o maquinário?** A empresa.
12. **Quais as vantagens dessa relação para a produção / vida familiar / empresa?** "Se não plantasse fumo, ia passar fome".
13. **Quais as desvantagens dessa relação para a produção / vida familiar / empresa?**
Rotina muito trabalhosa, "muito sol quente".
14. **O que mudou na sua realidade desde que começou a plantar fumo/tabaco? //**
15. **Quais as perspectivas futuras? Manter o plantio do fumo, alterar a cultura, etc. Sem perspectivas.**
16. **Sabe quantos plantam fumo aqui na região?** *A maioria.*
17. **Recebem algum incentivo do governo? Recebiam na época?** PRONAF para "custeio".
18. **Vocês estão satisfeitos com a situação atual?** "O fumo é a única saída para o colono."

APÊNDICE 2H – ENTREVISTA AGRICULTOR 8

1. **Há quanto tempo mora nessa região? Onde morava antes?** Desde sempre.
2. **Há quanto tempo planta fumo/tabaco?** Há 20 anos.
3. **O que plantava antes de plantar fumo?** Milho e gado de leite
4. **Por que mudou o plantio?** Fumo rendia mais.
5. **Quantos hectares têm a propriedade?** 8 hectares.
6. **Quantos são de plantio de tabaco?** 2 hectares.
7. **Mesmo que em pequena escala, planta mais algo?** Milho e leite, gasto e pequena venda.
8. **Tem relação com alguma empresa fumicultora?** Já teve com a Universal e com a P.M., mas agora planta por conta.
9. **Se sim, há quanto tempo?** Há três anos por conta, antes sempre com as empresas.
10. **Se sim, como funciona essa relação? Tem contrato? Quem tem poder de definição?**
Começou a plantar por conta exatamente para fugir um pouco do controle das empresas, que descontavam muito e "demorava muito para ver a cor do dinheiro" já que necessitava que e a empresa recebesse o fumo, descontasse todos os processos, taxasse, enfim, plantando por conta ela tem o produto e decide.
11. **Quem fornece as sementes, o material, os agrotóxicos e o maquinário?** É independente, então agora ela compra por conta na "cidade".
12. **Quais as vantagens dessa relação para a produção / vida familiar / empresa?** Fumo dá mais dinheiro por hectares, se fosse comparar com o leite que era cada vez mais difícil de lidar com.
13. **Quais as desvantagens dessa relação para a produção / vida familiar / empresa?** Dá bastante mais serviço se comparado a outras culturas.
14. **O que mudou na sua realidade desde que começou a plantar fumo?** Aumentou renda.
15. **Quais as perspectivas futuras? Manter o plantio do fumo, alterar a cultura, etc.** "O futuro a Deus pertence".
16. **Sabe quantos plantam fumo aqui na região?** A maioria.
17. **Recebem algum incentivo do governo? Recebiam na época?** Nunca fizeram. "É fazer um empréstimo do PRONAF para pagar o empréstimo anterior."
18. **Vocês estão satisfeitos com a situação atual?**
"Podia ta melhor, mas tá". "Se não precisasse do dinheiro do fumo, ninguém plantava por escolha". "O agricultor é judiado pelo fumo".

APÊNDICE 2I – ENTREVISTA AGRICULTOR 9

1. **Há quanto tempo mora nessa região? Onde morava antes?** Há 15 anos.
2. **Há quanto tempo planta fumo/tabaco?** Planta desde 1991 (27 anos).
3. **O que plantava antes de plantar fumo/tabaco?** Soja, milho e batata dependendo das condições do mercado.
4. **Por que mudou o plantio?** Fumo dava mais dinheiro na época.
5. **Quantos hectares têm a propriedade?** 32 hectares no total.
6. **Quantos são de plantio de tabaco?** 4 hectares de fumo.
7. **Mesmo que em pequena escala, planta mais alguma coisa?** Planta eucalipto para lenha das estufas, gado e milho para o gasto.
8. **Tem relação com alguma empresa fumicultora?** Por um tempo plantou com a CTA, agora com a CBT.
9. **Se sim, há quanto tempo?** Sempre com a CTA, nos últimos 5 anos com a CBT.
10. **Se sim, como funciona essa relação? Tem contrato? Quem tem poder de definição? ///**
11. **Quem fornece as sementes, o material, os agrotóxicos e o maquinário?** A empresa.
12. **Quais as vantagens dessa relação para a produção / vida familiar / empresa?** Mais renda, o preço da soja era muito instável para conseguir manter-se com pequena propriedade.
13. **Quais as desvantagens dessa relação para a produção / vida familiar / empresa?** É uma produção trabalhosa e pouco prática.
14. **O que mudou na sua realidade desde que começou a plantar fumo/tabaco?** Mais renda por safra.
15. **Quais as perspectivas futuras? Manter o plantio do fumo, alterar a cultura, etc.** Continuar plantando no mesmo ritmo.
16. **Sabe quantos plantam fumo aqui na região?** Várias.
17. **Recebem algum incentivo do governo? Recebiam na época?** Não tem, "mas tem gente que faz". "Os bancos oferecem, mas envolve muito."
18. **Vocês estão satisfeitos com a situação atual?** Sim, "é o que tem."

APÊNDICE 2J – ENTREVISTA AGRICULTOR 10

- 1. Há quanto tempo mora nessa região? Onde morava antes?** Há 29 anos, antes morava na Sesmaria.
- 2. Há quanto tempo planta fumo/tabaco?** Há 29 anos.
- 3. O que plantava antes de plantar fumo/tabaco?** Plantava soja.
- 4. Por que mudou o plantio?** Plantava soja com a família, quando se casou começou a plantar fumo junto com o companheiro, mas ainda plantam soja.
- 5. Quantos hectares têm a propriedade?** 21 hectares + 6 hec. Arrendados. *De acordo com o Almiro, esses arrendamentos são contratos verbais entre os morados e suas disponibilidades de terra, um fornece ao outro o que tem sem utilizar em troca de uma parte da produção ou afins.*
- 6. Quantos são de plantio de tabaco?** Plantam 6 hectares de tabaco (os arrendados).
- 7. Mesmo que em pequena escala, planta mais alguma coisa?** Planta 20 hectares de soja além do fumo. Também tem milho plantado e galinha.
- 8. Tem relação com alguma empresa fumicultora?** Tinha com a CTA, e nos últimos anos tem com a Amarasco. Mas plantam uma grande quantidade por fora.
- 9. Se sim, há quanto tempo?** Desde sempre, com a mudança nos últimos 5 anos para autonomia.
- 10. Se sim, como funciona essa relação? Tem contrato? Quem tem poder de definição?** O instrutor passa e oferece a relação.
- 11. Quem fornece as sementes, o material, os agrotóxicos e o maquinário?** Metade já que nos últimos anos mantem uma grande parte da produção por conta, a maioria das sementes compra por si, hoje.
- 12. Quais as vantagens dessa relação para a produção / vida familiar / empresa?** A garantia da venda.
- 13. Quais as desvantagens dessa relação para a produção / vida familiar / empresa?** Nenhuma.
- 14. O que mudou na sua realidade desde que começou a plantar fumo/tabaco?** Mais renda em menor escala, mas já tinha uma estabilidade com a soja.
- 15. Quais as perspectivas futuras? Manter o plantio do fumo, alterar a cultura, etc.** Parar de plantar fumo e investir só na soja que, apesar de menor renda, dá muito menor trabalho. *Destaque para como é possível fazer todo o processo da soja em maquinário, enquanto que o*

fumo é quase que totalmente manual. De todos os entrevistados, só 01 tinha máquina para colher fumo, todos os outros faziam 100% do processo manualmente.

16. Sabe quantos plantam fumo aqui na região? A maioria.

17. Recebem algum incentivo do governo? Recebiam na época? Não utilizam.

18. Vocês estão satisfeitos com a situação atual? Está, mas a nova geração não. Dos três filhos, um foi para o exército, outro foi para cidade e o outro é pequeno mas não gosta.

APÊNDICE 2K – ENTREVISTA AGRICULTOR 11

1. **Há quanto tempo mora nessa região? Onde morava antes?** Desde sempre.
2. **Há quanto tempo planta fumo/tabaco?** Planta há 29 anos.
3. **O que plantava antes de plantar fumo/tabaco?** Majoritariamente milho, feijão e batata.
4. **Por que mudou o plantio?** Porque o fumo fornecia mais renda.
5. **Quantos hectares têm a propriedade?** 24 hectares.
6. **Quantos são de plantio de tabaco?** 3 hectares de fumo.
7. **Mesmo que em pequena escala, planta mais alguma coisa?** Pastagem para os animais, e milho para a silagem. Um pouco de leite para venda e um pouco de mel.
8. **Tem relação com alguma empresa fumicultora?** Com a Aliance One desde sempre.
9. **Se sim, há quanto tempo?** Desde sempre.
10. **Se sim, como funciona essa relação? Tem contrato? Quem tem poder de definição? ///**
11. **Quem fornece as sementes, o material, os agrotóxicos e o maquinário?** A empresa.
12. **Quais as vantagens dessa relação para a produção / vida familiar / empresa?** Mais renda.
13. **Quais as desvantagens dessa relação para a produção / vida familiar / empresa?** Não tem.
14. **O que mudou na sua realidade desde que começou a plantar fumo/tabaco? //**
15. **Quais as perspectivas futuras? Manter o plantio do fumo, alterar a cultura, etc.** Último ano plantando fumo, pois vai se aposentar e quer ficar só com o leite porque "dá para se defender."
16. **Sabe quantos plantam fumo aqui na região?** *A maioria.*
17. **Recebem algum incentivo do governo? Recebiam na época?** Não.
18. **Vocês estão satisfeitos com a situação atual?** Sim.

APÊNDICE 2L – ENTREVISTA AGRICULTOR 12

- 1. Há quanto tempo mora nessa região? Onde morava antes?** Desde sempre.
- 2. Há quanto tempo planta fumo/tabaco?** Desde sempre, trabalhava com os pais mas autônoma desde os 18 – autônoma em partes porque ainda é empregada dos pais e de outras lavouras.
- 3. O que plantava antes de plantar fumo/tabaco? ///**
- 4. Por que mudou o plantio? ///**
- 5. Quantos hectares têm a propriedade?** 10 hectares de "uso" – não são próprios, posseiros.
- 6. Quantos são de plantio de tabaco?** 2 hectares.
- 7. Mesmo que em pequena escala, planta mais alguma coisa?** Tem horta e um pouco de leite para comércio.
- 8. Tem relação com alguma empresa fumicultora?** Tinham com a Souza Cruz agora tem com a Phillip Morrison. Mudaram porque perderam o prazo de inscrição com a S.C.
- 9. Se sim, há quanto tempo?** Desde sempre.
- 10. Se sim, como funciona essa relação? Tem contrato? Quem tem poder de definição?** A empresa.
- 11. Quem fornece as sementes, o material, os agrotóxicos e o maquinário?** Mais renda, "é o ganha pão".
- 12. Quais as vantagens dessa relação para a produção / vida familiar / empresa? //**
- 13. Quais as desvantagens dessa relação para a produção / vida familiar / empresa? //**
- 14. O que mudou na sua realidade desde que começou a plantar fumo/tabaco?** Plantar em mais hectares.
- 15. Quais as perspectivas futuras? Manter o plantio do fumo, alterar a cultura, etc.** Nenhuma.
- 16. Sabe quantos plantam fumo aqui na região?** *A maioria.*
- 17. Recebem algum incentivo do governo? Recebiam na época?** Nenhum.
- 18. Vocês estão satisfeitos com a situação atual?** Não.

APÊNDICE 3 - TRANSCRIÇÕES DAS ENTREVISTAS PERMITIDAS

Parcial - Primeira agricultora entrevistada

P: chega a tenta com os picaretas também?

E1: sim, o que tiver melhor

P: e como funciona essa relação? A empresa procura vocês, vocês procuram eles, como funciona?

E: o integrador passa perguntando se quer plantar fumo

P: ai ele vem batendo e perguntando?

E: isso

P: e ai quando aceita tem um contrato?

E: contrato a gente tem que ter, tem que ter um cadastro se não eles não carregam o fumo [...] o cadastro faz no começo, eles procuram os produtores e estabelecem o cadastro.

P: E as sementes?

E: um pouco a gente pega com eles, outro pouco a gente compra na cidade, em São Lourenço

P: Os instrumentos quem fornece?

E: Depende da firma, mas é comum o pessoal fazer metade metade

P: E a senhora vê vantagem em estabelecer essa relação?

E: O preço é ruim, mas tem garantia de vender. Se não tivesse o picareta, ai tínhamos menos liberdade.

P: Mudou algo na realidade desde que começaram a plantar tabaco?

E: Não, plantamos desde sempre.

P: E qual a perspectiva pro futuro?

E: Não querem mais plantar fumo, querem plantar só soja. O outro foi para o quartel já. Não querem mais plantar fumo porque dá muito trabalho. Eles querem só soja, é só dirigir trator, facilita mais.

P: Recebe algum incentivo do governo?

E: não.

P: Satisfeitos com a situação atual?

E: fazer o que né, tem que tá. Com sorte não piora.

P: e quando a senhora morava com sua família, sembra se plantavam algo?

E: plantávamos batata por um tempo, mas depois tudo tabaco. Não dá tempo de plantar mais nada plantando fumo. Fumo é direto. Entregamos a safra agora em junho mas começamos a próxima desde maio já pra garantir o plantio. É dia e noite.

Completo - segundo agricultor entrevistado.

P: Há quanto tempo mora aqui?

E1: fui embora, voltei, fui embora, voltei. Mas mais ou menos uns 9 anos que to aqui.

P: Há quanto tempo tu planta fumo?

E1: plantei e parei várias vezes. Ajudo no fumo desde criança. Não tem escolha. Ou é isso, ou é isso.

P: E entre parar e voltar tu lembra quanto tempo?

E1: Acho que de 2005-2008, ai parei, ai em 2011 voltei de novo.

P: E nesses meio tempo tu lembra o que fazia dai?

E1: Domava cavalo. Plantava um pouco de milho.

P: E voltou a plantar fumo por quê?

E1: Porque precisa de dinheiro né.

P: Planta mais algo além de fumo?

E1: Milho e pastagem (azevém).

P: E alface ou algo pro gasto?

E1: Não. Tenho que comprar tudo.

P: Tem relação com alguma firma?

E1: CTR Continental, desde sempre. Com as ida e volta também.

P: Sempre foi a mesma?

E1: É. Plantei com outra mas não firmava.

P: Por que não firmava?

E1: Porque eram muito cheia de *nove hora*. Queriam que eu pusesse o veneno num *paiolzinho* sozinho e indicado. Pra quê? Vem os bandido e já sabe que vão abrir o paiolzinho pra roubar. Essa de agora não pede nada disso.

P: E essa relação quem procura quem?

E1: Todas firma tem um instrutor que vem oferecer. Ai tem um contrato.

P: E os termos do contrato vocês conseguem negociar?

E1: É sempre por eles. Muitas vezes o colono não tem escolha.

P: E os materiais são tudo dado pela empresa?

E1: Dado não, te mandam e depois te cobram né. Fica pra eles a renda pra pagar, o resto fica pro escravo.

P: E tem alguma vantagem além da renda?

E1: Tche, tudo dá renda. Só que tem altos e baixo. O fumo também. Mas te dá uma renda mais certa. Mas eles pagam quanto eles querem, por exemplo eu mandei e tinham que me pagar R\$ 150,00, 160,00; e me pagaram R\$ 144,00 pela arroba. Mas vou reclamar de que, tem gente com fumo melhor que o meu e recebeu R\$ 137,00. O filho do _____ recebeu R\$ 150,00 com um fumo que era uma porcaria, ele disse que se recebesse R\$ 100,00 já ia ta feliz. Tu vai perdendo aqui, perdendo lá, e ninguém te recompensa. Isso sempre foi um nojo.

P: Vocês não tem muito poder de bater contra as empresas?

E1: Não. Tu não tá lá e não tem o que fazer.

P: E te muda alguma coisa na tua realidade plantar fumo entre essas idas e vindas?

E1: Trabalhar tem que trabalhar igual. Esses que plantam em quantidade aqui, e são trabalhador, já eram de pai bem feito e tão bem.

P: E perspectivas pro futuro?

E1: Fica nisso sempre. Não aumentar, não diminuir. Meu filho foi pro quartel já. Meu filho não queria plantar fumo, se fosse pra plantar fumo ele queria ir pro quartel.

P: Recebe algum financiamento público?

E1: Sempre fiz PRONAF, mas não vou mais fazer. Só é bom no primeiro ano, depois é muito pacote de juros. Pacote de coisa pra pagar. Se fosse lucro pra nós eles não iam fazer. Ai não existia banco, se não não ia ter aquele monte de gente de crachazinho tomando café.

P: Satisfeito com a situação atual?

E1: Tem que tá né. Tem gente que tá pior.

Conversa aleatória Agricultor 1 sobre o Agricultor 2

A: muita gente acha que não é, mas é sim. Se ele tinha ido junto com certeza que tinha pegado. Mas ele deixou de ir junto e perdeu. Tem que ir junto na empresa pra defender o teu produto pra ter o preço.

Completo - terceiro agricultor entrevistado.

P: Há quanto tempo planta fumo?

E1: Desde que me conheço por gente. Minha família sempre plantou também.

P: E antes de plantar fumo?

E1: A gente sempre diversificava. Plantava cebola, tinha um pouco de leite, um pouco de soja também. Mas hoje o que mais dá renda é fumo.

P: E teria espaço de mercado pra vender outros produtos? Como batata, por exemplo?

E1: Não... Hoje só plantamos isso pro gasto, cebola, batata, uma coisa de horta, uns verde (alface, rúcula, etc).

P: E tu sabe, por exemplo, da onde vem a batata que vende no mercado aqui da volta?

E1: Ah, a maioria traz do Treischel, de Pelotas, e eles de lá compram de alguém.

P: Quantos hectares?

E1: 24 hec. Mas fazemos rotação. Tem milho também, e soja. Nunca repete a mesma área pra descansar. Pra milho tem bastante mercado, também. E soja.

P: Mas esse ano são quantos de fumo?

E1: Aqui vão ser quase 10 ha. De fumo.

P: Relação com alguma empresa fumicultora?

E1: CTA Continental. Há uns 15 anos. Antes disso Philip Morrison. Esse ano temos de novo, mas o carro chefe ainda é a CTA. Eles são melhor de negociação. A PM é meio complicada a negociação. São mais exigentes. O preço da CTA é melhor, também. A PM aceita vender solto, sem contrato.

P: E chega a ter picareta?

E1: Esse ano não. O picareta faz uma oferta de preço mas esse ano não chegou perto das fumageira.

P: E vocês procuram o integrador?

E1: Não, eles sempre que vem aqui perguntar e oferecer.

P: E sobre o contrato ser melhor, tu consegue rebater algo?

E1: Mais ou menos, os contratos hoje não são mais muito obrigatórios. Na CTA é sem multa e bem mais leve do que era antes. Desde que tu pague a conta deles do material (sementes, etc) e não fique devendo, não tem problema.

P: E ai maquinário, estufa, etc, quem fornece?

E1: Isso é tudo nosso. Nos que pagamos. As vezes a empresa faz empréstimo, se precisar.

P: E vale mais o empréstimo da fumageira que o do banco?

E1: Isso, é com bem menos burocracia daí. É só o contato com o integrador daí.

P: E as vantagens de ter essa relação?

E1: É melhor porque tem segurança de vender né. Dependendo do picareta é muito difícil. É o que dá renda.

P: Perspectivas pro futuro?

E1: Aumentar não. Vai se manter nisso ai. Não adianta aumentar porque também não tem mão de obra. Se já compramos máquina pra colher agora porque não tem mais mão de obra. A máquina é bom porque não trabalha no sol.

P: E algum programa público de financiamento?

E1: A gente tem PRONAF. Tem bastante burocracia, mas é quem tudo hoje, tem que trabalhar certinho. Tem que ter as notas certinhas de compra, de insumo. Não é mais como era primeiro. Os cara financiava a lavoura. Hoje tem que fazer um mapa da área. Antes faziam o financiamento mas nem plantavam. Quando iam mostrar a lavoura, mostravam a do vizinho. Um entrava por uma porteira e outro por outra.

P: Satisfeito com a situação atual?

E1: Hoje tá razoável.

P: E quanto a relação com a empresa?

E1: Hoje tá tranquilo.

E1: [...] o negócio do fumo hoje às vezes é muito mal visto, mas vai ver quanto emprego que gera... tem muito veneno, mas tudo tem veneno hoje, o tomate então! E o fumo dá renda ainda, até a soja tá ficando cada vez mais inviável, é muita praga então precisa de muito veneno. Antes não tinha essas lagarta gorda, agora em ano de El Niño fica tudo mais molhado, ai quanto mais molhado mais ruim de tu controlar a praga. Ai já tavam oferecendo o *elatus*, o remédio mais caro que tem! Mas isso é culpa deles né, não recomendavam pôr outro veneno pra precaver porque podem vender agora. Quando lançaram o *elatus* era 3 vezes mais caro que aquele, o *aproxi*, ai três aplicação do *aproxi* dava uma aplicação do *elatus*.

Parcial - sétimo agricultor entrevistado.

[...]

P: Relação com alguma empresa fumicultora?

E1: Com a Philip Morrison, desde 2011

P: E sempre foi essa?

E1: Não, tinha com a Souza Cruz, mas depois do problema dos empréstimos de estufa eles tiraram vários agricultores.

P: Eles forneciam um empréstimo pra aquisição da estufa?

E1: Sim, davam uma ajuda. Um empréstimo. Tudo a gente pagava depois. Além de ter que pagar as sementes já também.

P: E entre as duas tem diferença de negociação?

E1: Sim, com a PM é mais fácil, com a outra tem que ser tudo na ponta do lápis sempre.

P: E ai quem fornece as sementes e os materiais são a firma?

E1: Sim, e depois a gente paga.

P: E a vantagem de plantar fumo?

E1: É a renda... mas dá muita mão de obra. Não tem coisa que dá mais mão de obra, é o ano inteiro. Tu tá vendendo!

P: Pois é, na outra propriedade me comentaram que colheram em julho mas que a nova safra tava sendo semeada desde maio.

E1: Sim, a gente não para nunca. É quem criança pequena, temo que tá sempre na volta.

ALMIRO: Por isso que eu larguei tudo, me cansei, me judiei noite e dia, agora tenho que descansar. Não, chega.

P: E mudou algo na tua realidade depois que começou a plantar fumo?

E1: Deu pra comprar umas coisas, nem trator não tínhamos. Se não fosse o fumo, o colono tava quebrado. E a cidade também não ia ter nada. As loja não ia ter nem a metade.

P: Perspectiva para o futuro?

E1: Diminuir a plantação... tentar ir para a cidade e me aposentar. Se a gente for pensar no que a gente já se judiou, tá loco... Na cidade o cara vê as pessoa lá que nem sabem o que é o trabalho da gente.

P: Algum financiamento público? Pronaf?

E1: Tem financiamento pra estufa só, porque essa é elétrica. A outra lá é da Souza Cruz, a lenha.

P: Satisfeito com a situação atual?

E1: sim...

Parcial - oitava agricultora entrevistada.

[...]

P: E a senhora consegue procurar o melhor preço, como não estabelece contrato com as empresas?

E1: É, se eu não me agrado do preço eu posso só não vender. Já se tu te compromete com a firma, ai não tem o que fazer.

P: E faz tempo que a senhora planta assim independente?

E1: Vai ser o terceiro ano agora.

P: E o material vem da onde daí?

E1: Tudo eu que vou atrás.

P: E o preço pago nos produtos? Como nas sementes e afins? É parecido com o que seria descontado diretamente pela empresa?

E1: Ah deve ser elas por elas, não tenho ideia.

P: E a vantagem de produzir fumo para a senhora? Por que plantar fumo e não outra coisa?

E1: Porque é o que dá serviço, é o que dá renda. A gente vendia leite mas agora também tá dando cada vez menos.

P: E o que mudou na sua realidade depois de começar a plantar fumo?

E1: É a renda.

P: E a perspectiva para o futuro?

E1: O futuro ai a deus pertence... se não precisasse do fumo, ai ninguém plantava ele. Mas se tu não tem outra renda, é o que tem.

P: Se pudesse escolher a senhora plantaria outra coisa?

E1: Sim. É muito judiado plantar fumo.

P: Algum financiamento público? Pronaf?

E1: Nós nunca fizemos PRONAF. Quem faz uma vez faz sempre, porque acaba tendo dívida e tendo que fazer sempre um financiamento novo para pagar o antigo.

P: Satisfeito com a situação atual?

E1: Podia tá melhor, mas tá. A gente nunca tá satisfeito com nada, quando chove de mais, é muita chuva, quando chove de menos é chuva de menos.

Parcial - nono agricultor entrevistado.

[...]

P: E produz mais algo? Seja pro gasto ou pra comercializar?

E1: Tem gado pra leite, e uma hortinha pro gasto.

P: E tem relação com alguma firma de tabaco?

E1: Com a Universal, desde sempre, sempre foi a mesma.

P: E essa relação eles procuraram vocês?

E1: Sim, desde o início tem um contrato ai a gente planta e eles compram.

P: E vocês tem possibilidade de mudar alguma coisa nesse contrato?

E1: Não. É tudo eles que fazem. O preço a gente manda pra lá e eles fazem.

Almiro: Eu que ensinei pra ele.... o outro lá falou que perdeu 1600 real de não ter ido junto.

E1: Se a gente for junto pelo menos faz uma pressão.

P: E entre trabalhar aqui ou no caminhão [profissão anterior do entrevistado]?

E1: Aqui a renda é maior, mas a labuta também. Judia bem mais. O solação quente, a dor no corpo inteiro.

Almiro: É, mas o bom do fumo é que faz mais dinheiro em pouca terra, não precisa de muita terra. A soja por exemplo, pra dar uma renda boa precisa de mais terra, e o colono não tem. Ai fica no fumo mesmo porque é o que dá pra plantar em pouca terra.

E1: É o ano todo. Terminou o fumo tá começando fumo de novo. A gente tava vendendo a última colheita e tava cortando metro já [madeira para as estufas].

P: Perspectivas futuras?

E1: Depende. Por enquanto vamos ficar assim. Conseguir empregado também não tá fácil, eles prometem mas depois sempre já tão empregados. Ai fica difícil ter mão de obra e é muito desgastante.

P: E a safra são uns três meses de colheita?

E1: É, uns três meses. Começa pela parte de baixo da planta e depois vai subindo. E se fizer duas remessas, ai começa uma setembro e uma dezembro. Não dá pra plantar tudo ao mesmo tempo também, porque se não perde folha porque não tem tempo de colher tudo.

P: Algum incentivo fiscal? Pronaf?

E1: Não.

P: Satisfeitos com a situação atual?

E1: É o que a gente tem né. Esse ano por sorte o milho ajudou um pouco.

P: No milho vocês tem controle sobre o comércio daí?

E1: É, ai a gente pode escolher quando e pra quem vender.

Completo – décimo agricultor entrevistados

P: Há quanto tempos mora aqui?

E1: 11 anos! E antes morava com meu pai na Harmonia. Morei um ano com meu sogro, mas tivemos um desgaste.

P: E há quanto tempo planta fumo?

E1: Desde sempre.

P: No teu pai também?

E1: Sim, desde sempre.

P: E o que teu pai plantava antes do fumo?

E1: Soja. Ai a gente plantava soja.

P: E por que mudou?

E1: Porque soja não dá renda pro pequeno. Se colher pouco não dá renda suficiente.

P: E quantos hectares tu tem aqui?

E1: Tenho 9 hectares aqui. Mas tenho mais 9 lá atrás que compramos ano passado.

P: E quantos são de fumo?

E1: São uns 4,5 ha. 15 mil muda por ha. Mais ou menos.

P: E tu planta mais alguma outra coisa?

E1: Milho. Mas milho só para o gasto. Verduras e batata.

P: tem relação com alguma firma de fumo?

E1: Com a Philip Morrison, há uns 6 anos. Antes era com a _____, agora só com a Philips.

P: E por que tu mudou de empresa?

E1: Eu nao fechei a estimativa, ai me botaram para a rua.

P: O que é a estimativa?

E1: Eu tinha um contrato de 10 mil kg de fumo, e só entreguei 3 kgs, ai eles não gostaram, eu sei que tava errado, mas vendi os outros kgs por outra firma porque tinha um preço bem melhor.

P: Sim, e se tavam te pagando pouco...

E1: E o serviço é exatamente o mesmo!

P: E tu teve que pagar algum tipo de multa como penalização?

E1: Não, não. Naquele tempo não tinha isso ainda, agora que tem mais essas coisa.

P: E vantagem pra ti de plantar fumo?

E1: De ter maior renda em pouca terra, não adianta.

P: E desvantagem?

E1: Eu queria ter mesmo é gado, mas tem que ter terra. Se eu tivesse mais terra ia ter mesmo é gado. Ai tu não te judia. Fumo é uma merda. Tu leva lá para vender e é um canetaço. Te estressa na hora de fazer e de vender.

Almiro: Tem que ir junto...

E1: Ah isso sim, mas mesmo assim é complicado.

Almiro: É...

P: Perspectiva daqui para frente?

E1: Se tu plantar 5 ha. De milho e soja tu não faz nada, se tu plantar 5 ha. De fumo tem renda, então é isso.

P: E tem algum incentivo? PRONAF?

E1: Eu faço seguro pra 3ha de fumo, isso eu faço sempre pra garantir.

Conversa com Agricultor 1.

[...] fim da história dos porongos no transporte.

Eu conheço os intermediador tudo daqui. Tem que ver quantos já vi se aposentar. Eu dava nó neles sempre, porque eu sou esperto.

Tem que ver veneno, por exemplo. Cada ano eles mandavam um tipo de veneno e ai funcionava e depois parava. Ai mandavam veneno novo, ai era botar mais remédio pra evitar os bichos. E era caro, caro aquele negócio.

Ai todo ano eu fazia assim, colocava três carreiras com veneno, uma sem. Para experimentar e ter certeza. Passava três anos, todas carreiras ficavam igualzinha porque o veneno parava de funcionar. O instrutor vinha e anotava os veneno que eu iria querer aquele ano e, quanto parava de funcionar, eu dizia que não queria mais o veneno. Ai o instrutor não gostava e me perguntava "ué, mas por quê se te ajuda?". E ai eu mostrava pra ele que a carreira sem veneno tava produzindo tanto quanto a com veneno. Então se eu comprasse era pegar meu dinheiro e jogar fora. Ai eles me diziam "Ah mas não pode ser, o insumo funciona!". E eu dizia, vamo lá, vamo lá na lavoura. Ai eu mostrava pra eles.

P: E tu acha que a empresa tentava forçar vocês a comprar muita coisa desnecessária?

Mas claro! Eles querem o dinheiro, mas eu cuidava sempre. Além do dinheiro, o cara tava se judiando com aquela água cheia de veneno. Ai depois eles sempre me usavam como referência pra especular o uso do veneno.

E eu fiz isso tudo sem estudar! Na minha época só rico estudava, eu tinha que estudar na lavoura. Escola não era isso. Eu nem fui quase na escola. Fiz até terceira série só e parei. Meu pai ficou doente acamado no hospital, e eu era o mais velho com oito anos e tinha que trabalhar. Nem conseguia levantar o arado direito. Por sorte os cavalos eram mansos e não fugiam quando eu escapava a amarração do arado. Te falo a verdade, pra mim só falta comer merda, todos os colonos vão te confirmar a trabalheira que passei.. Não posso te dizer que passei fome, porque como a gente plantava sempre tinha. Ai quando casei tive que começar do zero.

A gente foi devagarzinho, comecei lá embaixo quenem uma formiga. O que eu passei na vida não foi fácil. Não tinha luz, não tinha água encanada. A gente buscava água 2km de casa. Iluminação era lampião com querosene. Por isso que aprendi a dar valor nas coisas.